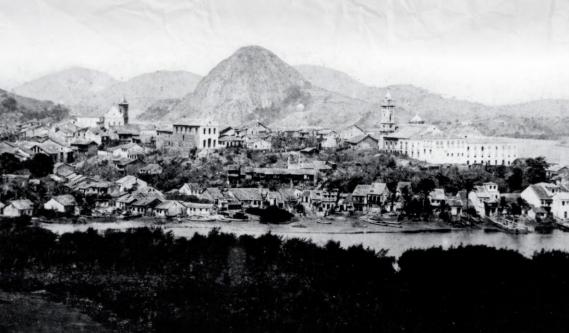
AMÂNCIO PEREIRA

Homens e Cousas Espírito-santenses



HOMENS E COUSAS ESPÍRITO-SANTENSES





ACADEMIA ESPÍRITO-SANTENSE DE LETRAS

Ester Abreu Vieira de Oliveira (Presidente) João Gualberto Vasconcellos (1º Vice-Presidente) Álvaro José Silva (1º Secretário) Marcos Tavares (1º Tesoureiro)

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - PREFEITURA DE VITÓRIA

Luciano Santos Rezende (Prefeito Municipal) Sérgio Sá Freitas (Vice-Prefeito)

Francisco Amálio Grijó (Secretário Municipal de Cultura)

Leliane Krohling Vieira (Subsecretária)

Elizete Terezinha Caser Rocha (Coordenadora da Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim)

AMÂNCIO PEREIRA

HOMENS E COUSAS ESPÍRITO-SANTENSES

SEMC

Vitória (ES) Prefeitura Municipal de Vitória Secretaria de Cultura 2020

Copyright © Prefeitura Municipal de Vitória, 2020

CONSELHO EDITORIAL

Adilson Vilaça • Álvaro José Silva • Ester Abreu Vieira de Oliveira Elizete Terezinha Caser Rocha • Fernando Achiamé Francisco Aurelio Ribeiro • Getúlio Marcos Pereira Neves

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO: Fernando Antônio de Moraes Achiamé
CAPA e EDITORAÇÃO: Douglas Ramalho
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Formar
FOTO CAPA: Imagem antiga de Vitória
IMAGENS: Arquivos pessoais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim (Vitória/ES)

P436h Pereira, Amancio Pinto

Homens e cousas Espírito-Santenses/ Amancio Pinto Pereira.- 2. ed. - Vitória, ES : Secretaria Municipal de Cultura, 2020.

168 p.; 21 cm.-- (Coleção José Costa, 30).

ISBN: 9786589121039

Publicação em convênio com a Academia Espírito-Santense de Letras.

 História - Espírito Santo (Estado). I.Vitória (ES). Secretaria Municipal de Cultura. II. Vitória (ES). Academia Espírito-Santense de Letras. III. Título. IV. Série.

CDD 981.52

Do mesmo autor

PUBLICADOS – Noções Abreviadas de Geografia e História do Estado do Espírito Santo – 5.ª edição. Obra aprovada e adotada pelo Governo Estadual. Almanaque do Estado do Espírito Santo (1 ano). Traços Bibliográficos. Folhas Avulsas (vários escritos). Folhas Dispersas (contos). Homens e Cousas (folhetins). Humorismo (contos). Benevente, Cidade de Anchieta. Na Lua de Mel, O Tio Mendes, O Engrossa, Virou-se o Feitiço, Apuros de um Marido, comédias em 1 ato. O Compasso Musical, comédia em 2 atos. Jorge ou Perdição de Mulher (novela).

INÉDITOS: Deomar, Noêmia, Beatriz, dramas. Coió e Engrossa, comédia revista. Uma Ideia, Batizado de Bonecas, comédias. Em Falta de Comédia, Quem Muito Escolhe, comédias. O Triunfo, O Penedo, revistas. Fora do Baralho, comédia. O Embrulho, comédia revista. Sentimentos de Educação, Lícia, romances, Educação Cívica, conferência realizada em 9 de junho de 1909 por ocasião do Congresso Pedagógico Espírito-Santense.

A ENTRAR PARA O PRELO: *Homens e Cousas Espírito-Santenses*, 2.º volume.

EM ELABORAÇÃO: Datas Espírito-Santenses.

Sumário

"Homens e Cousas" no tempo capixaba	9
Amâncio Pereira, um esquecido	
1	
Ao leitor	23
Introdução	
I. Os donatários	
II. Governadores e Junta Provisória	
III. Presidentes e vice-presidentes de província	29
Congresso Legislativo	35
I. Assembleia provincial	
II. Constituição estadual	36
III. Dia da instalação do Congresso	40
IV. Subsídio	
V. Deputados estaduais depois da Constituinte até a atualidade	
Presidência do Estado	47
I. Administradores do Estado.	
II. Notas biográficas	
III. Vice-presidentes do Estado. Tribunal Especial.	
Consultores jurídicos	69
Magistratura	72
I. Tribunal Superior de Justiça	
II. Notas biográficas dos Srs. Ministros	
III. Notas biográficas dos Srs. Secretários	
Ministério Público	0.5
I. Ministério Público	
II. Notas biográficas dos Srs. Procuradores Gerais do Estado	88
Comarca de Vitória	91
I. Juízes de direito	91
II. Notas biográficas	93
III. Promotores e notas biográficas	95

Polícia	99
I. Chefes de Polícia	99
II. Notas biográficas	
Bispado	107
I. Primeiro bispo	107
II. Segundo bispo	109
Representantes do Estado	
I. Representantes do Estado	111
II. Notas biográficas	113
Justiça Federal	116
I. Justiça federal	116
II. Notas biográficas dos juízes seccionais, juiz substituto	
e Procurador da República	117
III. Notas biográficas do primeiro escrivão	123
A Abolição	
I. "Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo"	
II. Leis provinciais	
III. Comissões agenciadoras de donativos para manumissõesIV. Associações: "Primeiro de Janeiro", "Domingos Martins"	131
e "João Clímaco"	133
V. Notas biográficas	
Propaganda Republicana	143
I. Propaganda republicana	
II. Notas biográficas	147
Partidos Políticos	151
I. Partidos políticos	151
II. Notas biográficas	

"Homens e Cousas" no tempo capixaba

Há mais de dez anos, a historiadora Nara Saletto e eu fomos contratados pela coordenação do "Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)", organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, para redigir verbetes sobre todos os governadores, senadores e deputados federais do Espírito Santo na Primeira República. Coube à professora Nara, falecida em abril deste ano, realizar a maioria da pesquisa e redação dos verbetes nominais não somente por sua reconhecida competência, mas também porque já se dedicava há algum tempo ao tema da política capixaba daquele período. Para facilitar a definição de nomes, datas e demais referências para subsidiar os trabalhos que auxiliava, resolvi escanear e transformar em texto digital a obra de Amâncio Pereira "Homens e Cousas Espírito-santenses" existente na Biblioteca Pública Estadual. O exemplar, que pertencera ao historiador Francisco Eujênio de Assis, está bem castigado pelo tempo e possui à margem diversas anotações que completam ou contestam o conteúdo impresso, muitas frases sublinhadas ou anuladas com riscos por cima, sem contar os recortes de datiloscritos e publicações colados nas páginas. Essa particularidade dificultou demais os trabalhos de escaneamento e transcrição - passagens inteiras tiveram que ser digitadas. Esses serviços foram executados gentilmente por Marta Gonçalves Achiamé, a quem sou grato.

Por clarividente sugestão do escritor Francisco Aurélio Ribeiro, presidente de honra da Academia Espírito-santense de Letras, acatada pelo Conselho Editorial da veneranda instituição, se reedita agora uma obra preciosa para quem deseja conhecer o Estado do Espírito Santo de outrora. Publicada pela primeira vez em 1914, os

mais de cem anos passados fizeram dela uma raridade bibliográfica, acessível com certa dificuldade pelos estudiosos. O professor Francisco Aurélio me convidou para organizar o trabalho e me emprestou um exemplar em bom estado do "Homens e Cousas" pertencente à Biblioteca Saul de Navarro daquela Academia. Somente então foi bastante facilitada a tarefa de cotejar o conteúdo já transcrito com o publicado em 1914 para estabelecer o texto definitivo desta edição.

A ortografia da obra foi atualizada; inclusive a dos nomes próprios, entre os quais os topônimos e os patronímicos. Alguns deles podem ter escapado à alteração - perfeito somente Deus. Mesmo respeitando posições contrárias, acredito ser mais coerente com a modernização ortográfica fazer o mesmo com os nomes e sobrenomes de pessoas já falecidas há muito. Como é, por exemplo, o caso de Muniz Freire - que ensaístas preferem manter como "Moniz Freire", discordando até da forma usual empregada atualmente no nome do município que homenageia a memória do grande capixaba. Para manter os traços distintivos da redação original, evitou-se alterar a sintaxe do texto para adequá-la a regras gramaticais agora vigentes, ou mexer muito na pontuação, ou ainda uniformizar alguns termos empregados - ora está escrito "de", ora "do" Cachoeiro de Itapemirim... A maioria das abreviaturas foi desdobrada; e colocadas em minúsculas as letras iniciais de muitas palavras que outrora eram grafadas em caixa alta, como as dos meses. Os erros apontados na "Corrigenda" da primeira edição foram acertados, bem como os mais simples e evidentes, tanto os tipográficos (por exemplo, troca de algarismos nos milésimos) quanto os de conteúdo (nos nomes de pessoas e lugares), sem se consignar tal procedimento por serem poucos. Ou seja, algumas datas e nomes próprios foram conferidos quanto à sua exatidão e alterados quando necessário; tarefa pontual em respeito à credibilidade do autor, à originalidade da obra e para evitar um trabalho exaustivo e, talvez, inconclusivo. E também por não ser esta uma edição crítica. Eventuais interferências estão entre colchetes e os possíveis erros de transcrição são de minha inteira responsabilidade.

Ao redigir as numerosas "Notas Biográficas" da maioria dos personagens de destaque que então viviam no seu estado natal, o professor Amâncio Pereira por certo tinha em vista estabelecer uma "Biografia" daquele Espírito Santo, colocando-o também em posição destacada. A obra é uma espécie de "Almanaque do Estado Capixaba", tipo de publicação que, aliás, o autor também produziu. Este "almanaque político-administrativo" foi concebido com um inescapável caráter hierárquico. A ligeira introdução histórica reflete bem o pensamento da época – toda ênfase é conferida à elite política dalém e daquém mar, às autoridades e aos feitos governamentais. O povo capixaba permanece quase que totalmente ignorado por uma narrativa referente à história que ele próprio produziu. Porque o professor Amâncio buscou reunir, sobretudo, biografias de "varões ilustres". E logo vem à mente a obra "Vidas Paralelas" de Plutarco - em ambas as mulheres ficaram de fora por não participarem ativamente da vida política. Se na obra da Antiguidade os pares biografados são compostos por figuras míticas ou históricas de origem grega e romana, no livro do século XX não há correlações pessoais diretas. Mas nele certo paralelismo das existências pessoais pode ser constatado pelo registro enfático das origens e trajetórias de dois tipos de "homens respeitáveis" - os nascidos no estado capixaba e que tiveram o privilégio de se formar em cursos superiores fora dele; e os muitos profissionais liberais que se estabeleceram no Espírito Santo, vindos já graduados de outras plagas. Todos contribuindo para enriquecer a vida privada, a intelectualidade e a administração pública locais. De forma semelhante que os gregos fizeram com os romanos...

Em seguida, são tratadas pelo estudioso as criações, modificações e composições dos poderes que então integravam o Estado na sua divisão tripartite: em primeiro lugar, o Congresso Legislativo, arena em que se confrontavam as diferentes correntes oligárquicas; depois o Executivo, cujo domínio era o nec plus ultra, o que havia

de melhor para os políticos; e, por fim, o Judiciário com suas diversas instâncias - o então denominado Tribunal Superior de Justiça, o Ministério Público, a Comarca da Capital, a Chefia de Polícia. Como eram fluidas e mudáveis as fronteiras entre a política partidária e a justiça, atravessadas com facilidade pelos operadores do direito. A Igreja católica, ou melhor, a sua cúpula centralizada na autoridade do bispo, mereceu um capítulo especial, deixando de lado as instâncias religiosas inferiores. Certamente porque o titular da diocese ainda gozava de amplo prestígio público, que transbordava para o campo político. Ignoraram-se as outras religiões por ainda serem pouco representativas no estado ou nem existirem, ou ainda por sofrerem preconceito e consideradas como meras crenças a combater. A separação entre o Estado e o Catolicismo se fizera há poucos anos e os laços estabelecidos entre eles desde a Colônia pela instituição do padroado ainda estavam muito fortes, se é que algum dia enfraqueceram de todo. Não poderiam ficar de fora desta síntese os homens que representaram o Espírito Santo em diversas instâncias do poder além das fronteiras capixabas, em especial os três senadores e os quatro deputados federais que nos representavam nos Congresso Nacional da época. Também são listadas as pessoas aqui nascidas ou que vieram de fora para atuar na Justiça Federal instalada no estado com a República.

Prossegue o escrito detalhando as ações de líderes no movimento abolicionista e na propaganda republicana. Decerto para enfatizar a importância dos próceres dessas duas campanhas que marcaram toda uma geração na história regional: vários de seus participantes (os já falecidos e os ainda vivos) continuavam a servir de boas referências para a sociedade local, e também aos olhos do autor. Que, até mesmo por interesses familiares e de amizade, resolveu registrar com mais precisão aqueles movimentos sociais dele contemporâneos. os quais integrou diretamente como estudante, ou indiretamente por ter convivido com alguns de seus líderes. Ele se incluiu em quatro situações descritas ao citar a si mesmo como "o autor deste livrinho". E caprichou em registrar os números dos documentos legais referidos

com as respectivas datas de modo a garantir que teve acesso a informações exatas e privilegiadas. Ao se permitir a inserção de poemas da lavra de alguns dos biografados, objetivava valorizar a produção literária da terra capixaba.

Amâncio Pereira finaliza seu texto assinalando a organização das facções políticas e a participação dos seus componentes no tumultuado e instável início da República no estado, período que conhecia bem por nele ter vivido. E, assim, fez um resumo de primeira mão dos arranjos partidários levados a efeito nas duas primeiras décadas do regime republicano no Espírito Santo, mapeando as distribuições e mudanças dos protagonistas da oligarquia nas agremiações daquele tempo.

Devemos compreender as limitações teóricas da época e as dificuldades de acesso às fontes enfrentadas pelo autor para contextualizar sua obra. Por exemplo: as listas com os nomes e as datas extremas em que detiveram o poder os governantes do Espírito Santo nos períodos colonial e provincial agora se encontram muito mais completas e exatas. Tal se deu após acuradas pesquisas levadas a efeito pelo paleógrafo e historiador João Eurípedes Franklin Leal, cujo resultado pode ser conferido no apêndice à terceira edição da "História do Estado do Espírito Santo" de José Teixeira de Oliveira, disponível no site do Arquivo Público do Estado, na Coleção Canaã.

Estas considerações não devem ser tomadas como uma crítica gratuita ao autor, o que seria infundado e até mesmo anacrônico: Amâncio Pereira se manteve fiel a si mesmo e ao seu tempo na elaboração do presente livro. Elas servem tão somente para indicar possíveis analogias entre os contextos históricos daquele período histórico e dos que o sucederam, com seus pontos de contato e suas diferenciações. Para ficar apenas em dois temas caros à geração do autor e que permanecem atuais por serem agora vivenciados no país, mesmo que em outras circunstâncias - a construção de um regime republicano que seja digno desse nome; e o combate ao racismo sofrido pelos descendentes de populações escravizadas, preconceito que ainda estrutura nosso edifício social. O que pensaria o professor Amâncio disso tudo, vencido mais de um século da publicação de sua obra? Decerto concordaria que as comparações (essas "varinhas de condão da história" no dizer de Marc Bloch) nos auxiliam bastante para não esquecermos dos sofridos mas valorosos caminhos percorridos pelos capixabas no aperfeiçoamento da República e na valorização do povo. Se aquelas comparações contribuem para entendermos o muito que se lutou em direção a uma sociedade mais igualitária, servem acima de tudo para avaliarmos o quanto ainda resta a progredir e conquistar.

O texto flagra um momento da história capixaba somente estudado com maior profundidade em anos recentes: a transição do Império para a República – a transformação, graças ao café, de uma província pobre e isolada em um estado pujante e mais conectado ao comércio internacional. Quando ao livro foi editado, a economia do Espírito Santo acabara de passar por um período de apogeu e sua sociedade experimentava, após a exitosa administração de Jerônimo Monteiro, uma arrancada rumo à modernidade. Amâncio Pereira desejava organizar as informações julgadas importantes para constituir uma identidade do nascente estado capixaba comandado por coronéis e bacharéis - sendo que alguns deles detinham essas duas condições. Poucos personagens exerciam outras profissões liberais, como as de médico, engenheiro, farmacêutico. A referida identidade capixaba então almejada possuía evidente viés elitista. A classe dominante exercia sua hegemonia promovendo os valores locais de seu interesse e fazendo-os crer como imutáveis e pertencentes à população em geral. Ressaltam nas páginas de "Homens e Cousas Espírito--santenses" dois sustentáculos políticos vigentes com variações em todo o já longo percurso da história brasileira, mas que na Primeira República foram marcantes no país e no território capixaba. O primeiro sustentáculo: a precedência de um hipertrofiado Estado face a uma sociedade subjugada – não por acaso, a administração pública sempre colocada a serviço dos donos do poder, dos oligarcas em detrimento dos cidadãos. Por consequência, das páginas desta obra também salta aos olhos o segundo sustentáculo daquele regime político: a persistência por tempo prolongado das mesmas pessoas no domínio do poder local, com membros de determinadas famílias, suas extensas parentelas e relações de amizade revezando-se no exercício de cargos da máquina estatal - a oligarquia, por meio de seus componentes e apaniguados, ocupando por inteiro as variadas funções públicas. Em outros termos: coerente com o momento em que a obra foi composta e editada, transparecem nessas páginas a política oligárquica como uma vasta teia determinando tudo na vida social, traçando o destino feliz ou infeliz das famílias e dos indivíduos.

Esta obra mantém sua utilidade inconteste até os dias de hoje por reunir informações relevantes para a história política de nosso estado, que de outro modo seriam obtidas somente com muito esforço investigativo por se encontrarem dispersas em várias publicações e em documentos variados. E mesmo é o caso de considerar se algumas daquelas informações conseguiriam chegar até nós, pois está explícito no texto que muitas delas foram obtidas de fontes orais, de conhecidos e contemporâneos do autor. Ou seja, a seleção e o registro do conjunto de acontecimentos foram realizados por quem, além de possuir competência para tal, estava bem próximo dos "homens" e das "cousas" de que tratou. E com isso, o livro sendo considerado acertadamente como uma fonte primária, foi bastante compulsado por historiadores para instruir seus trabalhos, em especial Maria Stella de Novaes que dele muito se valeu, chegando a transcrever trechos completos sobre a campanha abolicionista na então província do Espírito Santo. Mais recentemente, serviu de referência para ensaios empreendidos pelos pesquisadores João Gualberto Moreira Vasconcellos e Nara Saletto, para citar apenas alguns deles. Eu mesmo o consultei há pouco tempo no intuito de saber quem foi Manuel Pinto Aleixo Neto, para subsidiar uma crônica sobre o patrono de conhecida rua da Praia do Canto, tradicional bairro da capital capixaba. E lá constava um resumo da biografia dele. Esse talvez seja o serviço de maior importância prestado por este pequeno grande volume: sua praticidade. Obra despretensiosa, nem por isso menos meritória por reunir informações básicas sobre personagens e episódios da história capixaba, como o título indica.

A partir do momento em que, por meio deste livro, entramos em contato com os nomes e as condições existenciais daquelas pessoas, delas nos tornamos quase que íntimos. E passamos a reconhecer sua importância para a definição dos destinos da nossa terra. Ao mesmo tempo, constatamos a transitoriedade das glórias deste mundo - sic transit... sic transit... Líderes outrora decisivos para a política local (de que são bons exemplos Torquato Rosa Moreira, Luiz Manuel Mendes Veloso, Domingos Vicente Gonçalves de Souza) durante muito tempo jazeram esquecidos numa vala comum historiográfica. E podem agora ser conhecidos e reconhecidos com o auxílio deste trabalho do professor Amâncio Pereira. Como também é expressivo, ao folhear as páginas que se seguem, assistir à revoada de bacharéis, geralmente nascidos em estados nordestinos e formados na famosa Escola de Recife, que aqui vieram pousar - seguiram carreira no mundo jurídico, se estabeleceram entre nós, constituíram família, formando troncos ilustres de ilustres capixabas. Quer dizer: componentes das elites brasileiras de outros estados se encontraram e se miscigenaram na terra que viu nascer Domingos Martins.

A fama do autor no mundo intelectual capixaba se prolongou durante um bom tempo devido à popularidade da sua obra dramática entre os contemporâneos, ao respeito dos ex-alunos, ao êxito profissional de seus descendentes que sempre reverenciaram sua memória. No entanto, a presença de Amâncio Pereira na cena cultural da sua terra não se obliterou inteiramente graças a este "livrinho". Que sempre forneceu dados para resolver simples dúvidas biográficas ou pistas acreditadas para investigações mais profundas. O autor pesquisou em publicações, avulsas ou periódicas, e teve acesso a informações obtidas por fontes orais, como antes asseverado, primando por constante honestidade intelectual – quando não localizou determinadas informações sobre um indivíduo, disse isso claramente.

Os resultados obtidos sobre aquele tempo capixaba, aqui reunidos de modo tão amoroso, podem ser contestados, mas não simplesmente ignorados. E devem ser submetidos às críticas interna e externa preconizadas pelo método historiográfico. Eles abrangem os interesses de uma ampla gama de pesquisadores sobre assuntos diversos – a história das doenças e o papel que os médicos exerceram para combatê-las; a política do compadrio, dos conchavos, dos bacharéis e seu impacto no mundo capixaba; a relativização da vida em sociedade - lideranças outrora poderosas passando o bastão do comando para outras que as sucederam; a migração de jovens inteligências para seguirem carreira no Espírito Santo; a trajetória educacional dos membros da elite, os cursos superiores que seguiram e em que locais; a participação da imprensa na vida do estado; as notas biográficas servindo para dirimir dúvidas de estudos genealógicos; a integração reticente e limitada da elite senhorial ao movimento abolicionista, mesmo assim devido à ação de jornalistas, professores e outros formadores de opinião, diríamos hoje; a importância de se distinguir os republicanos históricos, os "da propaganda", dos adesistas de última hora... E muitos outros temas e indícios a explorar.

Se esta obra vem sendo útil há mais de cem anos, não é difícil deduzir que o uso das valiosas indicações nela contidas continuarão servindo aos estudiosos do Espírito Santo pelos tempos afora. Por isso, podemos exclamar em nome dos que nela estudarão no futuro remoto, invertendo o sentido de conhecida expressão romana: Salve, "Homens e Cousas Espírito-santenses", os que vão nascer te saúdam! Vitória, primavera de 2020.

FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ Do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Amâncio Pereira, um esquecido

Todo mundo sabe que a memória capixaba de seu passado, de sua história e de seus personagens históricos é uma vaga lembrança. Dentre essas figuras esquecidas, está a do professor Amâncio Pinto Pereira, nascido em Vitória, em 1862, e aqui falecido em 1918. Diferente de seu filho, o advogado e também professor Heráclito Amâncio Pereira (1894-1957), um dos fundadores da Faculdade de Direito, núcleo formador da futura Universidade do Espírito Santo (1954), federalizada em 1961, que teve o centenário de seu nascimento lembrado e comemorado, passou batido entre nós o centenário de morte do professor Amâncio Pereira, ocorrido em 2018. A nova geração de estudiosos da literatura produzida no Espírito Santo pouco conhece a obra desse que foi o principal escritor de sua época, um polígrafo, que escreveu contos, romances, poemas, crônicas, artigos, didáticos e, sobretudo, peças teatrais de diferentes espécies e modalidades, hoje quase inexistente nas bibliotecas e arquivos públicos de nosso estado.

De origem humilde, o professor Amâncio era filho natural de Maria Teresa dos Remédios, foi criado por uma tia, Francisca Pinto Pereira, a dona Chiquinha de Caçaroca, de quem herdou o sobrenome e de quem cuidou até a morte, em 1909, tendo recebido uma educação reservada à elite da época. Fez o primário com o conceituado professor Aristides Freire (1850-1922), e chegou a cursar o Ateneu Provincial, colégio secundário criado em 1873 para preparar a elite masculina para os cursos superiores. Em 1879, ainda estudante no Ateneu Provincial, foi um dos criadores do Grêmio Saldanha Marinho, de feição republicana, manifestando-se, desde moço, em favor da abolição da escravatura. O professor Amâncio Pereira era descendente de negros,

não se sabe se pela ascendência materna ou paterna. Por sinal, a maioria dos habitantes do Espírito Santo, em meado do século XIX, era mestiça e era quase igual o número de pessoas pardas e o de brancas, cerca de 14 mil, declaradas no levantamento estatístico de 1856. No entanto, por falta de recursos financeiros, Amâncio Pereira não pôde fazer fora do Espírito Santo o curso de Ciências Jurídicas, reservado à elite, passando a atuar na imprensa e no magistério primário, tendo-se formado no Curso Normal, criado em 1871, e feito o curso do "Método João de Deus", ministrado pelo professor Silva Jardim, de São Paulo, em 1882 a convite do então presidente da província do Espírito Santo e escritor Inglês de Souza. De 1883 a 1888, foi professor em Anchieta, sem deixar o jornalismo, as letras, o teatro e a música. Dessa época, são suas primeiras obras, Miscelâneas, poemas, 1884 e Deomar, drama em 3 atos, escrito e encenado em 1888. Seu best-seller foi Noções Abreviadas de Geografia e História do Espírito Santo, primeira edição em 1894 e a quinta em 1914. Afonso Cláudio, em 1912, o considera o fundador da prosa de ficção no Espírito Santo e Oscar Gama, em 1987, diz que ele foi o criador do teatro infantil no Brasil, em 1915. Quando morreu, de colapso cardíaco, em 1918, era o maior escritor capixaba de sua época e estava preparando a segunda edição do Almanak do Estado do Espírito Santo, lançado naquele ano, e uma revista teatral para ser encenada pelo Grêmio Três de Maio, criado por ele, e com o fim de arrecadar verbas para a construção da catedral.

Após a sua morte, foram feitas várias homenagens, na Assembleia Legislativa, no Ginásio Espírito-santense, no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES, do qual foi um dos fundadores, e seu nome foi dado a uma rua no bairro vitoriense de Jucutuquara e a uma escola em São Mateus (ES). No entanto, sua obra ficou esquecida e nunca foi lembrado como escritor em nenhuma antologia feita no Espírito Santo. Somente sua obra teatral foi analisada por Oscar Gama, em 1987, em *Teatro Romântico* Capixaba, com a publicação de duas de suas comédias: "O Tio Mendes" e "Virou-se o feitiço", de 1894. Este *Homens e Cousas Espírito-santenses*, publicado em 1914 e que pretendia estender para um segundo volume, foi

a sua maior contribuição à historiografia capixaba e em que se basearam muitos historiadores como Maria Stella de Novaes. Felizmente reeditado agora, 106 anos após a primeira edição, numa profícua associação da Academia Espírito-santense de Letras e a Prefeitura Municipal de Vitória, contou com a valiosa contribuição voluntária do poeta, historiador e acadêmico Fernando Achiamé para recuperação do original.

PROF. DR. FRANCISCO AURÉLIO RIBEIRO Presidente de Honra da AEL

Ao leitor

Permita-nos o leitor amigo que, ao abrir a página do nosso livrinho, lhe declaremos com todas as veras que não nos domina a estulta pretensão de havermos produzido um trabalho de valor que venha enriquecer a literatura espírito-santense.

É bem provável que os competentes não encontrem mérito nesta tentativa; mas, somos nós o primeiro a reconhecer que uma outra pena experimentada no torneio da palavra escrita debuxaria com beleza de forma e cintilantemente o que, em traços simples, sem medir a grandeza do assunto, vamos fazer, embora com esforço, além de nossas forças, sintetizando fatos e feitos dos homens que se prendem à vida do estado.

E, se na altura de um dever cumpriram ou cumprem eles o de patriotismo, não regateando seus esforços em bem de seu alevantamento, de sua prosperidade, de seu progresso que vêm em benefício da causa comum, cumprimos também nós o nosso com este modesto estudo, que publicamos, sem que nos enfronhemos na suposição de que vamos produzindo um livro perfeito, mas com a mais íntima convicção de que os que nos lerem saberão distanciar-se dos sentimentos contrários aos que se ligam à generosidade e à justiça, que constituem um estímulo para o julgado, desde que sejam apontadas as faltas e senões sem que para isso haja necessidade de desvirtuar-se.

Avivar o passado ao presente falar dos homens e das cousas à geração contemporânea que se levanta cheia de coragem para as conquistas do futuro, em honra desta Pátria que lhe deu o berço e que vê em cada um de seus filhos uma sincera dedicação capaz dos maiores sacrifícios, em bem de sua glória, é, acreditamos, um preito de civismo.

Introdução

I – OS DONATÁRIOS. II – GOVERNADORES E JUNTA PROVISÓRIA. III – PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DE PROVÍNCIA.

T

Descoberto o Brasil pelo almirante português Pedro Álvares Cabral, senhor de Azurara e alcaide-mor de Belmonte, que havia deixado o Tejo aos 9 de março de 1500, depois de ter ouvido a palavra sagrada do bispo de Ceuta e recebido em sua cabeça o chapéu bento que lhe colocou D. Manuel, entregando-lhe também a bandeira da Ordem de Cristo;

Avistada, ao lado do Ocidente essa terra desconhecida que lhe deu nome glorioso, imorredouro, e tão poética e gloriosamente chamada Terra de Santa Cruz;

Comunicada essa importante nova àquele rei considerado o Venturoso; e feitas as explorações por ele ordenadas, nas quais, não percorrendo toda a costa brasileira, descobriram, entretanto, os enviados alguma cousa do que havia de majestoso e notável no país descoberto;

Depois das expedições guarda-costas contra o estrangeiro que vinha em busca de pau-brasil;

Coube a D. João III, filho e sucessor de D. Manuel l, fazer vigorar o feudalismo já não existente no reino e tratar de colonizar o Brasil, dividindo-o em capitanias conforme lhe propuseram Cristóvão Jaques e Diogo de Gouveia, em 1527.

Para semelhante alvitre que tomou, concorreu, dentre outros, não só o fato do desenvolvimento das ilhas dos Açores e Madeira, avantajando-se a Portugal, por se tornarem mais povoadas conquanto possuíssem menor extensão territorial, como também o progresso dos franceses no comércio do pau-brasil.

No número dessas capitanias doadas a vassalos beneméritos com a condição de as cultivarem e povoarem, gozando eles de privilégios quase ilimitados, não podendo, porém, cunhar moeda e impor pena de morte, coube a do Espírito Santo, descoberta em 1525, a Vasco Fernandes Coutinho, conforme a carta régia de 1.º de junho de 1534 e o foral de 7 de outubro do mesmo ano.

Na carta de doação a Vasco Coutinho marca o seguinte limite de concessão – "de 50 léguas de terra, as quais começarão na ponta onde acabam as 50 léguas de que tenho feito mercê a Pedro de Campos Tourinho, e correrão para a banda do Sul tanto quanto couber nas ditas 50 léguas, entrando nesta Capitania quaisquer ilhas que houver até 10 léguas ao mar na fronteira e demarcação destas 50 léguas, de que assim faço mercê ao dito Vasco Fernandes Coutinho, as quais 50 léguas, se estenderão e serão de largo e ao longo da costa entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto poderem entrar e for de minha conquista, etc."

A origem do nome desta capitania, foi devido ao fato de ter sido no dia 23 de maio de 1535, domingo consagrado pela igreja à festividade do Espírito Santo, que o donatário Coutinho desembarcara na enseada da hoje cidade do Espírito Santo, que fica em uns terrenos baixos ao entrar da baía da Vitória.

Foi essa cidade o primeiro centro populoso que teve o estado e cuja fundação deve-se àquele donatário.

Coutinho trouxera consigo sessenta pessoas mais ou menos e entre elas se achavam os fidalgos portugueses D. Simão de Castelo Branco e D. Jorge de Menezes, que vinham degredados.

Ao seu desembarque e ao de seus companheiros, procuraram os indígenas obstar; mas, repelidos pela artilharia de bordo, fugiram para o centro das matas e então pôde Coutinho apossar-se da terra.

Pela renúncia deste donatário, feita aos 3 de agosto de 1560, a Mem de Sá, este nomeou para dirigir a capitania até a decisão de el--rei, o capitão-mor Belchior de Azeredo que assumiu o governo aos 16 de outubro do ano seguinte.

Vasco Fernandes Coutinho faleceu em outubro de 1561.

Belchior de Azeredo passou o governo da capitania ao filho legitimado do 1.º donatário - Vasco Coutinho Filho, tendo por morte deste, em 1589, assumido a governança D. Luiza Grinalda, sua mulher, auxiliada pelo capitão-mor Miguel de Azeredo.

Retirando-se para Lisboa em 1593, D. Luiza Grinalda deixou na direção da capitania Miguel de Azeredo que governou até 15 de julho de 1620 quando se empossou Francisco de Aguiar Coutinho, 3.º donatário.

Este teve por sucessor Antônio de Aguiar Coutinho, sendo o 5.º Antônio Gonçalves da Câmara, ao qual sucedeu Ambrósio de Aguiar Coutinho da Câmara, 6.º donatário, que tomou posse aos 15 de julho de 1643.

O sucessor deste donatário, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, teve alvará de licença para traspassar a capitania ao coronel Francisco Gil de Araújo aos 6 de junho de 1674, por 40 mil cruzados.

Ao 8.º donatário, Francisco Gil de Araújo, falecido na Bahia aos 24 de dezembro de 1685, sucedeu Manuel Garcia Pimentel que teve por sucessor Cosme Rolim de Moura que vendeu a donataria à coroa por 40 mil cruzados, conforme escritura passada em Lisboa aos 6 de abril de 1718.

Foi nesse ano de 1718 que terminou o período dos donatários, o qual durou 192 anos, sendo daí em diante governado o território espírito-santense por um capitão-mor sujeito ao governo da Bahia. Apesar de ter sido nomeado em 1600 Belchior de Azeredo pela renúncia de Vasco Coutinho, verdadeiramente o governo dos capitães--mores teve começo nessa época do reinado de D. João V, quando se deu a compra da capitania.

Dado o fato de sua reversão à coroa passou ela a ser dirigida por capitães-mores e governadores, sendo o seu primeiro capitão[--mor] governador Antônio de Oliveira Madail que entrou na posse da governança a 1.º de janeiro de 1721, seguindo-lhe na direção o capitão-mor Anastácio Joaquim Mota Furtado.

A este sucedeu o capitão-mor Inácio João Monjardim que era coronel comandante do Regimento de Infantaria e foi seu sucessor o capitão-mor governador Manuel Fernandes da Silveira.

Além destes foram dirigentes da capitania o governador Antônio Pires da Silva Pontes, nomeado em 1800; tomou posse aos 29 de março do mesmo ano, governando até 17 de março de 1804.

Sucedeu-lhe o governador Manuel Vieira de Albuquerque Tovar que tomou posse aos 17 de dezembro de 1804, tendo sido nomeado por decreto de 20 de abril do mesmo ano.

Foi substituído no governo da capitania, que se tornara independente da Bahia por decreto de 13 de setembro de 1810, por Francisco Alberto Rubim, nomeado aos 2 de junho de 1812 e empossado aos 5 de outubro do mesmo ano.

De 20 de março de 1820 a 1.º de março de 1822 dirigiu a capitania o governador Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos, nomeado aos 26 de dezembro de 1819.

De 82 anos foi o período de governo dos capitães-mores. Depois destes governadores seguiu-se a criação da Junta Provisória, em vista dos acontecimentos políticos que se desenvolveram em Portugal e a qual foi instalada aos 2 de março de 1822, sendo para ela sufragados por eleição popular os srs. padre José Nunes da Silva Pires, que era vigário de Guarapari; Luís Alves de Azambuja Suzano, que era escriturário da Junta da Fazenda; José Ribeiro Pinto, capitão-mor da vila do Espírito Santo; Sebastião Vieira Machado, capitão de milícias, e José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, capitão de Infantaria de Linha, ocupando o primeiro destes eleitos o lugar de presidente, o segundo o de secretário e os outros os de vogais.

III

Cessou o governo da Junta quando pelo decreto de 20 de outubro de 1823 foi criado o lugar de presidente da província a qual aderiu à Independência do Brasil aos 12 deste mesmo mês e ano, por um juramento prestado pela Câmara Municipal da Vitória.

O primeiro presidente que teve a então província do Espírito Santo foi o bacharel Inácio Acioli de Vasconcelos, nomeado aos 25 de novembro de 1823 e empossado aos 24 de fevereiro do ano seguinte cessando o governo da Junta Provisória.

Ocuparam ainda a presidência da província até 1889 os cidadãos: - José da Nóbrega Botelho, Visconde da Vila Real da Praia Grande, nomeado aos 10 de outubro de 1829 e empossado aos 29 de novembro do mesmo ano; - bacharel Manuel Antônio Galvão, nomeado aos 30 de janeiro de 1830 e empossado aos 4 de dezembro do mesmo ano; - Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, por nomeação de 9 de dezembro de 1830 e tomou posse aos 30 deste mesmo mês e ano; - bacharel Antônio Pinto Chichorro da Gama, nomeado aos 5 de novembro de 1831 e empossado aos 28 deste mesmo mês; capitão de milícias Manuel José Pires da Silva Pontes, nomeado aos 25 de outubro de 1832 e empossado aos 26 de abril do ano seguinte; - coronel de engenheiros Joaquim José de Oliveira, por nomeação de 6 de abril de 1835 e empossado aos 28 de maio deste mesmo ano; - coronel José Tomás Nabuco de Araújo, nomeado aos 5 de outubro de 1836 e empossado aos 8 de novembro deste mesmo ano; - bacharel João Lopes da Silva Couto, nomeado aos 26 de março de 1838 e empossado aos 21 de abril deste mesmo ano; - coronel José Joaquim Machado de Oliveira, nomeado aos 5 de agosto de 1840 e empossado aos 14 de outubro deste mesmo ano; - capitão-tenente José Manuel de Lima, nomeado aos 2 de abril de 1841 e empossado aos 27 de abril deste mesmo ano; - bacharel João Lopes da Silva Couto, nomeado aos 22 de julho de 1842 e empossado aos 10 de agosto deste mesmo ano; - brigadeiro Venceslau de Oliveira Belo, nomeado aos 9 de janeiro de 1843, empossado aos 15 de fevereiro do mesmo ano; D.

Manuel de Assis Mascarenhas, nomeado aos 19 de outubro de 1843 e empossado a 1.º de dezembro deste mesmo ano; – Herculano Ferreira Pena, nomeado aos 14 de agosto de 1845, e empossado aos 13 de dezembro deste mesmo ano; - dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, nomeado aos 11 de setembro de 1846 e empossado aos 7 de novembro deste mesmo ano; - bacharel Antônio Pereira Pinto, nomeado aos 14 de junho de 1848 e empossado aos 3 de agosto deste mesmo ano; desembargador Antônio Joaquim de Siqueira, nomeado aos 31 de outubro de 1848 e empossado aos 7 de março do ano seguinte; - capitão-tenente Felipe José Pereira Leal, nomeado aos 28 de junho de 1849 e empossado aos 10 de agosto deste mesmo ano; - bacharel José Bonifácio Nascentes de Azambuja, nomeado aos 31 de maio de 1851 e empossado aos 9 de julho deste mesmo ano; - bacharel Evaristo Ladislau e Silva, nomeado aos 8 de outubro de 1852 e empossado aos 16 de novembro deste mesmo ano; - bacharel Sebastião Machado Nunes, nomeado aos 9 de novembro de 1853 e empossado aos 4 de fevereiro do ano seguinte; - bacharel José Maurício Fernandes Pereira de Barros, nomeado aos 8 de fevereiro de 1856 e empossado aos 8 de março deste mesmo ano; -Olímpio Carneiro Viriato Catão, nomeado aos 24 de maio de 1857 e empossado aos 18 de junho deste mesmo ano; - bacharel Pedro Leão Veloso, nomeado aos 17 de dezembro de 1858 e empossado aos 4 de fevereiro do ano seguinte; - bacharel Antônio Alves de Souza Carvalho, nomeado aos 25 de abril de 1860 e empossado aos 25 de maio do mesmo ano; - bacharel José Fernandes da Costa Pereira Junior, nomeado aos 20 de fevereiro de 1861 e empossado aos 22 de março deste mesmo ano; - bacharel André Augusto de Paula Fleury, nomeado aos 11 de maio de 1863 e empossado aos 15 de junho deste mesmo ano; - bacharel José Joaquim do Carmo, nomeado aos 12 de outubro de 1864, empossado aos 8 de janeiro do ano seguinte; - bacharel Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, nomeado aos 23 de junho de 1865 e empossado aos 28 de agosto deste mesmo ano; - bacharel Francisco Leite de Bitencourt Sampaio, nomeado aos 29 de setembro de 1867 e empossado aos 11 de outubro deste mesmo ano; - bacharel

Luís Antônio Fernandes Pinheiro, nomeado aos 12 de agosto de 1868 e empossado a 1.º de setembro deste mesmo ano; – bacharel Antônio Dias Paes Leme, nomeado aos 28 de junho de 1869 e empossado aos 17 de setembro deste mesmo ano; - bacharel Francisco Ferreira Correia, nomeado aos 28 de dezembro de 1870 e empossado aos 18 de fevereiro do ano seguinte; - dr. Antônio Gabriel de Paula Fonseca, nomeado aos 31 de maio de 1872 e empossado aos 9 de junho deste mesmo ano; - dr. João Tomé da Silva, nomeado aos 25 de outubro de 1872 e empossado aos 28 de dezembro deste mesmo ano; - bacharel Luís Eugênio Horta Barbosa, nomeado em 1.º de outubro de 1873 e empossado aos 6 de novembro deste mesmo ano; - bacharel Domingos Monteiro Peixoto, Barão de São Domingos, nomeado aos 6 de fevereiro de 1875 e empossado aos 4 de maio deste mesmo ano; - bacharel Manuel José de Menezes Prado, nomeado aos 4 de dezembro de 1875 e empossado aos 3 de janeiro do ano seguinte; dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama, nomeado aos 13 de dezembro de 1876 e empossado aos 29 de janeiro do ano seguinte; - bacharel Afonso Peixoto de Abreu e Lima, nomeado aos 4 de julho de 1877 e empossado aos 23 deste mesmo mês e ano; - bacharel Manuel da Silva Mafra, nomeado aos 16 de fevereiro de 1878 e empossado aos 4 de abril deste mesmo ano; - dr. Eliseu de Souza Martins nomeado aos 25 de janeiro de 1879 e empossado aos 7 de março deste mesmo ano; - bacharel Marcelino de Assis Tostes, nomeado aos 13 de julho de 1880 e empossado aos 6 de agosto deste mesmo ano; - bacharel Herculano Marcos Inglês de Souza, nomeado aos 11 de fevereiro de 1882 e empossado aos 3 de abril deste mesmo ano; - bacharel Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, nomeado aos 27 de novembro de 1882 e empossado aos 9 de dezembro deste mesmo ano; - bacharel Joaquim José Afonso Alves, nomeado aos 29 de outubro de 1883 e empossado aos 12 de janeiro do ano seguinte; - dr. Custódio José Ferreira Martins, nomeado aos 9 de agosto de 1884 e empossado aos 17 de setembro deste mesmo ano; - bacharel Laurindo Pita, nomeado aos 7 de fevereiro de 1885 e empossado aos 3 de março deste mesmo ano; - desembargador Antônio Joaquim Rodrigues, nomeado aos 30 de agosto de 1885 e empossado aos 2 de outubro deste mesmo ano; – bacharel Antônio Leite Ribeiro de Andrada, nomeado aos 3 de junho de 1887 e empossado a 1.º de agosto deste mesmo ano; – dr. Henrique de Ataíde Lobo Moscoso, nomeado em 1.º de agosto de 1888 e empossado aos 6 deste mesmo mês e ano; – bacharel José Caetano Rodrigues Horta, nomeado aos 15 de julho de 1889 e empossado aos 19 deste mês e ano.

Além destes, ocuparam a presidência da província, na qualidade de vice-presidentes os cidadãos:

Capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, como conselheiro do governo (art. 9 da lei de 20 de outubro de 1823), assumiu o governo da província aos 21 de fevereiro de 1829; nomeado depois aos 24 de março de 1835, tomou posse aos 5 de maio do mesmo ano; assumiu ainda a presidência aos 27 de janeiro de 1843, e aos 26 de dezembro de 1844, por nomeação de 7 de janeiro de 1842.

Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, assumiu a presidência aos 12 de março e aos 9 de dezembro de 1830, aos 8 de abril de 1831 e aos 27 de abril do ano seguinte, pelo art. 9 da lei de 20 de outubro de 1823, e ainda esteve no governo aos 22 de abril de 1844, por nomeação de 26 de abril do ano anterior, e 21 de setembro de 1846, por nomeação de 27 de abril deste ano, assim como tomou posse deste cargo aos 18 de abril e 3 de novembro de 1848, aos 21 de junho de 1849, aos 3 de junho de 1851, aos 13 de fevereiro de 1857, aos 7 de março do ano seguinte e aos 14 de abril de 1860.

O padre Manuel de Assunção Pereira aos 23 de setembro de 1836 e aos 25 de abril do ano seguinte, sendo nomeado aos 30 de julho daquele ano.

Joaquim Marcelino da Silva Lima (Barão de Itapemirim) tomou posse da presidência aos 2 de março, aos 31 de dezembro de 1842, aos 28 de dezembro de 1844, aos 3 de maio de 1846, sendo nomeado aos 7 de janeiro de 1842, e ainda assumiu o governo aos 2 de agosto

de 1849, em 1.º de agosto de 1853, aos 15 de junho de 1855 e aos 15 de fevereiro de 1857.

Bacharel José Inácio Acioli de Vasconcelos, tomou posse aos 27 de maio de 1846, e fora nomeado aos 27 de abril deste mesmo ano.

Bacharel João da Costa Lima e Castro nomeado aos 21 de julho de 1859, tomou posse aos 11 de março de 1861.

Coronel Dionísio Álvaro Rezendo, tomou posse aos 28 de maio de 1863 sendo nomeado aos 23 de março de 1861, e ainda assumiu o governo aos 8 de junho de 1869 e aos 13 de agosto de 1870.

Bacharel Eduardo Pindaíba de Matos nomeado aos 21 de novembro de 1863 e assumiu o governo aos 28 de dezembro deste mesmo ano.

Bacharel Carlos de Cerqueira Pinto, tomou posse aos 8 de abril de 1867, sendo nomeado aos 6 de outubro do ano anterior.

Bacharel José Maria do Vale Junior, nomeado aos 21 de dezembro de 1867, tomou posse aos 26 de abril do ano seguinte.

Coronel Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, tomou posse aos 16 de novembro de 1872, sendo nomeado aos 17 de outubro deste ano, e ainda aos 8 de outubro de 1873, aos 29 de abril de 1874, aos 24 de novembro de 1875, aos 9 de setembro de 1885, por nomeação de 30 de agosto deste mesmo ano, e aos 9 de maio de 1887.

Coronel Manuel Ferreira de Paiva, tomou posse aos 5 de janeiro de 1877 e aos 11 de julho deste mesmo ano, sendo nomeado aos 3 de junho de 1872.

Tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida (Barão de Monjardim) nomeado em 1.º de fevereiro de 1878, tomou posse aos 19 de fevereiro deste mesmo ano, aos 2 de janeiro do ano seguinte, aos 13 de fevereiro de 1882, aos 17 de março de 1884, aos 27 de janeiro e 28 de julho de 1885, e ainda aos 18 de junho de 1889.

Bacharel Miguel Bernardo Vieira de Amorim, assumiu a administração aos 26 de abril de 1883, sendo nomeado aos 31 de outubro de 1878.

Bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, nomeado aos 17 de outubro de 1883, tomou posse em 1.º de maio do ano seguinte e ainda assumiu o governo aos 9 de agosto de 1889.

Os presidentes da província Olímpio Carneiro Viriato Catão e dr. Henrique de Ataíde Lobo Moscoso faleceram na capital do estado, o primeiro aos 29 de abril de 1858 e o segundo aos 8 de junho de 1889.

O chefe do executivo provincial, pela lei n.º 26 de 4 de dezembro de 1869, fora autorizado a mandar demarcar o patrimônio da província.

Congresso Legislativo

I – ASSEMBLEIA PROVINCIAL. II – CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. III – DIA DA INSTALAÇÃO DO CONGRESSO. IV – SUBSÍDIO. V – DEPUTADOS ESTADUAIS DEPOIS DA CONSTITUINTE ATÉ A ATUALIDADE.

I

Criadas as Assembleias Provinciais, pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, fizeram parte da primeira legislatura, que durou de 1835 a 1837, os cidadãos: – Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, padre João Luís da Fraga Loureiro, Manuel da Silva Maia, José de Barros Pimentel, Manuel de Morais Coutinho, Dionísio Álvaro Rezendo, padre Manuel d'Assunção Pereira, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, padre Inácio Félix de Alvarenga Sales, padre dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, padre Francisco Ribeiro Pinto, Manuel Pinto Rangel e Silva, Joaquim da Silva Caldas, Manuel de Siqueira e Sá Junior, Miguel Rodrigues Batalha, coronel Sebastião Vieira Machado, Aires Vieira de Albuquerque Tovar, João Nepomuceno Gomes Bittencourt e coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro.

Essa Assembléia foi instalada, pelo então presidente Manuel José Pires da Silva Pontes, em 1.º de fevereiro de 1835, ocupando a tribuna sagrada por ocasião da missa votiva do Espírito Santo o padre dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel.

Fizeram parte da mesa, como presidente, o padre dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel; 1º secretário, Dionísio Álvaro Rezendo e 2.º, o padre João Luís da Fraga Loureiro.

Faziam parte da Assembléia Provincial por ocasião da proclamação da República os cidadãos: – coronel Manuel Ferreira de Paiva, Eugênio Pinto Neto, Antônio José de Araújo Silva, tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, engenheiro Constante Gomes Sodré, major José Furtado de Mendonça, Joaquim Vicente Pereira, dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire, Antero da Silva Coutinho, dr. Eugênio Pires de Amorim, engenheiro Francelino Faria da Mota, coronel Joaquim Correia de Lírio, Salvador José Maciel, Antônio Joaquim Rodrigues Junior, Mariano Ferreira de Nazaré, dr. José Feliciano Horta de Araújo, capitão Ismael Francisco de Paula Loureiro, engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo Cunha, farmacêutico Leopoldino Gonçalves Castanheira, dr. Cândido Borges da Fonseca, dr. José Moreira Gomes, padre André Bertolo Y Miguez, capitão Gabriel Ferreira de Sá e Augusto Xavier de Oliveira.

Estando designado o dia 7 de dezembro de 1889, para realizar-se a eleição para deputados provinciais, foi ela sustada por decreto do Governo Provisório, de 21 de novembro, em vista da dissolução e extinção das assembleias provinciais.

II

Mudada a forma de governo do país pelo acontecimento de 15 de novembro de 1889, a então província do Espírito Santo, como todas as outras suas irmãs, passou a ser um estado federado da República dos Estados Unidos do Brasil e promulgou a sua primeira Constituição aos 20 de junho de 1891, Constituição esta que foi

revogada sendo promulgada a que se acha em vigor aos 2 de maio de 1892.

Assinaram esta Carta Constitucional os srs. deputados à Constituinte: - cidadãos Cleto Nunes Pereira, presidente; dr. Eugênio Pires d'Amorim, vice-presidente; dr. Silvino Vicente de Faria, 1.º secretário; Antero Pinto de Almeida, 2.º secretário; Ramiro de Barros Conceição, dr. Custódio Moreira de Souza, farmacêutico Wlademiro Fradesco da Silveira, dr. Luís Augusto Gomes, dr. Alberto Gomes de Azambuja Meireles, dr. Torquato Rosa Moreira, Francisco da Rocha Tagarro, Francisco Herculano Monteiro da Gama, Joaquim Vicente Pereira, José Gonçalves Ferreira, Augusto Calmon Nogueira da Gama, Aureliano Procópio Medina, Antero da Silva Coutinho, dr. José Coelho dos Santos, dr. Germano Chaves Tiradentes, dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima, José Furtado de Mendonça.

Esta Constituição foi reformada pelo Congresso Constituinte reunido aos 20 de novembro de 1904, de acordo com a lei n.º 415 de 1.º de dezembro de 1903 e art. 107, 108 e 109 da Constituição do Estado, sendo a reforma promulgada e assinada pelos srs. deputados: - dr. Silvino Vicente de Faria, vice-presidente; Antônio Pinto Aleixo, 1.º secretário; dr. Olímpio Correia Lírio, 2.º secretário; dr. Antônio Francisco Ataíde, dr. Deocleciano Nunes de Oliveira, dr. Estevão José de Siqueira, dr. Joaquim Fernandes de Andrade e Silva, Joaquim Correia de Lírio, Aristides de Morais Navarro, Pio Ramos, Antônio de Araújo Aguirre, dr. Manuel Silvino Monjardim, Virgílio Francisco da Silva, dr. José Gomes Pinheiro Junior, Sizenando de Matos Bourguignon, dr. Alfredo Garcia Rosa, Antônio Epaminondas de Barros Correia, Bernardino d'Oliveira, Antônio da Silva Borges.

O então governador dr. Afonso Cláudio, tendo assumido a governança do estado, em 1889, escolheu para organizar o projeto da Constituição os srs. drs. Horta de Araújo, Barcímio Barreto, José Horácio, advogado Manuel Augusto da Silveira e dr. Muniz Freire; e sobre tão importante comissão, assim se manifestou o Estado do Espírito Santo: – "A exemplo do que acertadamente praticaram os chefes do governo de alguns dos departamentos da Confederação brasileira, acaba o ilustre governador do Espírito Santo de nomear uma comissão de 5 membros para organizar o projeto da futura Constituição do nosso esperançoso Estado.

"Para esse importantíssimo trabalho, escolheu S. Ex.ª cidadãos de reconhecida competência, respeitáveis pelo saber e civismo e capazes portanto de levarem a efeito com honra para si e para a nossa pátria a melindrosa tarefa com que distingui-os a justificada confiança do Exmo. Sr. dr. Afonso Cláudio.

"O Sr. dr. Horta de Araújo, parlamentar e administrador provecto, é um espírito cheio de vida e rico de saber; os srs. drs. José Horácio e Barcímio Barreto – são magistrados estudiosos e inteligentes e vinculados já aos interesses progressistas da terra espírito-santense; o sr. advogado Manuel Augusto alia à inteligência vivaz uma experiência enriquecida pelo estudo dos negócios públicos do nosso Estado.

"O mais moço dos membros da comissão o Sr. dr. Muniz Freire – uma alma de elite, onde o patriotismo vibra sonorosamente, é uma ilustração perfeitamente corrigida das asperezas do estudo sem sistematização.

"A escolha portanto, foi feliz, e estamos certos que os comissionados saberão corresponder patrioticamente às vistas do Governador e às esperanças da opinião criteriosa."

A fim de rever a Constituição do Estado, promulgada em 1892 e sua reforma e modificá-las, a lei n.º 894, de 30 de dezembro de 1912, determinou que o Congresso Legislativo, na legislatura de 1913, acumulasse as atribuições de Constituinte.

A mesma lei determinou que essas modificações fossem feitas de acordo com as seguintes bases: –"Alterar ou suprimir os artigos – 1, 9, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 47, 48,

49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 61, 66, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102 e 109 da Constituição e de 1 a 13 inclusive da Reforma Constitucional". - "Acrescentar o seguinte: - A criação de tribunais competentes para processarem e julgarem os magistrados e os militares do Corpo de Polícia; — A instituição de Prefeituras Municipais; - A incorporação da lei de minas, terras e águas às complementares da Constituição; - A autorização ao Congresso ordinário para rever essas leis; - A obrigação dos Municípios terem as suas linhas divisórias perfeitamente demarcadas; - Determinar a qual do Poderes compete reclamar a intervenção federal; - Alterar a organização administrativa; - Determinar a época, em que deve ser revista a Constituição". – "A revisão e reformas autorizadas pela presente lei, estender-se-ão aos demais artigos, que ficarem prejudicados com a adoção de novos dispositivos ou supressão dos existentes, respeitados os princípios fundamentais". - "As modificações que forem aprovadas, bem como as que subsistirem da reforma de 1904, deverão, na redação definitiva, ser incorporadas à Constituição de 1892, de modo a formar esta um corpo único, expurgado das disposições obsoletas."

Esta nova reforma foi promulgada em sessão solene do Congresso Legislativo no dia 23 de maio de 1913, sendo assinada pelos srs. deputados: - Deoclécio Barbosa Borges, presidente; Virgílio Francisco da Silva, 1.º secretário: Francisco Carlos Schwab Filho, 2.º secretário; M. Teixeira de Lacerda, Ubaldo Ramalhete Maia, Francisco Etienne Dessaune, Joaquim José Bernardes Sobrinho, Licínio Alves Carneiro, Manuel Alves de Barros Junior, Henrique Gonçalves Laranja, Francisco José da Rocha, Vitorino José Garcia Santos, César Vieira Machado, Manuel Silvino Monjardim, José Maria Gomes, Antônio Honório da Fonseca e Castro, Porfírio José Furtado de Mendonça, Artur Coutinho de Alvarenga, Geraldo de Azevedo Viana, Cirilino Simões, João de Deus Rodrigues Neto.

A comissão encarregada dessa reforma compunha-se dos srs. deputados: - M. Teixeira de Lacerda, presidente; Ubaldo Ramalhete, relator; Deoclécio Borges, Licínio Carneiro, J. J. Bernardes Sobrinho, Etienne Dessaune.

III

Em homenagem à data de 23 de maio de 1535, que lembra o início do povoamento do território espírito-santense, é que esse dia continua a ser designado para a instalação do Congresso Legislativo, como também era o marcado para a abertura da Assembleia Provincial pela lei n.º 1 de 23 de outubro de 1871.

Esse ato revelador do civismo dos srs. membros do corpo legislativo, rivaliza com a lei n.º 8 de 1835, em que, na sessão do primeiro ano da legislatura, os srs. deputados decretaram que as sessões da Assembleia tivessem início aos 8 de setembro de cada ano, em homenagem à grande vitória alcançada pelos moradores da atual capital, no ano de 1551, sobre os indígenas.

De par a estas manifestações de patriotismo, surgiu também a decretação do dia de nossa emancipação do jugo de Portugal, 7 de setembro, para que se realizasse a solenidade de sua instalação.

Além das designações desses dias bem significativos e dos quais nos fala a história com o desejo de perpetuá-los cada vez mais na consciência nacional, a lei n.º 1 de 26 de setembro de 1838 diz que a reunião da Assembleia seria feita em 1.º de abril de cada ano.

IV

O que atualmente percebem os srs. deputados em um dia, segundo a lei n.º 664 de 7 de novembro de 1910 que fixou o subsídio dos membros do Congresso Legislativo para o biênio de 1913 a 1915 em 30\$000 por dia e têm de continuar a perceber diariamente no triênio de 1916 a 1918, segundo a lei n.º 926 de 24 de novembro de 1913, sendo-lhes, além disso abonada a ajuda de custo de 300\$000 cada vez que se tenha de reunir ordinária ou extraordinariamente o Congresso, era justamente o que competia em 30 dias aos representantes da província, na antiga Assembleia Provincial, pela lei n.º 1 de

junho de 1852 que lhes reduziu a mil réis e ajuda de custo para ida e volta conforme a lei n.º 9 de 25 de outubro de 1838. Acreditamos que semelhante redução fosse feita do subsídio de três mil réis que percebiam na legislatura de 1840 a 1841, tendo os que moravam fora da sede da reunião da Assembleia uma ajuda de custo para as despesas de ida e volta calculada em 1\$200 por légua geográfica.

Em 1870, a lei n.º 21 de 3 de dezembro, elevou-o a oito mil réis para a legislatura de 1872 a 1873.

A lei de 13 de março de 1884 marcou 10\$000 rs. de subsídio e uma ajuda de custo de 5\$000 rs. por légua para o biênio de 1886 a 1887.

V

Depois da Constituinte têm exercido o mandato de deputado nos triênios de:

1895 - 1897

Coronel Henrique da Silva Coutinho, coronel Joaquim Correia de Lírio, coronel Antônio da Silva Borges, coronel Simão Machado Bittencourt e Melo, dr. Artur Veloso, dr. Deocleciano Nunes de Oliveira, coronel Francisco Herculano Monteiro da Gama, coronel Joaquim Bermudes, coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama, dr. José Gomes Pinheiro Junior, coronel Luís Barbosa Leão, dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima, farmacêutico Wlademiro da Silveira, coronel Bernardino José d'Oliveira, coronel José Carlos de Azevedo Lima, coronel Virgílio Francisco da Silva, dr. Silvino Vicente de Faria, dr. José Marcelino Pessoa de Vasconcelos, coronel Ramiro de Barros Conceição, dr. Jerônimo de Souza Monteiro, major Augusto Rafael de Carvalho, coronel Marciano Izidro, coronel Mateus Cunha e Laurindo de Miranda.

1898 - 1900

Coronel Antônio Pinto Aleixo, dr. Joaquim Fernandes de Andrade e Silva, coronel Joaquim Correia de Lírio, dr. Silvino Vicente de Faria, dr. Gélio Ferreira de Paiva, dr. José Francisco Monjardim, coronel Simão Machado Bittencourt e Melo, dr. Henrique O'Reilly de Souza, monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha, Joaquim Dias Moreira, coronel Francisco Herculano Monteiro da Gama, dr. Antônio Araújo Aguirre, Rodrigues Passos, dr. Artur Thompson, coronel Benigno Soares Leite Vidigal, coronel Virgílio Francisco da Silva, coronel Ramiro de Barros Conceição, coronel Manuel Azevedo Sarmento, Pio Ramos, coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama, coronel Antônio da Silva Borges, Augusto Rafael de Carvalho, coronel Luís Barbosa Leão, coronel Bernardino José de Oliveira e dr. José Moreira Gomes.

1901 – 1903

Coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama, dr. Olímpio Correia de Lírio, dr. Antônio Francisco de Ataíde, dr. Silvino Vicente de Faria, coronel Antônio Pinto Aleixo, coronel Antônio da Silva Borges, coronel Joaquim Correia de Lírio, dr. Joaquim Fernandes de Andrade e Silva, dr. José Moreira Gomes, coronel Virgílio Francisco da Silva, coronel Simão Machado Bitencourt e Melo, coronel Bernardino José de Oliveira, coronel Benigno Soares Leite Vidigal, dr. Alfredo Garcia Rosa, dr. Gélio Ferreira de Paiva, dr. Eduardo Monteiro de Carvalho, dr. Enéas Ribeiro de Castro, Oscar Vieira de Resende, dr. José Coelho dos Santos, major Manuel Nunes de Amaral Pereira, dr. Antônio de Araújo Aguirre, Pio Ramos, major Augusto Rafael de Carvalho, coronel Carlos Pereira dos Santos Neto e monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha.

1904 - 1906

Dr. Estevão José de Siqueira, coronel Aristides de Morais Navarro, dr. Joaquim Fernandes de Andrade e Silva, coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama, dr. Olímpio Correia de Lírio, Epaminondas de Barros, dr. José Gomes Pinheiro Junior, coronel Joaquim Correia de Lírio, coronel Virgílio Francisco da Silva, monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha, Oscar Vieira de Rezende, Pio Ramos, dr. Eduardo Monteiro de Carvalho, dr. Antônio Francisco de Ataíde, dr. Antônio Araújo Aguirre, dr. Silvino Vicente de Faria, coronel Antônio das Neves Marins, coronel Antônio Pinto Aleixo, dr. Deocleciano Nunes de Oliveira, dr. Manuel Silvino Monjardim, dr. Alfredo Garcia Rosa, coronel Bernardino José de Oliveira, Sizenando Bourguignon, dr. João Dukla Borges de Aguiar e coronel Antônio da Silva Borges.

1907 - 1909

Coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama, dr. Olímpio Correia de Lírio, coronel Virgílio Francisco da Silva, dr. José Gomes Pinheiro Junior, Cirilo Tovar, coronel Aristides de Morais Navarro, dr. Bernardino de Souza Monteiro, dr. Luís Adolfo Thiers Veloso, coronel Manuel Ferreira de Melo Coutinho, coronel Joaquim Correia de Lírio, dr. Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto, dr. Paulo Júlio de Melo, dr. Joaquim Guimarães, dr. Manuel Clodoaldo Linhares, coronel Antônio Honório da Fonseca e Castro, Pio Ramos, coronel Artur Coutinho de Alvarenga, coronel Emídio José de Siqueira, dr. Antônio Francisco de Ataíde, dr. Antônio de Araújo Aguirre, dr. José Belo de Amorim, monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha, dr. José Coelho dos Santos, dr. Eduardo Monteiro de Carvalho e dr. Narciso da Costa Araújo.

1910 - 1912

Coronel Antônio de Souza Monteiro, dr. Deoclécio Borges, coronel Virgílio Francisco da Silva, dr. Marcílio Teixeira de Lacerda, coronel Francisco Carlos Schwab Filho, coronel Nestor Gomes, coronel Joaquim Correia de Lírio, dr. Luís Adolfo Thiers Veloso, coronel Henrique Gonçalves Laranja, coronel Manuel Azevedo Sarmento, coronel Custódio José da Fraga, dr. Manuel Silvino Monjardim, dr. João Dukla Borges de Aguiar, coronel Porfírio José Furtado de Mendonça, coronel Emídio José de Siqueira, coronel Artur Coutinho de Alvarenga, coronel Antônio Honório da Fonseca e Castro, coronel José Maria Gomes, coronel Manuel Ferreira de Melo Coutinho, coronel Francisco José Rocha, coronel Francisco Etienne Dessaune, coronel César Machado, Cirilino Simões, Francisco Paula de Figueiredo Castro e dr. Manuel Alves de Barros Junior.

De 1900 a 1912 dando-se, pela renúncia dos mandatos, as vagas dos deputados drs. Antônio Francisco de Ataíde, Cassiano Cardoso Castelo, Olímpio Correia Lírio, Clodoaldo Linhares e ainda pelo falecimento do dr. Belo de Amorim, foram eleitos e reconhecidos, aos 13 de setembro de 1909 os srs. Deoclécio Barbosa Borges, Júlio Pereira Leite, Manuel Silvino Monjardim, e em 1910 os srs. dr. Marcílio Teixeira de Lacerda e Francisco Etienne Dessaune.

Renunciou também o deputado Areobaldo Lellis Horta, sendo eleito e reconhecido aos 9 de maio de 1911 o sr. César Vieira Machado.

Dando-se ainda as vagas dos deputados dr. Júlio Pereira Leite, eleito deputado federal, e coronel João Lino da Silveira, eleito vice-presidente do estado, e as renúncias dos srs. dr. José de Souza Monteiro e Cirilo Tovar, foram eleitos aos 4 de agosto de 1912 os srs. coronel Antônio de Souza Monteiro, dr. Manuel Alves de Barros Junior, coronel Francisco de Castro e Cirilino Simões.

Para o quatriênio de 1913 a 1916 foram eleitos os seguintes cidadãos: – coronel Antônio de Souza Monteiro, dr. Deoclécio Borges, dr. Marcílio Lacerda, dr. Ubaldo Ramalhete Maia, coronel Nestor Gomes, coronel Custódio Moreira Fraga, coronel Etienne Dessaune, coronel José Maria Gomes, dr. J. J. Bernardes Sobrinho, coronel Artur Coutinho, coronel Francisco Carlos Schwab Filho, coronel Virgílio Silva, coronel Francisco Rocha, coronel Antônio Honório da Fonseca e Castro, coronel Henrique Laranja, coronel César Machado, coronel Porfírio Furtado, capitão Cirilino Simões, dr. Licínio Carneiro, João de Deus Rodrigues Neto, Geraldo Viana, dr. José Ribeiro Monteiro Silva, coronel Vitorino Garcia, dr. Manuel Silvino Monjardim e dr. Manuel Alves de Barros Junior.

Renunciou o mandato o dr. José Ribeiro Monteiro, sendo eleito o dr. Francisco Monteiro de Almeida, aos 10 de junho de 1913; – e, por falecimento dos srs. coronel Antônio de Souza Monteiro, presidente do Congresso, e Custódio Moreira Fraga, foram eleitos em 16 de agosto de 1913, os srs. dr. Jerônimo de Souza Monteiro e coronel Filinto Martins.

Realizada a solene sessão de abertura deste Congresso, em sua 8.ª Legislatura, aos 22 de outubro de 1913, leu a mensagem do sr. coronel Marcondes Alves de Souza, presidente do estado, o dr. José Bernardino Alves, secretário do Governo, tendo, em antes, sido eleita a Mesa que ficou composta dos srs. deputados: – dr. Jerônimo de Souza Monteiro, presidente; dr. Deoclécio Barbosa Borges, vice-presidente; coronel Virgílio Francisco da Silva, 1.º secretário e coronel Francisco Carlos Schwab Filho, 2.º secretário.

Para as diferentes comissões haviam sido eleitos os srs. deputados: – João de Deus, Filinto Martins e Nestor Gomes, para a de *Orçamento e Força Pública*; – *Finanças e Exame Geral da Administração*,

Antônio Honório, Etienne Dessaune e Licínio Carneiro; – *Justiça e Redação de Leis*, Marcílio de Lacerda, Barros Junior, Monteiro de Almeida, Deoclécio Borges e Ubaldo Ramalhete; – *Indústria e Obras Públicas*, Henrique Laranja, Geraldo Viana e Cirilino Simões; – *Instrução e Saúde Pública*, Bernardes Sobrinho, César Machado e José Maria.

Presidência do Estado

I – ADMINISTRADORES DO ESTADO. II – NOTAS BIOGRÁFICAS. III – VICE-PRESIDENTES DO ESTADO. TRIBUNAL ESPECIAL. CONSULTORES JURÍDICOS.

I

Têm governado o estado desde 15 de novembro de 1889 até hoje os seguintes cidadãos:

Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, nomeado por decreto de 16 de novembro de 1889 e empossado aos 20 do mesmo mês e ano, sendo exonerado aos 9 de setembro de 1890.

Tendo este governador sido chamado ao Rio de Janeiro pelo Governo Provisório, foi investido do cargo de dirigir os destinos do estado, na sua ausência, o dr. José Horácio Costa, que exercia a Chefia de Polícia.

Este cidadão assumiu a governança no dia 6 ou 7 de janeiro deste mesmo ano de 1890, demorando-se até 17 ou 18 do mesmo mês.

Seguiu-se o dr. Constante Gomes Sodré (3.º vice-governador), nomeado por decreto de 20 de julho de 1890. Assumiu o exercício aos 9 de setembro e deixou o governo aos 20 de novembro deste mesmo ano.

O tenente-coronel Henrique da Silva Coutinho, (2.º vice-governador), nomeado por decreto de 31 de maio de 1890. Assumiu a governança aos 20 de novembro do mesmo ano e exerceu-a até 10 de março de 1891.

Foi seu sucessor o dr. Antônio Gomes Aguirre, governador nomeado por decreto de 7 de março de 1891, assumindo a administração aos 11 do referido mês. Passou a governar o estado o Barão de Monjardim, governador eleito pelo Congresso em sessão de 6 de julho de 1891 e tomou conta do governo no dia seguinte. O 5.º governador foi o Dr. Antônio Gomes Aguirre, 1.º vice-governador, eleito pelo Congresso aos 6 de julho de 1891. Assumiu a administração aos 18 de dezembro de 1891 e deixou aos 19 do mesmo mês, ficando os negócios do estado a cargo de uma Junta Governativa composta dos cidadãos, coronel Inácio Henrique de Gouveia, drs. Graciano dos Santos Neves e Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto.

Instalada a Junta, e não estando presente o coronel Henrique de Gouveia que se achava na capital da República, representou-o então alferes do Exército Edgardo Eurico Daemon, hoje major.

O Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire, presidente eleito pelo Congresso aos 2 de maio de 1892, quando cessou o governo da Junta, assumiu o governo do estado no dia seguinte. Passou a administração ao 1º vice-presidente, dr. Graciano dos Santos Neves, aos 8 de agosto e reassumiu aos 5 de outubro, tudo em 1892.

Dr. Graciano dos Santos Neves, eleito aos 2 de fevereiro de 1896, e assumiu a administração no dia 23 de maio do mesmo ano, quando cessou o governo do seu antecessor.

Aos 23 de agosto de 1897 passou a administração ao seu substituto legal dr. Constante Gomes Sodré e na sessão do Congresso Legislativo de 29 do mês seguinte apresentou a sua renúncia daquele cargo.

Dr. José Marcelino Pessoa de Vasconcelos, eleito aos 30 de dezembro de 1897 empossou-se aos 6 de janeiro do ano seguinte. Entrando no gozo de licença aos 30 de setembro de 1898, a 1.º de outubro assumiu a presidência o dr. Constante Gomes Sodré. O 9.º governador foi o dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire, eleito aos 2 de fevereiro de 1900, e tomou posse em 23 de maio do mesmo ano. Entrando no gozo de licença, passou o exercício ao dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima que esteve na presidência, de 10 de fevereiro

aos 13 de abril de 1901 e de 19 de outubro aos 14 de novembro do mesmo ano.

10.º coronel Henrique da Silva Coutinho, eleito em 2 de fevereiro de 1904. Tomou posse do cargo em 11 de julho do mesmo ano, tendo sido em antes substituído pelo 1.º vice-presidente eleito também naquela data, dr. Argeu Hortêncio Monjardim, que assumiu a presidência em 23 de maio.

Seguiu-se o dr. Jerônimo de Souza Monteiro eleito em 2 de fevereiro de 1908 e que tomou posse aos 23 de maio do mesmo ano.

Em 23 de maio de 1912 assumiu o governo do estado o coronel Marcondes Alves de Souza, eleito em 2 de fevereiro do mesmo ano.

Tendo este presidente obtido do Congresso Legislativo, em sua última reunião de 1913, uma licença de oito dias, seguiu em 18 de janeiro de 1914, para a cidade de Campos a fim de visitar o general Pinheiro Machado, em sua fazenda Boa Vista, indo em sua companhia o dr. Washington Pessoa, seu secretário, e o capitão Hortêncio Coutinho, ajudante de ordens.

Assumiu por essa ocasião o governo do estado, o coronel Alexandre Calmon, 3.º vice-presidente, em vista da autorização do 1.º vice, coronel João Lino da Silveira, quando convidado para isso e ainda por se achar vago o lugar de 2.º vice-presidente pela renúncia do dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima, lugar que deixou de ser preenchido em vista do que estabelece a atual Constituição do Estado.

De torna-viagem o coronel Marcondes de Souza reassumiu o exercício no dia 21.

Eis a cópia da ata de posse do 1.º governador do estado no regime republicano.

> "Aos vinte dias do mês de novembro do ano de mil oitocentos e oitenta e nove no Paço Municipal desta Capital, presente o Presidente da mesma, o cidadão Joaquim Correia de Lírio, e

os Vereadores abaixo assinados, o Exmo. Cidadão Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa leu a mensagem que com o seu Decreto de nomeação de Governador deste Estado (Espírito Santo), entregou nas mãos do mesmo Presidente, prestando juramento de bem cumprir as ordens do Governo Provisório da República Federal Brasileira e Constituição Provisória, prometendo, outrossim, promover o bem, paz e o engrandecimento do Estado de cujo governo empossa-se. Por essa ocasião, o Presidente da Câmara acima mencionada declarou que a Municipalidade reconhecia o Governo Provisório e lhe prestaria obediência. Do que para constar se lavrou o presente termo. E eu *José Antônio Vieira de Faria*, Secretário que o escrevi. – *Afonso Cláudio de Freitas Rosa*.

(Seguem-se as assinaturas dos srs. Vereadores e as dos 137 cidadãos que assistiram a solenidade do ato)."

A fim de assistir à solenidade da posse do primeiro presidente do estado no regime republicano vieram os cidadãos Joaquim Gomes Pinheiro da Silva, dr. Chaves, dr. C. Borges, dr. Belarmino Machado, cirurgião-dentista Pienroze, Alexandrino Setúbal, Guido, José Natividade, e outros republicanos do Sul, que "deram o tom e a feição característica da festa, penetrando no recinto da Câmara, com Estandartes e Bandeiras, e erguendo vivas à República."

Diversos clubes republicanos, por esta ocasião, vieram trazer seus cumprimentos ao governador Afonso Cláudio e com ele congratular-se pela nova fase política porque acabava de passar o país.

II

O dr. Afonso Cláudio nasceu na fazenda da Barra de Mangaraí, próxima à capital deste estado, aos 2 de agosto de 1859.

Cursou as primeiras letras na Escola Pública do Una de Santa Maria, regida pelo professor José do Patrocínio Grijó.

Contando onze anos de idade em 1870, seguiu para o Rio de Janeiro onde, como interno do Colégio Neves, dirigido pelo espírito-santense Manuel Ferreira das Neves, iniciou o estudo secundário.

Em 1873, regressou para esta então província do Espírito Santo e matriculou-se no Ateneu Provincial de gratas recordações no qual cursou até 1877.

Com seus colegas Monteiro Peixoto e Muniz Freire, fundou na capital o periódico literário – *Aurora*, do qual foi um dos redatores. Esse periódico foi o primeiro órgão que se publicou na província, nascido da iniciativa de estudantes seus filhos.

Além de ser o mais assíduo colaborador da – *Liberdade*, hebdomadário que surgira à luz da publicidade, redigido por Muniz Freire e Cândido Costa, prestou seu concurso no período de 1875 a 1877 na parte humorística do *Espírito-Santense* do capitão Basílio Daemon, na *Gazeta do Commercio* de Pessanha Póvoa e colaborou também no Echo dos Artistas, na Idéa, e depois na Gazeta da Victoria. Em 1877 dedicou-se ao teatro prestando o seu esforço intelectual à antiga sociedade Melpômene, onde foram representadas as suas composições de cenas dramáticas, entre as quais – *O Remorso*, e as suas poesias patrióticas.

Seguiu em 1878 para o Recife onde se matriculou no curso jurídico e tendo encontrado já encerrada a matrícula, só no ano seguinte prestou o respectivo exame de primeiro ano. Em 1880 prosseguiu no curso de São Paulo, até 1882, e recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife aos 9 de novembro de 1883.

Durante quatro anos foi correspondente e colaborador do diário – *Província do Espírito Santo*, no qual publicou as suas *Cartas de São Paulo* e folhetins de sua lavra.

Em 1883 exerceu interinamente a promotoria pública da capital, sendo ainda quartanista de direito, em substituição ao Dr. Generino dos Santos que entrara no gozo de licença.

O seu primeiro discurso em público foi a comovedora oração que proferiu em nome da mocidade à beira do esquife do pranteado dr. Azambuja Meireles, aos 4 de junho de 1883, o qual foi estenografado e veio à publicidade na *Província* de 6 do mês citado. Ainda neste jornal editou duas longas séries de estudos referentes ao ensino público e urgência de sua reforma.

Formado, o dr. Afonso abriu banca de advocacia com o seu companheiro e colega dr. Muniz Freire, na capital da província.

Desde o começo de 1883 lançou na imprensa o seu manifesto político declarando-se republicano, retomando, porém, a posição de propagandista do abolicionismo preferentemente e foi um dos fundadores da "Sociedade Domingos Martins" que o teve por orador enquanto existiu.

No velho paço da antiga Câmara Municipal da capital fez o dr. Afonso diversas conferências, em noites de dias santificados e às quais concorriam escravos de todas as distâncias e o que a sociedade tinha de escolhido em artes, ciências e filantropia.

Agitou a questão da liberdade dos africanos importados depois da lei 1831 que reprimiu o tráfico, e a dos escravos não matriculados conservados em cativeiro, tendo como companheiro nessa cruzada o solicitador Ovídio dos Santos.

Aos 7 de janeiro de 1884, foi nomeado procurador fiscal e dos feitos do Tesouro Provincial, cargo que ocupou efetivamente até 2 de agosto de 1887 e do qual exonerou-se espontaneamente aos 3 de agosto deste mesmo ano, passando a reger a cadeira de história universal e de geografia do Ateneu Provincial.

Extinta a escravidão em 1888, o dr. Afonso Cláudio convergiu os seus esforços para a propaganda republicana, na imprensa e nas conferências públicas, viajando sempre pelo Sul do estado, onde outros eram os diretores do movimento. Data deste período a sua colaboração ativíssima na *Tribuna*, órgão republicano de Benevente e

no Cachoeirano, defensor das ideias democráticas no Cachoeiro de Itapemirim. Exerceu o cargo de presidente da Intendência Municipal da capital e por decreto de 28 de dezembro de 1891 foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, ocupando sempre a presidência do mesmo tribunal em sucessivas eleições até 11 de maio de 1894.

De 1892 em diante tornou-se a sua preocupação o estudo do direito, colaborando na revista - O Direito, do Rio de Janeiro, a convite do desembargador Macedo Soares. Desde 1885 é sócio correspondente do Grêmio Bibliotecário Cachoeirense, do Cachoeiro de Itapemirim.

Com o general Campos, Colatino Barroso e outros distintos espírito-santenses fundou no Rio de Janeiro o Centro Espírito-Santense em julho de 1911. Tem o seu nome ligado a um dos futurosos municípios do estado.

Publicou em 1885 o opúsculo - A Insurreição do Queimado, episódio da história espírito-santense, na tipografia da Província do Espírito Santo; na tipografia do Instituto Profissional do Rio de Janeiro editou em 1902 o opúsculo - Biografia do Dr. João Clímaco; e História da Literatura Espírito Santense, com um prólogo de Clóvis Bevilacqua, em 1913 nas oficinas do Commercio do Porto.

Além destes tem – Formulários e Comentários à lei da Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo, três volumes; - Controvérsias e Julgados, dois volumes; - Alegações e Pareceres, um volume; - e em elaboração: Elucidário Forense (exposição sistemática contendo a teoria e as aplicações práticas da jurisprudência acerca dos institutos de Direito, desenvolvidas alfabeticamente), dois volumes.

É de sua lavra a poesia que abaixo reproduzimos:

O Colóquio das águas

(O rio e o mar)

Ι

Da penedia a prumo, desprende-se a torrente De níveas águas, frígidas, cortantes, Que rolando nas arestas penetrantes Dos seixos, modelam em terra o leito da corrente.

E daí a sangrar por solidões distantes, Vem a úmida caudal lutando, frente a frente. Com as silvas agrestes e os robledos gigantes Que o turbilhão solapa em cólera fremente.

> Depois, esses despojos lança ao mar, Pondo remate aos transes do lidar Incessante e contínuo da matéria;

E qual se em seio amigo penetrara, O vassalo ao castelão assim notara O contraste da grandeza à vil miséria;

II

– Quão venturoso és tu, ó velho sonhador!
Que nas areias límpidas, silentes,
Os flancos moves e aos largos continentes
Pródigo distribuis a quentura e o frescor!

 Engano teu, vilão! Em toda a parte a dor -Diz o mar – transborda como tu em túrgidas enchentes; Se o visco da lesma conspurca e tisna a flor, Oue outra sorte reservas ao resto dos viventes?

> Por sobre o dorso meu repontam as quilhas; Em revoadas se abatem sobre as ilhas Aves que sulcam do espaço as amplidões.

E enquanto sobre mim deriva a vasa impura Das cidades, os crustáceos revolvem a lama escura, Que a terra expele em ígneas convulsões!

O dr. Constante Gomes Sodré nasceu na cidade de São Mateus, deste estado, em 22 de dezembro de 1850.

Entrou para a Escola de Marinha em 1867 sendo no ano seguinte promovido a guarda-marinha e como tal seguiu para a África em 10 de fevereiro de 1870, indo depois a Montevidéu.

Nesse mesmo posto veio a este estado, na canhoneira Felipe Camarão, a fim de tomar parte nos trabalhos da construção de faróis.

Foi reformado no posto de 2.º tenente em 7 de abril de 1895.

Em 1890 foi nomeado 3.º governador do estado e coube-lhe fazer a eleição para o Congresso Constituinte.

O dr. Antônio Gomes Aguirre nasceu na cidade de São Mateus, deste estado, em agosto de 1859.

Terminando o curso primário na capital do estado, seguiu para o Rio de Janeiro onde [não] só estudou os preparativos, como também matriculou-se depois na Escola Politécnica, curso que deixou para seguir a profissão médica, recebendo o respectivo grau em dezembro de 1884.

Republicano da propaganda, foi um dos companheiros de luta, nos tempos monárquicos, do dr. Afonso Cláudio e farmacêutico Bernardo Horta, colaborando em diversos jornais.

Fez parte da redação do *Commercio do Espírito Santo*, e foi um dos fundadores do partido União Republicana Espírito Santense.

Redigiu também o *O Cachoeirano* em a cidade do Cachoeiro de Itapemirim; fez parte da comissão permanente de partido republicano, sendo candidato apresentado pelo 1.º distrito na eleição geral, na monarquia.

Com o professor Aristides Brasiliano de Barcelos Freire fundou o Externato Santos Pinto que bons serviços tem prestado à instrução da mocidade espírito-santense, e no qual, além de outras disciplinas, lecionou a cadeira de língua francesa.

Exerceu a investidura de governador do estado pelo decreto de 7 de março de 1891 e ainda por eleição do Congresso Legislativo de 6 daquele mesmo mês e ano.

Tem desempenhado diversas comissões como a que exerceu quando o Sul do estado foi invadido pela *cólera morbos*.

Reformadas as repartições públicas, com o novo regime republicano, e tomando o Tesouro o nome de Secretaria de Finanças, o dr. Antônio Aguirre ocupou a chefia da repartição.

Foi um dos que mais se empenharam pela Exposição Regional, que se efetuou na cidade do Cachoeiro de Itapemirim, em 1866, e em 10 de outubro desse mesmo ano fez uma conferência sobre instrução pública no salão do *Grêmio Bibliotecário* daquela próspera cidade.

É sócio de diversas sociedades, nas quais tem ocupado elevados cargos, sendo benemérito da Sociedade Beneficente Franciscana.

Atualmente, e desde longa data, exerce o cargo de Inspetor da Saúde do Porto.

O Barão de Monjardim nasceu na capital do estado, em 20 de abril de 1836.

No regime republicano foi o 1.º governador do estado, eleito pelo Congresso em 6 de junho de 1891 e cujo governo assumiu no dia seguinte.

Durante o Império, além de ter exercido o mandato de deputado provincial em várias legislaturas, desempenhou, por diversas vezes, as funções de 1.º vice-presidente da província, tendo assumido a presidência pela última vez em 1889.

Exerceu o cargo de Inspetor da Alfândega, no qual está aposentado desde 1881, tendo sido nomeado por decreto de 7 de agosto de 1867.

Mereceu algumas condecorações honoríficas e, em agosto de 1889, o governo imperial distinguiu-o com o título de barão.

É tenente-coronel da Guarda Nacional e foi deputado à Assembleia Geral Legislativa.

Na República desempenhou o mandato de deputado à Câmara Federal, eleito para a legislatura de 1909 a 1911.

O dr. Graciano dos Santos Neves nasceu na cidade de São Mateus, deste estado aos 12 de julho de 1868.

No Rio de Janeiro, no colégio do dr. Abílio César Borges, cursou o dr. Graciano alguns preparatórios, os quais findos, matriculou-se na Escola Politécnica, onde permaneceu algum tempo, deixando-a depois para matricular-se na Academia de Medicina da então capital do Império.

Formou-se em 30 de dezembro de 1889.

A tese que sustentou foi apresentada à faculdade em 30 de setembro de 1889 e versou sobre os nervos tróficos.

Fundou em 1891, na cidade de São Mateus, o periódico sob o título Norte do Espírito Santo no qual colocou-se em oposição ao golpe de Estado em novembro de 1891.

Fez parte da Junta Governativa aclamada pelo movimento político da manhã de 19 de dezembro de 1891 e deixou este cargo quando empossado o novo presidente, dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire, aos 3 de maio de 1892, eleito pelo Congresso do Estado no dia anterior, quando o dr. Graciano foi também eleito 1.º vice-presidente.

Nesse mesmo ano e aos 2 de agosto teve que assumir a administração até 5 de outubro.

Cessando o período governamental do dr. Muniz Freire, em 23 de maio de 1896, assumiu o dr. Graciano a presidência do estado por ter sido eleito pelo voto direto na eleição de 2 de fevereiro do mesmo ano.

Em 22 de agosto de 1897 passou a presidência ao seu substituto legal dr. Constante Gomes Sodré, e na sessão de 29 do mês seguinte apresentou ao Congresso Legislativo a sua renúncia daquele cargo, sendo o seu ofício enviado à Comissão de Justiça para sobre ele emitir o respectivo parecer, o qual apresentado em sessão de 1.º de outubro, sendo relator o deputado Mateus Cunha, opinou pela renúncia.

Contra esse parecer falou o deputado Wlademiro da Silveira e diz o *Commercio* de 3 de outubro em um local da segunda página, sob o título: – "O Congresso do Estado. – Estiveram presentes à sessão de ontem 14 Srs. Deputados, presidindo-a o Sr. Augusto Calmon.

"Depois da leitura da ata dos trabalhos anteriores, procedeu-se a do expediente:

"Em ato contínuo, passou-se à primeira parte da ordem do dia.

"Lido e posto em discussão única o parecer n.º 6 – aceitando a renúncia do dr. Graciano Neves oraram contra o mesmo os Srs. Silvino de Faria e Wlademiro da Silveira, e defendendo-o, como membro da Comissão de Justiça, o Sr. Deocleciano de Oliveira.

"O Sr. Wlademiro da Silveira apresentou uma indicação pedindo ao Congresso que elegesse uma comissão especial para solicitar do dr. Graciano Neves – em nome do povo espírito-santense – a desistência da renúncia, convidando a reassumir o seu posto na suprema administração do Estado.

"Foi rejeitada esta aludida indicação.

"Encerrada a discussão do parecer da Comissão de Justiça, e posto a votos, o Sr. Wlademiro da Silveira, pela ordem, ainda requereu, verbalmente, que a votação fosse efetuada nominalmente.

"Foi aprovado o requerimento do Sr. Wlademiro.

"A votação nominal foi a seguinte: responderam sim - isto é, aprovando o referido parecer, os Srs. Deputados Augusto de Carvalho, Deocleciano de Oliveira, Monteiro da Gama, José Marcelino, Antônio Borges, Barbosa Leão, Mateus Cunha, Marciano Izidro, Joaquim Lírio e Joaquim Bermudes (10) e - não - os srs. Silvino de Faria, Wlademiro da Silveira e Simão Machado (3)".

Fez parte do corpo docente da Escola Normal, lecionando diversas matérias tendo prestado também concurso para as cadeiras de pedagogia e de português, e desempenhou diversas comissões médicas, como a que exerceu em 1896, quando se manifestou a cólera morbos, no Sul do estado.

Exerceu o mandato de deputado à Câmara Federal; prestou concurso para a cadeira de lógica do Ginásio Nacional e ocupa atualmente o lugar de botânico no Jardim Botânico, na capital da República. No concurso a que se submeteu, em 1913, para a cadeira de Botânica, Morfologia e Fisiologia Vegetal da Escola Superior de Agricultura foi unanimemente classificado em 1.º lugar, sendo para ela nomeado.

Não nos foi possível obter notas sobre o coronel Henrique de Gouveia, apenas tivemos a de ser filho do estado da Paraíba, de ter sido sempre um militar digno e que honrava a classe do Exército a que pertencia e na qual conquistou a elevada patente que prezava com todas as veras.

O dr. Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto nasceu na vila de Águas Belas, estado de Pernambuco, em 18 de fevereiro de 1866.

Terminado o curso primário seguiu para o Recife, onde pouco tempo depois, tendo frequentado as aulas noturnas do Liceu de Artes e Oficios, prestou exames de humanidades e dedicou-se ao ensino particular.

Nessa época principiou a colaborar em diversos órgãos literários.

A sua entrada para a Academia data de 1884 e a sua formatura em ciências jurídicas e sociais realizou-se aos 3 de novembro de 1888, obtendo distinção.

Como acadêmico continuou a lecionar particularmente matemáticas, procurando assim recursos para a continuação de seus estudos em vista de ter falecido seu progenitor, e além de ser professor do Liceu, foi também, gratuitamente, da Escola Normal Propagadora da Instrução.

Por essa ocasião publicou o seu folheto - Devaneios Literários.

Depois de ter recebido o grau de bacharel, prestou concurso para um dos lugares do Tesouro do Estado de Pernambuco para o qual foi nomeado em 23 de abril de 1889.

Aqui no estado, após a proclamação da República, em janeiro de 1890 ocupou o cargo de promotor da comarca de Guarapari, na qual, nesse mesmo ano, exerceu as funções de juiz municipal, tendo nessa localidade organizado uma escola noturna.

Na capital deste estado exerceu a judicatura de substituto de juiz seccional.

Fez parte da Junta Governativa aclamada em 19 de dezembro de 1891, sendo no ano seguinte eleito vice-presidente do estado.

Além de ter sido nomeado para o cargo de Chefe de Polícia, em 1893, exerceu o de lente catedrático de matemáticas da Escola Normal, e, em 1894, foi eleito deputado ao Congresso Federal, sendo reeleito em outras legislaturas.

Desempenhou também o mandato de deputado ao Congresso Legislativo Estadual e foi um dos redatores do diário *Estado do Espírito Santo*.

Exerceu a comissão de tratar dos limites deste estado com o de Minas, cujo acordo assinou em 18 de agosto de 1908.

Faleceu no Rio de Janeiro aos 11 de abril de 1909.

O major Edgardo Daemon nasceu no Muqui, Cachoeiro de Itapemirim, em 14 de setembro de 1861.

A primeira instrução primária recebeu do professor público Carlos Bernardino Maciel, fazendo o curso de humanidades no Ateneu Provincial.

Matriculou-se na Escola Militar em janeiro de 1881, levando oito preparatórios inclusive aritmética e geometria, que teve de cursar novamente, por exigências do regulamento.

De dois anos constou o seu curso de preparatórios nessa escola, estudando somente matemática elementar - (aritmética, álgebra e geometria) – e mais desenho linear e exercícios militares.

No curso secundário matriculou-se em 1883, e, no ano seguinte, habilitou-se ao curso de infantaria e cavalaria e frequentou a Escola Prática de Tiro. Em 1885, matriculou-se no 2.º ano da escola para estudar o curso de artilharia, que não completou, faltando apenas mecânica do 3.º ano.

Deixou a Escola Militar em 1888, cursando novamente a de Tiro em 1889, sendo promovido a alferes, em 4 de janeiro de 1890, para a arma de Cavalaria da qual pediu transferência para a de Infantaria, vindo servir em 1891 no 32 Batalhão, estacionado na capital deste estado.

Foi nessa ocasião que fez parte da Junta Governativa, interinamente, por escolha unânime de seus colegas de batalhão.

A sua promoção a tenente data de 23 de julho de 1894. Em 1898 foi nomeado subalterno do Colégio Militar, tendo nesse caráter, servido ali pouco tempo, passando a exercer o cargo de subsecretário, depois o de secretário, cargo em que esteve até 1907, como capitão, promoção que se realizou aos 19 de setembro de 1902.

Após a sua saída do colégio foi servir em Mato Grosso, donde voltou em 1908 e no ano seguinte seguiu com o 8.º Batalhão de Infantaria em expedição ao estado de Goiás, sendo promovido a major em 11 de outubro de 1911 para o 16 Batalhão que atualmente se acha em Curitiba.

Na capital deste estado colaborou nos jornais *Espírito Santense*, Commercio do Espírito Santo e Estado do Espírito Santo, e no Rio de Janeiro, na *Revista da Família Acadêmica*, da Escola Militar, *Revista Didactica*, do mesmo colégio e no *Soldado*.

De seu estro poético transcrevemos a seguinte poesia:

ETERNIDADE DO AMOR (Em cartão postal)

Nada se perde, tudo se transforma,
Dizia o grande sábio...
Isso quanto à matéria,
É a sentença que encontro no alfarrábio.

Há entretanto certo estado d'alma Indefinido e ardente, Sublime e inexplicável, Que persiste e domina eternamente...

Não morre o amor, nem mesmo se destrói, Quer no tempo ou no espaço, E cada vez mais forte Surge num beijo ou num saudoso abraço.

Domina nos três reinos; impalpável, E torna-se invencível; Da seta venenosa Ninguém pode evitar a ação terrível!

E para compreender quanto é sutil, Basta considerar Esse grande mistério Que ele possui dos seres fecundar. Nas próprias flores puras e viçosas O estame que loureja De dourado pólen Quem negará que o seu carpelo beija?!

O dr. José Marcelino Pessoa de Vasconcelos nasceu em 4 de novembro de 1864, na capital deste estado.

Fez seus estudos primários, de 1870 a 1874, na aula regida pelo saudoso professor Miguel Sarmento.

Em 1875 matriculou-se no Ateneu Provincial, de gloriosas tradições, no qual concluiu o curso de preparatórios em 1881. Em 1882 entrou para a Escola Politécnica onde permaneceu até dezembro de 1883, matriculando-se na Academia de Medicina do Rio de Janeiro onde se formou em 1889.

Após a sua formatura foi residir na cidade do Cachoeiro de Itapemirim, deste estado, na qual exerceu a sua profissão até 1894, vindo para a capital.

Criada a Escola Normal foi nomeado professor de física, química e biologia, e exerceu o mandato de deputado estadual na legislatura de 1895 a 1897.

Daí é que o partido político a que estava filiado o fez sucessor do presidente do estado, resignatário, dr. Graciano dos Santos Neves.

Ativou os serviços da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e inaugurou as estações do Jucu, Santa Isabel e Floriano Peixoto.

Era escritor e polemista.

Foi este o 9.º presidente que teve o estado, depois de proclamada a República.

Faleceu no Rio de Janeiro.

O dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire nasceu na capital deste estado, aos 13 de julho de 1861.

Fez o curso de preparatórios no Ateneu Provincial. Nesse tempo com seus contemporâneos Afonso Cláudio e João Monteiro Peixoto deu à publicidade um jornal literário sob o título *A Aurora*, o qual começou a ser publicado em 24 de setembro de 1875, e depois, com Cândido Costa, historiador contemporâneo, redigiu *A Liberdade*, hebdomadário também literário e científico que teve publicidade aos 6 de abril de 1876.

Iniciou seus estudos acadêmicos em 1877, na cidade do Recife, onde fundou a *Gazeta Acadêmica*, e conclui-os em São Paulo, formando-se em 1881.

Aí foi o redator chefe do *Liberal Acadêmico*, e de volta à capital deste estado em janeiro de 1882, com seu conterrâneo Cleto Nunes Pereira, fundou em 15 de março desse ano a *Província do Espírito Santo*, órgão do Partido Liberal. Nesse mesmo ano de 1882 foi eleito deputado provincial, cargo que desempenhou ainda nas legislaturas de 1884 a 1889, sendo nesse último ano de seu mandato legislativo, em 30 de agosto, eleito deputado geral pelo 2.º distrito desta então província.

Essa Câmara, porém, não chegou a ser instalada por força da revolução de 15 de novembro de 1889, que a dissolveu.

Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado à Constituinte e primeiro Congresso da República.

Inaugurou o primeiro trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo.

Tem o seu nome ligado a uma localidade do estado – a cidade de Muniz Freire, ex-vila do Espírito Santo do Rio Pardo.

Em setembro de 1892, na qualidade de presidente do estado, realizou uma viagem a Minas a fim de negociar o convênio que foi assinado em agosto de 1893, nesta capital, por ele e pelo dr. Afonso Pena, presidente do estado de Minas, que aqui viera especialmente para esse fim.

Na qualidade de vereador da capital ocupou a presidência da antiga Câmara Municipal. Exerceu em Paris a função de representante do estado e ocupa, atualmente, uma cadeira no Senado Federal. O dr. Cerqueira Lima nasceu na Bahia, em 2 de setembro de 1848. Recebeu o grau de doutor em medicina pela Faculdade da Bahia.

Ocupou o cargo de 2.º cirurgião da Armada e veio para este estado, em 1878, como médico da Companhia de Aprendizes Marinheiros, cujo cargo exerceu até 1885, e em 1887 foi nomeado para exercer as mesmas funções no hospital de Marinha.

Além do lugar de vice-presidente do estado desempenhou os de Chefe do Arquivo Público, Diretor da Biblioteca Pública, Escolas Normais e do Ginásio Espírito Santense.

Atualmente está aposentado.

O coronel Henrique Coutinho nasceu em 6 de novembro de 1845 neste estado.

Além dos cargos de presidente do estado que ocupou de novembro de 1890 a março de 1891 e de 11 de julho de 1904 a 1908, exerceu o mandato de deputado ao Congresso do Estado e coube-lhe ocupar a cadeira de presidente dessa casa legislativa. Desde os primeiros dias da República até 1904, ocupou sempre o cargo de presidente do diretório do Partido Construtor.

Em 1897 foi eleito senador federal, de cujo mandato tomou posse em 4 de julho do mesmo ano.

Durante a monarquia jamais aceitou cargo algum.

Fez parte da comissão nomeada pelo presidente dr. Jerônimo Monteiro para a Exposição Nacional de 1908, sendo eleito presidente dela.

Passou a chefia do partido que dirigia ao novo presidente dr. Jerônimo Monteiro em um banquete que lhe ofereceu no dia 25 ou 26 de junho de 1908.

Na sua última administração, em 9 de janeiro de 1905, é que se deu a discordância com o chefe do partido dr. Muniz Freire do que resultou um rompimento político.

Motivou este afastamento a apresentação da chapa pelo dr. Muniz Freire dos candidatos a três lugares de governadores municipais que se achavam vagos, com a qual não concordou o coronel Henrique Coutinho, que apresentou os srs. João José Domingos Ramos, Veredino Ferreira de Aguiar e Pedro Luís Furtado, os quais foram os sufragados na eleição realizada aos 15 do mesmo mês.

A chapa apresentada pelo dr. Muniz Freire era composta dos srs. drs. Silvino Faria e Estevão de Siqueira e do sr. Veredino de Aguiar, incluído na chapa do coronel Henrique Coutinho.

No dia seguinte ao da chapa publicada trouxe o *Jornal Official* uma declaração firmada pelo sr. Veredino Aguiar em que dizia acompanhar o grupo do sr. coronel Henrique Coutinho e foi o seu nome substituído na chapa do dr. Muniz pelo do sr. Alfredo Pacca.

O dr. Argeu Hortêncio Monjardim nasceu em 2 de janeiro de 1872, na capital do estado.

Frequentou a escola primária regida pelo professor Miguel Teixeira da Silva Sarmento e cursou os preparatórios no Ateneu Provincial.

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, donde transferiu a matrícula para a do Recife no mesmo ano, na qual, em 1894, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Colaborou no *Autonomista*, no *Commercio do Espírito Santo* e ultimamente foi o redator chefe do órgão político *O Estado do Espírito Santo*.

Além de ter exercido o cargo de Procurador Seccional da República neste estado, foi eleito governador municipal, tendo presidido interinamente o referido governo. Eleito 1.º vice-presidente do estado inaugurou o quatriênio de 1904-1908, assumindo o governo.

Exerceu também o cargo de delegado do recenseamento neste estado e é atualmente advogado.

O dr. Jerônimo de Souza Monteiro nasceu na Fazenda Monte Líbano, município do Cachoeiro de Itapemirim, aos 4 de junho de 1870.

Recebeu a instrução primária de seus próprios pais na dita fazenda.

Fez seus preparatórios nos colégios de Caraça e Itu e matriculou-se na Academia de São Paulo, em março de 1890, onde recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais aos 19 de dezembro de 1894.

Colaborou em diversos jornais do estado como no Cachoeirano, Sul do Espírito Santo, de Cachoeiro de Itapemirim, Echo Municipal, de São Paulo de Muriaé e União Municipal, de Santa Rita de Passa Quatro, do qual foi redator.

Escolhido nessa última cidade para tomar parte na Câmara Estadual como seu representante, desistiu, depositando esse lugar em mãos dos dirigentes do partido.

Ocupou o cargo de promotor de justiça da comarca do Cachoeiro de Itapemirim em 1895 e exerceu o mandato de deputado estadual na legislatura de 1895 a 1896, sendo eleito deputado ao Congresso Federal para o triênio de 1896 a 1899.

Desempenhou diversas comissões que lhe foram confiadas como a de representante do município de Santa Rita de Passa Quatro (São Paulo) e ainda do estado do Espírito Santo no Rio de Janeiro, sobre operação de crédito e venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo.

Eleito presidente do estado em fevereiro de 1908 assumiu o exercício em 27 de maio do mesmo ano, sendo o primeiro que, no ato solene da posse, perante o Congresso usou as insígnias de primeiro magistrado estadual.

Eis de seu manifesto as suas palavras de promessa:

"Procurarei proceder com verdadeiro respeito a Deus e escrupuloso sentimento de justiça, obedecendo zelosamente aos ditames da consciência, observando e fazendo respeitar com firmeza os preceitos constitucionais, e defendendo com o maior ardor os interesses do povo.

"Fiel à minha orientação, saberei sacrificar-me em benefício dos interesses do Estado, e verificando a prática de qualquer ato menos acertado, não vacilarei em corrigi-lo com presteza".

O dr. Jerônimo de Souza Monteiro tem o seu nome ligado a uma das mais importantes ruas da capital e a outras de diversas localidades do estado.

Por iniciativa de vários departamentos públicos existe a sua fotografia nas suas salas de honra e ainda na da Santa Casa de Misericórdia, por deliberação da mesa administrativa, em vista de seus bons auspícios a essa pia instituição.

Apresentando seu nome por diversos municípios do estado para uma das vagas existentes no Congresso Legislativo Estadual, foi seu nome sufragado na eleição de 19 de agosto de 1913.

Ocupa o cargo de representante da Fazenda Nacional junto à Inspetoria de Portos e Canais.

O coronel Marcondes Alves de Souza nasceu na vila de Itaúna, em Minas, no dia 12 de setembro de 1868.

Em 1883, contando 15 anos de idade veio para a então província do Espírito Santo onde tem permanecido até hoje.

Durante oito anos ocupou não só o lugar de 2.º como também de 3.º suplente do juiz de direito da comarca do Cachoeiro de Itapemirim.

Eleito governador municipal da cidade do mesmo nome, exerceu esse mandato em 1900 a 1904, sendo reeleito para os seguintes quatriênios de 1904 a 1908 e de 1908 a 1912.

Em 23 de maio de 1908 foi eleito presidente do mesmo governo, cargo que ainda ocupou por ser reeleito em 1909, 1910 e 1911.

Em 1901 foi eleito membro do diretório político do distrito de São João do Muqui, sendo escolhido para presidente do mesmo, no dia da posse. Ocupou, por eleição do Congresso Estadual, o lugar de 2.º vice-presidente do estado, no quatriênio que terminou em 23 de maio de 1912.

Concorreu não só para a feitura da cadeia civil de São João do Muqui, como também para a iluminação pública, construção de várias estradas de rodagem e ainda ultimamente, para a sua elevação a município.

Eleito para ocupar a curul presidencial do estado em fevereiro de 1912, assumiu o governo em 23 de maio do mesmo ano.

O coronel Alexandre Calmon nasceu na vila de Linhares, deste estado, em 1862.

Depois de completar os estudos primários, frequentou o curso de humanidades do Ateneu Provincial de Vitória.

Tem ocupado diversos cargos públicos, entre os quais exerceu o de professor primário na vila de Linhares e cidade de São Mateus, e promotor público interino na capital do estado.

É presidente do Governo Municipal de Linhares, onde é proprietário e industrial.

Atualmente ocupa o lugar de 3.º vice-presidente do estado.

III

Para os lugares de vice-presidente do estado foram eleitos na eleição de 2 de fevereiro de 1912: coronel João Lino da Silveira, 1.º vice-presidente; dr. Ubaldo Ramalhete Maia, 2.º vice-presidente e coronel Alexandre Calmon, 3.º vice-presidente.

Nessa eleição o partido das oposições coligadas apresentou a seguinte chapa: para presidente o capitão dr. Getúlio Florentino dos Santos e para vice-presidentes os srs. drs. José Gomes Pinheiro Junior e César Augusto Mendes Veloso e coronel Antônio da Silva Marins.

O dr. Ubaldo Ramalhete, fazendo parte da chapa de deputados ao Congresso Legislativo do Estado para o triênio de 1913 a 1915, renunciou o cargo de 2.º vice-presidente, sendo eleito em sua vaga o dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima, na sessão ordinária do Congresso de 30 de dezembro de 1912, o qual também resignou, deixando semelhante vaga de ser preenchida em vista do estabelecido na Constituição em vigor.

O Tribunal Especial criado pela reforma da Constituição, decretada em 1913, a fim de julgar o presidente do estado nos crimes de responsabilidade, compõe-se dos seis membros seguintes: – desembargadores Manuel dos Santos Neves, Antônio Ferreira Coelho, Gregório Magno da Fonseca, designados pelo Tribunal Superior de Justiça em sessão de 9 de janeiro de 1914 e dos deputados Deoclécio Borges, Marcílio Lacerda e Barros Junior, escolhidos pelo Congresso Legislativo Estadual.

Este Tribunal reuniu-se pela primeira vez às 12 horas do dia 14 de fevereiro de 1914, na sala de sessões do Tribunal Superior de Justiça para, em conformidade com a lei n.º 3 de 24 de dezembro do ano anterior, eleger seu presidente, sendo a sessão presidida pelo dr. Antônio Ferreira Coelho, desembargador mais antigo, que convidou para secretariá-la o dr. Artur de Araújo Primo, secretário do Tribunal.

Realizando-se a eleição, foi escolhido para presidente o desembargador Manuel dos Santos Neves que, imediatamente, tomou posse e declarou achar-se instalado o Tribunal Especial.

Presente à sessão inicial deste Tribunal esteve o Procurador Geral do Estado – dr. Manuel Xavier de Paes Barreto.

Junto ao Governo há o cargo de Consultor Jurídico, criado pelo decreto n.º 583 de 5 de março de 1910, fazendo parte do poder executivo, mas independente de qualquer ramo da administração. A sua criação foi sugerida pelo dr. Américo Ribeiro Coelho ao presidente do estado que desejava ter sua colaboração na Secretaria do Governo.

O dr. Américo Coelho exerceu durante seis meses as funções do cargo sem que, entretanto, ele fosse criado, o que se realizou por ocasião da reorganização dos serviços administrativos, sendo então nomeado o dr. Manuel Clodoaldo Linhares.

A lei n.º 867 de 24 de dezembro de 1912 determinou que as funções de Consultor Jurídico fossem acumuladas pelo Secretário da Presidência do Estado, passando assim a ser exercidas pelo dr. Carlos Xavier Paes Barreto.

Atualmente estão sendo desempenhadas pelo dr. Manuel Xavier Paes Barreto, Procurador Geral do Estado.

O dr. Carlos Xavier Paes Barreto nasceu no estado de Pernambuco.

É formado em ciências jurídicas e sociais.

Neste estado exerceu não só a promotoria de Justiça nas comarcas do Guandu e Colatina, como também foi prefeito interino do município da capital, em cujas funções apresentou relatório que leu em sessão do Conselho, aos 23 de maio de 1910, cumprindo assim o estatuído no § 4.º do artigo 48 da lei estadual n.º 582 de 14 de dezembro de 1908.

Além desses cargos, há ocupado os de Secretário do Governo, e da Presidência, acumulando as funções de Consultor Jurídico.

Atualmente exerce advocacia e é lente das Escolas Normais, tendo sido escolhido para paraninfo da turma que concluiu o curso no ano de 1913, pronunciando na sessão solene da colação de grau substanciosa peça oratória que deu à publicidade em folheto.

Presta seu concurso intelectual à *Cruzada*, é redator do *Diário da Manhã*, órgão do P. R. C. [Partido Republicano Construtor] e há colaborado em outros jornais políticos e literários.

Magistratura

I – TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA. II – NOTAS BIOGRÁFICAS DOS SRS. MINISTROS. III – NOTAS BIOGRÁFICAS DOS SRS. SECRETÁRIOS.

T

A Corte de Justiça foi criada pela Constituição do Estado, de 2 de maio de 1892.

A lei n.º 7 de 28 de junho desse mesmo ano estabeleceu a organização judiciária de acordo com a citada Constituição, sendo reformada pela lei n.º 516 de 4 de dezembro de 1907.

Antes existiu o Tribunal de Justiça, instalado aos 4 de julho de 1891, o qual foi dissolvido por decreto da Junta Governativa de 24 de dezembro do mesmo ano. O Tribunal constituído logo em substituição ao dissolvido começou a funcionar em 15 de janeiro de 1892.

O Tribunal de Justiça passou a ter existência com a denominação de Corte de Justiça, de acordo com a Constituição do Estado, desde 4 de maio de 1892, conforme a resolução tomada em reunião dessa data.

De 30 de maio de 1913 em diante tomou o nome de Tribunal Superior de Justiça, de acordo com a Reforma Constitucional promulgada aos 23 do mesmo mês e ano. Também em conformidade com a referida Reforma os ministros passaram a chamar-se desembargadores.

Os primeiros ministros foram: drs. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, Luís Manuel Mendes Veloso, Getúlio Augusto de Carvalho Serrano, Estevão José de Siqueira e Manuel Jerônimo Gonçalves.

Foram posterior e sucessivamente nomeados ministros os drs. José Cardoso da Cunha, Antônio Ferreira Coelho, Daniel Germano de Aguiar Montarroyos, Barcímio Paes Barreto, Gregório Magno Borges da Fonseca, João Madeira de Freitas, Manuel dos Santos Neves, Carlos Francisco Goncalves, Francisco de Paula Mendes Wanderley e Anésio Augusto de Carvalho Serrano.

Destes ministros faleceram os drs. Daniel Germano de Aguiar Montarroyos, Estevão José de Siqueira e João Madeira de Freitas.

Estão aposentados os ministros Afonso Cláudio, Manuel Jerônimo Gonçalves, José Cardoso da Cunha, Luís Manuel Mendes Veloso, Barcímio Paes Barreto e Getúlio Augusto de Carvalho Serrano.

O primeiro presidente da Corte de Justiça foi o ministro dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa.

Têm exercido a presidência efetiva, depois do ministro Afonso Cláudio, os ministros Mendes Veloso, Estevão de Siqueira, Ferreira Coelho, Getúlio Serrano e Carlos Francisco Gonçalves.

A lei n.º 696 de 24 de novembro de 1910, elevou a 7 o número dos ministros, os quais atualmente são: drs. Carlos Francisco Gonçalves, presidente; Antônio Ferreira Coelho, Gregório Magno Borges da Fonseca, Lourenço Morais de Freitas Barbosa, Manuel dos Santos Neves, Francisco de Paula Mendes Wanderley e Anésio Augusto de Carvalho Serrano.

Exerce as funções de Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal Superior de Justica o dr. Manuel Xavier Paes Barreto.

O secretário desse Tribunal atualmente é o dr. Artur Lourenço de Araújo Primo, tendo sido seu antecessor o coronel Emílio da Silva Coutinho (falecido).

O dr. Luís Manuel Mendes Veloso nasceu na cidade de Alagoinhas, na então província da Bahia, aos 4 de fevereiro de 1836.

Na capital dessa província recebeu a instrução primária e fez o curso de humanidades nos colégios dirigidos pelos professores João Gualberto dos Santos Reis e Francisco Alves dos Santos.

Na academia de direito do Recife, onde se matriculou em 1857, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1861.

No ano seguinte ao de sua formatura foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Itapicuru, na província da Bahia, sendo em janeiro de 1864 removido para o termo de São João, no Rio de Janeiro, onde esteve até 1866, quando foi removido para o do Rio Bonito, na mesma província.

Em 1870 deixou a magistratura, voltando a ela em 1880 quando teve que ocupar o cargo de juiz de direito da comarca de Iriritiba, neste estado, judicatura que exerceu até 1885, quando foi removido para igual cargo na comarca de Mearim, estado do Maranhão.

Em 1891, além de ter sido nomeado juiz de direito da comarca de Benevente, foi pelo decreto de 24 de dezembro para ocupar o lugar de ministro da Corte de Justiça deste estado, cujo exercício assumiu em 30 desse mesmo mês e ano.

Exerceu o cargo de Procurador da Soberania, Justiça e Fazenda pelo decreto de 11 de janeiro de 1892, assumindo o respectivo exercício em 8 de julho do mesmo ano. Designado para ocupar o lugar do Procurador Geral do Estado, em 28 de junho do referido ano, foi reconduzido no mesmo cargo não só em 14 de janeiro do ano seguinte como também em 4 de janeiro de 1894.

Em sessão de 25 de janeiro de 1895, foi eleito presidente da Corte de Justiça, cujo exercício assumiu na mesma data e para cujas funções foi reeleito aos 21 de janeiro de 1896.

No ano seguinte de 14 de julho aos 20 de setembro, assumiu interinamente o mesmo lugar no Tribunal, e para o qual foi sucessivamente reeleito no período de 1898 a 1907, sendo em 10 de dezembro desse último ano aposentado, deixando o exercício no dia seguinte.

O dr. Getúlio Serrano nasceu, no estado da Paraíba do Norte, em 10 de junho de 1850.

Recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Recife, no dia 4 de novembro de 1874. Exerceu a promotoria pública na comarca de Borborema, e, além de ocupar o cargo de juiz municipal nos termos de Guarapari e Benevente, para o qual fora nomeado em 6 de fevereiro de 1880, exerceu também, por nomeação de 6 de julho de 1886, o de juiz de direito da comarca de Iriritiba. Dessa comarca foi removido para a de Chaves no estado do Pará. Posto em disponibilidade, voltou ao Espírito Santo onde ocupou o lugar de desembargador do extinto Tribunal de Justiça.

Nomeado Procurador Geral do Estado aos 22 de janeiro de 1897, serviu até 20 de janeiro de 1899.

De 1906 aos 30 de maio de 1908, esteve em exercício do cargo de Chefe de Polícia. Voltando nessa data à Corte de Justiça, foi eleito então seu presidente, na primeira reunião do mês de janeiro de 1909, sendo depois aposentado nesse cargo.

O dr. Estevão José de Siqueira nasceu aos 21 de setembro de 1843, em Vassouras, estado do Rio.

Recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1864.

Ocupou o cargo de juiz municipal na comarca de Jundiaí, e ainda o de juiz de direito na comarca de Botucatu, Paraibuna, Itapira, Caçapava, assim como na comarca de São Mateus deste estado. Exerceu a chefia de Polícia no estado de Santa Catarina, e também, em comissão, neste estado, onde desempenhou não só o cargo de Procurador Geral como o de ministro da Corte de Justiça, da qual foi presidente. Nesse lugar aposentou-se pela resolução n.º 93 do vice-presidente do estado de 20 de outubro de 1898, e deixou o exercício no dia seguinte.

A resolução n.º 29 de 9 de novembro de 1900, declarou-o em disponibilidade, em vista de haver renunciado à sua aposentadoria, o que foi comunicado ao Tribunal pela presidência do estado em ofício n.º 12 de 3 de outubro.

Pela resolução n.º 23 de 8 de novembro de 1901, a Corte designou-o para preencher a vaga aberta no Tribunal pelo falecimento do sr. ministro Daniel Germano de Aguiar Montarroyos. Não aceitou por se achar exercendo o cargo de Chefe de Polícia em comissão (ofício de 12 do mesmo mês).

Pela resolução n.º 38 de 4 de julho de 1902 foi novamente aposentado no cargo de ministro.

Faleceu no Rio de Janeiro em 22 de maio de 1909.

O desembargador Manuel Jerônimo Gonçalves nasceu no estado da Bahia, em 5 de março de 1848.

Em 18 de novembro de 1871, pela Faculdade de Direito do Recife, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Por muitos anos ocupou o cargo de juiz de direito no estado da Bahia, tendo exercido igual cargo na comarca de Santa Cruz neste estado, para onde fora removido, ainda no tempo da monarquia, e em cuja judicatura permaneceu por mais de um decênio.

Mais tarde, e por antiguidade, passou a exercer o cargo de ministro da Corte de Justiça deste estado, e em cujo exercício esteve quase dez anos, tendo sido nomeado pela resolução n.º 6 de 28 de janeiro de 1895.

O desembargador Cardoso da Cunha nasceu no estado da Bahia, aos 26 de agosto de 1843.

Fez o curso de humanidades não só no Seminário Arquiepiscopal como também no Colégio 2 de Julho, no mesmo estado.

Em 1863 começou a frequentar a Academia do Recife onde recebeu o grau de bacharel, em 1867. Aqui no estado do Espírito Santo

desempenhou não só o cargo de Chefe de Polícia, como também o de juiz de direito nas comarcas de Benevente e da capital, e ainda o de ministro da Corte de Justiça, nomeado em 1.º de fevereiro de 1895 e aposentado em 7 de dezembro de 1897.

No estado da Bahia ocupou, na comarca de Ilhéus, o cargo de promotor público, e o de juiz municipal em Monte Alto, Vitória, Viçosa, Caravelas e Santo Amaro.

Na comarca de Curitibanos, em Santa Catarina, desempenhou as funções de juiz de direito, assim como na de Parintins, no estado do Amazonas.

Colaborou no *Diário da Bahia* quando proprietário o conselheiro Rodolfo Dantas – no *Comércio e Democrata*, deste estado – na *Revista dos Tribunais da Bahia* e *Mundo Legal* de Lisboa.

Tem publicado: – "Memorial do Escrivão", "Traços Judiciários", "Ajudante Jurídico", "Guia dos Juízes Territoriais", "Guia dos Juízes Distritais", "Formulário para o processo em geral de contrabando apreendido em flagrante delito"; "Formulário para os corpos de delitos, e quesitos perante o Júri, contendo parte teórica e prática", e além de outros trabalhos, "O Guia Policial".

O desembargador Antônio Ferreira Coelho nasceu, aos 21 de setembro de 1860, na cidade do Recife.

Começou seus estudos primários no Colégio Bom Conselho do qual era diretor o cidadão Antônio Augusto Ferreira Lima.

Terminado esse curso frequentou o Colégio São João, dirigido pelo cidadão Augusto Higino de Miranda, onde fez o de humanidades. Em 15 de março de 1880 matriculou-se na Academia daquela cidade, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais aos 19 de março de 1884. Foi proprietário e redator da *Eschola* e do *Vigilante*; e, além de redigir o *Binóculo* de propriedade de Seixas Borges e a *Opinião* de Tomé Aroga, colaborou no jornal *Folha do Norte* de propriedade de Martins Junior e em muitos outros jornais e revistas no período acadêmico.

Após sua formatura, no espaço de 1884 a 1885, exerceu a promotoria pública da comarca de Macau, no Rio Grande do Norte, e, além de ter desempenhado o cargo de juiz municipal e de órfãos na comarca de Tubarão, em Santa Catarina, no quatriênio de 1885 a 1889, exerceu o de juiz de direito da comarca de Maragogi, no estado de Alagoas, de 1889 a 1891.

Removido pelo Governo Federal pra a comarca de Benevente, neste estado, ali exerceu esse cargo de 1891 a 1892, ano em que passou a ter exercício na comarca de Viana. No mesmo ano de 1892 desempenhou igual cargo na comarca da Barra de São Mateus, da qual foi inaugurador e onde permaneceu até 1895, ano em que teve remoção para a comarca desta capital, em cujo exercício esteve até 1896.

Atualmente ocupa o dr. Ferreira Coelho um dos lugares de ministro da Corte de Justiça para o qual foi nomeado pela resolução n.º 46 de 24 de julho de 1896, tendo em 1907 e 1908 ocupado a presidência desse Tribunal.

Não só representou a Corte de Justiça no Congresso Jurídico Americano reunido em 1900, na capital da República, como também fez parte do Congresso Científico Latino Americano instalado em agosto de 1905 e ainda do Congresso Jurídico Brasileiro que se realizou em agosto de 1908, no Rio de Janeiro e do Congresso Internacional de Americanistas que se reuniu em Buenos Aires em maio de 1910.

Neste estado colaborou no *Commercio do Espírito Santo* quando órgão do Partido Republicano Federal.

O desembargador Daniel Germano de Aguiar Montarroyos nasceu em Pernambuco, em 13 de outubro de 1834.

Na Faculdade do Recife recebeu o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais em 7 de maio de 1862.

Ocupou o cargo de promotor público na então província de Sergipe, e na comarca da Serra deste estado, não só o de juiz municipal como também o de juiz de direito.

Pela resolução n.º 36 de 14 de dezembro de 1897 foi nomeado ministro da Corte de Justiça, falecendo no exercício dessas funções em 3 de novembro de 1901.

O dr. Barcímio Paes Barreto nasceu em Pernambuco, no dia 30 de janeiro de 1853.

Recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais no dia 17 de novembro de 1873.

No estado de Santa Catarina desempenhou as funções de juiz municipal do termo de São José, de 1885 a março de 1889. Igual cargo ocupou o dr. Barcímio Barreto, por ter sido removido, nos termos de Itapemirim e da capital deste estado, onde também, nas comarcas de Viana e de Guarapari, exerceu o de juiz de direito, sendo em 21 de outubro de 1898 nomeado para desempenhar o de ministro da Corte de Justiça, no qual é aposentado.

O dr. Gregório Magno Borges da Fonseca nasceu na Paraíba, em 1855.

Na Faculdade de Direito da capital de Pernambuco, em 1879, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Neste estado exerceu os cargos de promotor público da capital e de juiz municipal de Itapemirim, nomeado em 1881.

No exercício da judicatura de juiz de direito da comarca de Santa Cruz, foi removido para ocupar a 1.ª vara de direito desta capital pela resolução n.º 69 de 21 de outubro de 1898, e cujo exercício assumiu em 16 de novembro do mesmo ano.

Além de outras associações de que fez parte, foi presidente da sociedade política republicana federal, fundada na Barra do Itapemirim em 1890, sob o título União e Fraternidade do Povo.

Atualmente exerce o cargo de ministro da Corte de Justiça para o qual foi nomeado pela resolução n.º 7 de 8 de julho de 1902.

O dr. João Madeira de Freitas nasceu na capital do estado de Pernambuco, em 5 de fevereiro de 1866.

Fez seus estudos no Colégio de São João daquela cidade dirigido pelo educador Augusto Higino de Miranda e onde também começou o curso de humanidades, que concluiu no Ginásio Pernambucano.

O seu tirocínio acadêmico teve princípio em 1885, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 23 de novembro de 1889, tendo feito todo o curso na Faculdade de Direito do Recife. Exerceu o cargo de promotor público da comarca de Iriritiba (Guarapari) em junho de 1890, sendo no ano seguinte removido para a de Benevente, donde, nesse mesmo ano de 1891, foi removido para ocupar igual cargo na de São Mateus o que não aceitou.

Por ordem da Junta Governativa aclamada em 18 de dezembro de 1891, assumiu provisoriamente o cargo de juiz de direito daquela comarca, na qualidade de juiz substituto para que tinha sido então nomeado, por estar ausente, no gozo de licença, o respectivo juiz de direito efetivo dr. José Cardoso da Cunha.

Foi o juiz de direito inaugurador da comarca de Alfredo Chaves, então criada, cargo para que foi nomeado efetivamente em março de 1892. Posto em disponibilidade em 1894, assumiu em abril de 1897 o exercício das funções de juiz de direito da comarca de Santa Leopoldina e na qual esteve até 5 de janeiro de 1905, quando foi nomeado interinamente Chefe de Polícia.

Desempenhou essas funções até novembro de 1906 quando voltou a exercer as de juiz naquela comarca. Em dezembro de 1907, estando ainda em vigor a lei n.º 7 de 28 de junho de 1892 e sendo o dr. Madeira de Freitas o juiz de direito mais antigo do estado, foi nomeado para ocupar um dos lugares de ministro da Corte de Justiça.

Todos os cargos públicos que exerceu foram neste estado.

Em 1891, quando promotor da comarca de Benevente, fundou e redigiu com o dr. Torquato Rosa Moreira *A Voz do Sul*, periódico de feição político-partidária que no ano seguinte deixou de existir,

após a revolução que em novembro daquele ano levou ao poder o marechal Floriano Peixoto cuja política o mesmo jornal propugnava.

O dr. João Madeira de Freitas ultimamente residia na capital da República, onde faleceu aos 25 de março de 1914.

O dr. Manuel dos Santos Neves nasceu na cidade de São Mateus, deste estado, em 1869.

Começou seus estudos acadêmicos na Faculdade de São Paulo na qual prestou exames até o terceiro ano, seguindo depois para Pernambuco onde recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife.

Ocupou o cargo de promotor público da comarca de São Mateus, por nomeação de 31 de outubro de 1890, sendo removido em março do ano seguinte para a comarca da Serra.

Em julho de 1891, foi nomeado juiz substituto da comarca de Araruama, estado do Rio, e em 1892 juiz de direito da comarca de São Mateus, cargo em que esteve até dezembro de 1907 quando passou a ocupar o lugar de ministro da Corte de Justiça, no qual se empossou aos 20 de janeiro do ano seguinte.

O desembargador Carlos Gonçalves nasceu no estado da Bahia, aos 14 de fevereiro de 1870.

Fez o curso primário no colégio do falecido professor Manuel Florêncio Gomes, e o humanidades no Colégio Sete de Setembro do falecido professor Luís da França Pinto de Carvalho, no mesmo estado.

Em 6 de outubro de 1891, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, onde fez todo o seu curso.

Por ato de 3 de janeiro de 1892, foi nomeado promotor público da comarca de Santa Cruz, cujo exercício assumiu aos 29 de fevereiro do mesmo ano.

Além desse cargo, ocupou o de juiz de direito da comarca do Guandu, por nomeação de 12 de setembro de 1893, assumindo o exercício aos 27 do mesmo mês e ano. Sucessivamente exerceu as mesmas funções nas comarcas de Santa Leopoldina, Barra de São Mateus e Itabapoana. Todos esses cargos ocupou neste estado. Estando no exercício da judicatura de juiz daquela última comarca, o dr. Jerônimo Monteiro, eleito presidente do estado, convidou-o para ocupar a Chefia de Polícia para a qual foi nomeado pela resolução de 30 de maio de 1908, assumindo no mesmo dia o exercício.

Promovido a desembargador do Supremo Tribunal de Justiça do Estado, tomou posse no dia 5 do mesmo mês, e, não só foi eleito seu presidente no ano de 1912, como também nos anos seguintes.

É sócio correspondente (remido) do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, cujo diploma lhe foi conferido em 3 de junho de 1896.

O dr. Francisco de Paula Mendes Wanderley nasceu na capital de Pernambuco em 1861.

Recebeu a instrução primária no Colégio Manuel Alves Viana, naquela cidade. Terminado o curso de humanidades matriculou-se na Academia do Recife, onde, em 1888, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

No mesmo estado ocupou o cargo de adjunto da promotoria pública da comarca de Palmares, em 1884; e, além de ter sido procurador fiscal do município de Água Preta, no ano de 1885, exerceu também em 1889 o de promotor público da comarca de Jaguari, compreendendo os termos de Pouso Alegre e Ouro Fino, em Minas Gerais.

Em 1890 foi nomeado juiz municipal da comarca de Maricá, no Rio de Janeiro, e, em 1891, ocupou o cargo de juiz de direito da mesma comarca.

Aqui no estado, exerceu o dr. Wanderley não só o de juiz de direito da comarca do Guandu, em 1892, e da comarca de Alfredo Chaves, de 1894 a 1900, como também da comarca da Serra no período de 1902 a 1906.

E igual cargo ocupou na comarca de Linhares, em 1907, na de Santa Leopoldina, de 1908 a 1909, e ainda na da capital em cuja judicatura esteve até dezembro de 1910, quando aos 27 deste mesmo mês e ano, foi nomeado ministro da Corte de Justiça.

O dr. Anésio Augusto de Carvalho Serrano nasceu na capital do estado da Paraíba do Norte, aos 31 de março de 1850.

Fez seus estudos de preparatórios na cidade do Recife e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais aos 9 de novembro de 1873, na Faculdade de Direito da mesma cidade.

Em 19 do mesmo mês e ano, entrou em exercício do cargo de promotor público da comarca de Ingá, na Paraíba.

No ano seguinte foi removido para igual cargo na comarca de Campina Grande, voltando em 1875 para a de Ingá, onde se conservou até que, em 1876, foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Cuité, comarca de Borborema, onde exerceu esse cargo durante dois quatriênios.

Nessa mesma comarca exerceu depois o dr. Anésio Serrano a Promotoria Pública durante dois anos.

Fixou residência na cidade do Recife em 1886 e ali ocupou, por espaço de três anos as funções de delegado de polícia do 1.º distrito, em cujo exercício foi ao Presídio de Fernando de Noronha abrir inquérito sobre fatos criminosos extraordinários que nele se deram, sendo comissionado pela presidência da então província de Pernambuco para proceder a exame na administração civil daquele presídio.

Proclamada a República passou a residir na capital do estado da Paraíba, sendo eleito deputado ao primeiro Congresso Constituinte desse estado.

Ali exerceu os cargos de: membro do primeiro Conselho Municipal da capital; procurador fiscal e dos feitos da Fazenda Federal, sendo nomeado, em comissão, gerente da Caixa Econômica do Estado, quando extintas aquelas repartições.

Nomeado juiz de direito da comarca de Piúma, neste estado, em 1896, criada no ano anterior, instalou-a no dia 20 de fevereiro do mesmo ano, sendo transferido em julho para a comarca de Guarapari cujo exercício assumiu em 25 do mesmo mês.

Removido para a comarca de São Mateus, assumiu o exercício em 17 de fevereiro desse ano e nela conservou-se até que foi nomeado ministro da Corte de Justiça em 5 de janeiro de 1912, entrando em exercício no dia 10 deste mesmo mês.

O dr. Lourenço de Morais Freitas Barbosa nasceu aos 23 de julho de 1867, na cidade do Recife, estado de Pernambuco.

Frequentou a escola primária de Antônio Basílio Ferreira Barros, que era então professor da 5.ª cadeira da freguesia da Boa Vista, e cujo curso terminou, merecendo distinção no exame final a que respondeu em 5 de dezembro de 1878.

Fez os estudos de humanidades no Colégio São João do qual era um dos lentes o dr. José Higino, completando-os no Ginásio Pernambucano e no curso anexo à Faculdade de Direito do Recife, onde se matriculou no 1.º ano, aos 4 de março de 1885.

Recebendo o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais em 20 de novembro de 1889, foi nomeado em 3 de janeiro de 1891 juiz municipal e de órfãos do termo de Boa Vista, naquele mesmo estado, cargo que desempenhou por espaço de um ano, sendo em 11 de julho do ano seguinte, nomeado para ocupar o cargo de promotor público da comarca do Calçado, deste estado, onde permaneceu até 1896, quando, por nomeação de 11 de fevereiro, teve que exercer a judicatura de juiz de direito da comarca do Rio Novo, a qual instalou aos 20 de abril do mesmo ano.

Em 4 de maio de 1904, passou a residir na vila de Itapemirim para onde havia sido, em 22 de fevereiro do mesmo ano, transferida a sede da comarca, sendo, em 9 de abril de 1913, nomeado ministro da Corte de Justiça.

Não só desempenhou as funções de Delegado Geral da Instrução nas vilas do Itapemirim e Rio Novo, como também, gratuitamente, serviu na comissão de recenseamento nessa vila, em 1900.

Foi redator chefe do *Correio de Olinda*, jornal que se publicava em Pernambuco, e, aqui no estado, colaborou nos periódicos – *Sul do Espírito Santo*, *Leopoldinense e Observador Catholico*.

Ш

O dr. Artur Lourenço de Araújo Primo nasceu no estado da Bahia, em 25 de janeiro de 1872.

Bacharelou-se pela Faculdade do Recife aos 27 de dezembro de 1894.

Antes de formado, ocupou o cargo de escrivão da Recebedoria desta capital, por nomeação de 23 de janeiro de 1892, e quando reformada essa repartição passou a exercer o de 1.º escriturário. Em fevereiro de 1895, foi nomeado promotor público da comarca de São Mateus, donde pediu remoção para a de Santa Teresa, então criada, e cuja promotoria exerceu até 21 de janeiro de 1897.

Desempenhou interinamente as funções de procurador da Fazenda do Estado no período de 6 de agosto a 17 de outubro de 1901, e efetivamente até 26 de abril de 1903.

De 4 de julho de 1902 a 6 de dezembro do mesmo ano ocupou, em comissão, a Chefia de Polícia do estado.

Atualmente é Secretário da Corte de Justiça, tendo sido nomeado pela resolução n.º 8 de 27 de abril de 1903.

O coronel Emílio da Silva Coutinho nasceu na capital deste estado, aos 22 de outubro de 1840.

Foi comerciante e lavrador.

Durante a guerra que o Brasil sustentou com a República do Paraguai, comandou a força que foi organizada na capital a fim de manter a ordem pública.

Ocupou diversos cargos, dentre os quais o de tesoureiro do Tesouro da então província, Secretário Geral do Estado, no primeiro

governo republicano, e ainda o de secretário da Corte de Justiça, nomeado pelo decreto de 2 de janeiro de 1892.

Por diversas vezes, no antigo regime, mereceu ser eleito deputado à Assembléia Legislativa.

Fez parte de diversas associações literárias e de caridade e colaborou em vários jornais da capital como o – *Correio da Victoria*, *Espírito Santense*, *Gazeta da Victoria*, *Província do Espírito Santo* e *Estado do Espírito Santo*.

Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de abril de 1903.

Ministério Público

I – MINISTÉRIO PÚBLICO. II – NOTAS BIOGRÁFICAS DOS SRS. PROCURADORES GERAIS DO ESTADO.

T

A Procuradoria Geral foi criada pela Constituição do Estado e até a promulgação da lei n.º 516 de 21 de dezembro de 1907 (art. 54), era esse cargo do Ministério Público ocupado pelos ministros da Corte de Justiça, passando dessa data em diante a ser exercido por formados em direito embora não fizessem parte daquele tribunal.

Preencheram esse cargo: de 1892 a 1894 o ministro Luís Manuel Mendes Veloso; em 1895 e 1896, o ministro Estevão José de Siqueira; em 1897 e 1898, o ministro Getúlio Augusto de Carvalho Serrano; em 1899 o ministro Barcímio Paes Barreto; em 1900, o dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto; de 1901 a 1904 o ministro Getúlio Augusto de Carvalho Serrano; nesse último ano e em 1905 o dr. Ricardo Pereira de Faria; em 1905 o dr. José Cesário Monteiro de Barros e o ministro Getúlio Augusto de Carvalho Serrano; em 1906 o dr. José Cesário Monteiro de Barros e os ministros Getúlio Augusto de Carvalho Serrano e Barcímio Paes Barreto; em 1907 o dr. José Belo de Amorim e o ministro Barcímio Paes Barreto; em 1908 os drs. José Belo de Amorim, Manuel Clodoaldo Linhares, Manuel Xavier Paes Barreto e José Espíndula Batalha Ribeiro; em 1909 os drs. Manuel Clodoaldo Linhares e Manuel Xavier Paes Barreto, que exerceu até 1910; desse ano ao de 1913 o dr. Manuel Clodoaldo Linhares.

O atual é o dr. Manuel Xavier Paes Barreto nomeado interinamente aos 22 de dezembro de 1913 e efetivamente em 2 de janeiro de 1914.

П

O dr. Ricardo Pereira de Faria era natural de Recife, Pernambuco, onde nasceu aos 6 de janeiro de 1859.

Tendo feito o curso de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito do mesmo estado, onde se formou em ciências jurídicas e sociais aos 19 de novembro de 1884.

Após a formatura, abriu banca de advogado na comarca de Caruaru, onde também exerceu as funções de promotor público e ainda na de Brejo da Madre de Deus. Nesta última ocupou também o cargo de delegado literário.

Vindo residir neste estado, onde chegou aos 30 de setembro de 1890, dedicou-se à advocacia, sendo mais tarde nomeado Inspetor do Tesouro, no governo do dr. Antônio Gomes Aguirre.

Organizando-se a magistratura do estado, na administração do Barão de Monjardim, em 1891, foi nomeado juiz de direito da comarca de Santa Cruz, tendo neste caráter tomado assento no antigo Tribunal de Justiça.

Exerceu ainda o cargo de diretor do Tesouro nas administrações dos drs. José Marcelino Pereira de Vasconcelos e José de Melo Carvalho Muniz Freire, sendo na última nomeado para o cargo de Procurador Geral do Estado junto à Corte de Justiça, e além deste desempenhou o de comissário fiscal dos exames de preparatórios por parte do governo geral.

Colaborou nos jornais *Federalista*, *Commercio do Espírito Santo* e *Autonomista*, quando redator chefe o dr. José Francisco Monjardim, Gazeta do Povo, fundada pelo dr. Eliseu César e *Estado do Espírito Santo*.

Ultimamente exercia a profissão de advogado. É falecido. O dr. José Cesário Monteiro de Barros nasceu no estado de Minas Gerais, e faleceu na capital deste estado em 1906, contando mais de sessenta anos.

Após o recebimento do grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais, veio residir no estado do Espírito Santo onde se dedicou à vida da agricultura, no município de Itabapoana.

Além de ter ocupado o cargo de presidente da então província de Alagoas, exerceu em 1882 o mandato de deputado à Assembleia Legislativa Provincial, o de senador federal e o cargo de Procurador Geral do Estado junto à Corte de Justiça.

O dr. Clodoaldo Linhares nasceu no estado do Ceará, em 29 de março de 1865.

Recebeu o grau de formatura na Academia de Direito do Recife. Na comarca do Crato, no seu estado natal, ocupou o cargo de promotor público até 18 de julho de 1891. Veio para este estado, em 23 de agosto de 1892, como promotor da do Guandu, exercendo mais tarde, as mesmas funções na de Viana e, em 1904, na da capital. Deputado estadual, renunciou o mandato para aceitar a nomeação de Procurador Geral junto à Corte de Justiça. Antes, em 1895, desempenhou as funções de procurador fiscal do Tesouro do Estado.

Colaborou em diversos jornais e foi um dos redatores do *Jornal Official* na administração do coronel Henrique Coutinho.

Aposentou-se como Procurador Geral em 13 de dezembro de 1913.

O dr. Manuel Xavier Paes Barreto nasceu em Pernambuco, aos 14 de agosto de 1871.

Recebeu o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito de Recife, em 13 de abril de 1893, sendo nomeado, aos 28 de setembro de 1896, promotor de justiça da comarca de Patrocínio e, aos 27 de fevereiro de 1897, da de Ferros, ambas no estado de Minas.

Desempenhou as funções de prefeito do município de Rio Formoso, sua terra natal, de 15 de novembro de 1898 a igual data de 1901, quando renunciou o cargo de presidente do Conselho Municipal para que fora eleito. Em 28 de janeiro de 1902, foi nomeado promotor de justiça da comarca de São João Batista (Minas).

De 12 de julho de 1902 a igual data de 1906, exerceu a judicatura de juiz municipal do termo de Petrolina (Pernambuco).

Em Petrolina foram fundados, sob seu patrocínio, os grêmios Literário Manuel Xavier, aos 24 de fevereiro de 1903 (já extinto) e Polimático Manuel Xavier, ainda florescente, mantendo aulas de primeiras letras e humanidades, campo prático de demonstração agrícola, teatro, biblioteca e prado de corridas.

Tomou parte nos congressos agrícolas de Bahia (Conferência Açucareira de 1912) e Rio (congressos de álcool em 1903 e de agricultura em 1908).

De 1906 a 1907 dedicou-se à advocacia. Foi, por algum tempo, promotor de justiça de Ubá (Minas) e promotor público de Juazeiro (Bahia), de 16 de outubro de 1907 a 3 de fevereiro de 1908, sendo desse último cargo exonerado, a pedido, em 6 de abril de 1908.

Neste estado, desempenhou as judicaturas de juiz de direito das comarcas de Viana, de 11 de fevereiro de 1908 a 25 de outubro de 1910, e de Guarapari, de 17 de dezembro do mesmo ano até 24 de março de 1911, quando foi transferido para a de Santa Leopoldina, cujo exercício deixou por ter sido nomeado, interinamente, Procurador Geral do Estado aos 22 de dezembro de 1913, tendo sido declarada efetiva essa nomeação por decreto n.º 1602 de 2 de janeiro de 1914.

O decreto n.º 1606 de 5 de janeiro do mesmo ano designou-o para servir, em comissão, o cargo de consultor jurídico.

Foi agricultor em Pernambuco, onde, assim como na Bahia e Minas, advogou e redigiu vários jornais.

Comarca de Vitória

I – JUÍZES DE DIREITO, II – NOTAS BIOGRÁFICAS. III – PROMOTORES E NOTAS BIOGRÁFICAS.

I

A capital do estado, elevada a comarca pela lei de 23 de março de 1835, teve como seu primeiro juiz de direito o bacharel Joaquim José do Amaral, nomeado por ato imperial de 22 de julho de 1833, e que prestou juramento, entrando em exercício em 7 de agosto desse mesmo ano, quando deixou o cargo de ouvidor.

Compunha-se dos municípios da Serra, Nova Almeida, Espírito Santo e Vitória.

Quando proclamada a República, ocupou esta judicatura o dr. Estevão José de Siqueira, e até a presente data os seguintes cidadãos:

- Bacharel Vicente Saraiva de Carvalho Neiva, nomeado por decreto de 3 de julho de 1891, assumiu o exercício aos 21 de agosto do mesmo ano e foi exonerado, a seu pedido, por decreto de 19 de novembro do referido ano;
- Bacharel Benilde Romero, removido para esta capital por decreto de 20 de novembro de 1891, assumiu o exercício aos 19 de dezembro e foi dispensado por decreto de 24 do mesmo mês e ano;
- Bacharel Estevão José de Siqueira, reintegrado por decreto de 24 de dezembro de 1891, assumiu o exercício aos 30 do mesmo mês e ano e foi nomeado desembargador do Tribunal por decreto da Junta Governativa de 11 de janeiro de 1892;

- Bacharel José Cardoso da Cunha, removido da comarca de Benevente para a 1.ª vara da desta capital por decreto de 13 de janeiro de 1892, assumiu o exercício na mesma data, e pela resolução n.º 6 de 1.º de fevereiro de 1895, foi nomeado ministro da Corte de Justiça;
- Bacharel Justiniano Martins de Azambuja Meireles, removido do cargo de juiz de direito de São Mateus para igual cargo na comarca da capital, por decreto da Junta Governativa de 31 de maio de 1892 assumiu o exercício a 1.º de julho do dito ano;
- Bacharel Antônio Ferreira Coelho, removido da comarca da Barra de São Mateus para da capital pela resolução n.º 7 de 1.º de fevereiro de 1895, assumiu o exercício aos 15 de março do mesmo ano e foi nomeado ministro da Corte de Justiça pela resolução n.º 46 de 24 de julho de 1896;
- Bacharel Barcímio Paes Barreto, removido da comarca de Guarapari para a desta capital pela resolução n.º 47 de 24 de julho de 1896, assumiu o exercício aos 28 do mesmo mês e ano, sendo nomeado ministro da Corte de Justiça pela resolução n.º 68 de 21 de outubro de 1898;
- Bacharel Gregório Magno Borges da Fonseca, removido da comarca de Santa Cruz, para a da capital (1.ª vara), pela resolução n.º 69 de 21 de outubro de 1898, assumiu o exercício aos 16 de novembro do mesmo ano;
- Bacharel José Espíndula Batalha Ribeiro, removido, a seu pedido, da comarca do Cachoeiro de Itapemirim, para a 2.ª vara da capital pela resolução n.º 17 de 5 de abril de 1907, assumiu o exercício aos 11 de maio do mesmo ano e foi removido, a seu pedido, para a 1.ª pela resolução n.º 21 de 14 de dezembro de 1909, assumindo o exercício na mesma data;
- Bacharel Francisco Paula Mendes Wanderley, removido da comarca de Santa Leopoldina para a 2.ª vara da capital, pela resolução n.º 22 de 14 de dezembro de 1909, assumiu o exercício aos 28 do mesmo mês e ano.
- Bacharel Henrique O'Reilly de Souza, removido para a 2.ª vara da capital pela resolução n.º 29 de 23 de dezembro de 1910, assumiu o exercício aos 26 do mesmo mês e ano.

Para que se ocupe este cargo da magistratura, diz o art. 40 da lei n.º 516 da Reforma e Organização Judiciária:

"Os Juízes de Direito serão nomeados pela Corte de Justiça dentre os cidadãos diplomados em direito por qualquer das faculdades oficiais ou livres da República, que, além da honestidade pública e privada, tiverem pelo menos quatro anos de prática forense adquirida na advocacia ou em cargos judiciários, inclusive os do Ministério Público".

II

O dr. José Batalha Ribeiro nasceu aos 23 de fevereiro de 1869, na Vitória, capital do estado.

Estudou os preparatórios no Ateneu Provincial até 1888, terminando-os na Capital Federal em 1889, no Colégio do Mosteiro de São Bento.

No ano seguinte, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde esteve até o 3.º ano, fazendo o 4.º na Academia do Recife, em 1892, e recebeu o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais na Academia de São Paulo, em 16 de dezembro de 1893.

Desempenhou o cargo de Procurador Geral do Estado, desde 1.º de julho de 1908 até 18 de janeiro de 1909; e, além deste, ocupou o de promotor de justiça da comarca do Cachoeiro de Itapemirim, para o qual fora nomeado em 2 de dezembro de 1893, assumindo o exercício em 7 de fevereiro do ano seguinte, e, em 14 de fevereiro de 1896, foi nomeado juiz de direito da mesma comarca, onde permaneceu até 5 de abril de 1907, época em que teve remoção para igual cargo na capital do estado.

Colaborou na imprensa, nos jornais *Pyrilampo* e *Diário Official*, desta capital; *Sul do Espírito Santo* e *Cachoeirano*, do Cachoeiro de Itapemirim.

O dr. O'Reilly de Souza nasceu no município de Itabapoana, deste estado, em 2 de outubro de 1871.

Formou-se em ciências e letras aos 15 de dezembro de 1889, no Colégio Pedro II.

Em São Paulo, onde se dedicou ao magistério, sendo professor de geografia no Liceu de Artes e Ofícios daquela cidade, começou seus estudos de direito, recebendo aos 5 de março de 1905, o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, para onde havia seguindo, e onde, depois, exerceu o cargo de delegado de polícia. Desse cargo passou a exercer o de promotor de justiça da comarca de Itabapoana, da qual sendo removido para a de Guarapari não aceitou e exonerando-se abriu banca de advogado.

No exercício desta profissão foi nomeado, em 28 de janeiro de 1908, juiz de direito da comarca de Linhares, donde, aos 10 de junho de 1910, obteve remoção para igual cargo na de Santa Leopoldina, sendo aos 23 de dezembro do mesmo ano removido para ocupar a 2.ª vara de direito da capital.

Além desses cargos exerceu o dr. O'Reilly de Souza o de Chefe de Polícia interino, o mandato de deputado ao Congresso Legislativo, em 1898, e ainda desempenhou as funções de delegado literário em as comarcas de Itabapoana e Linhares. Na imprensa, quando estudante, colaborou na antiga *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, *Revista Literaria e Scientifica*, do Grêmio Nerval de Gouvêa, *Revista Acadêmica*, da Faculdade do Rio de Janeiro, *Vedeta*, do estado de Minas, e, em Itabapoana, na *Evolução*, *Reforma*, *O Município e Progresso*, tendo, desses dois últimos, sido redator.

Ш

Ocuparam a Promotoria de Justiça efetivamente: em 1889, dr. Gonçalo Marinho de Albuquerque Lins; – de 1892 a 1893, o dr. Delfim Augusto Teixeira Paula; – de 1893 a 1895, dr. João Tomás da Costa; – de 1895 a 1896, dr. Augusto Vieira Braga; – de 1896 a 1897, José Freire da Costa Pinto; de 1897 a 1898, dr. Eliseu Elias César; – de 1899 a 1901, dr. Bento Bandeira de Melo; – de 1901 a 1904, dr. Oswaldo Poggi de Figueiredo; – de 1904 a 1905, dr. Clodoaldo Linhares; em 1906, dr. Joaquim de Barros Correia; – de 1907 a 1909, dr. Américo Ribeiro Coelho; – de 1909 a 1910, dr. Cristiano Vieira de Andrade; – de 1910 a 1911, dr. José Joaquim Bernardes Sobrinho; – de 1911 a 1913, dr. Diniz do Vale que teve como sucessor o dr. Luís Américo de Freitas.

O dr. Américo Ribeiro Coelho nasceu na capital deste estado, aos 24 de outubro de 1884.

Recebeu a instrução primária na 2.ª cadeira do sexo masculino da capital, regida pelo autor deste livro.

Concluiu os estudos de humanidades no Rio de Janeiro, onde também, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, recebeu o grau de formatura em 1906.

Ocupou no período de 1907 a 1909 o cargo de promotor de justiça na comarca da capital; e, além deste, exerceu o de auxiliar da Secretaria Geral.

Atualmente desempenha as funções de Procurador da Fazenda Estadual.

Tem colaborado em diversos jornais e foi um dos redatores da A Tribuna, diário que se publicou nesta capital.

O dr. Cristiano Vieira de Andrade nasceu no município do Rio Branco, estado de Minas Gerais, em 31 de julho de 1860.

Aos 3 de novembro de 1886 recebeu pela Faculdade de São Paulo, o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais.

Aqui no estado, onde reside desde 1888, ocupou o cargo de promotor público não só nas comarcas de Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim, como também nas de Itabapoana e capital.

Em São Pedro de Itabapoana, onde exerceu a advocacia, foi eleito e tomou posse do cargo de presidente do governo do município e fez parte do Congresso Legislativo Estadual por eleição de 1891.

Desempenhou as funções de juiz de direito nas comarcas do Rio Pardo e Santa Júlia, judicatura que atualmente exerce na de Guarapari.

Redigiu os semanários *Rebate e Evolução* de São Pedro de Itabapoana, e colaborou no jornal *A República* de São Paulo, quando estudante e ainda nos jornais *O Carangola*, de Santa Luzia do Carangola e no *Coimbra*, publicado em Coimbra, ambos no estado de Minas.

O dr. José Joaquim Bernardes Sobrinho nasceu em Pernambuco aos 6 de junho de 1885.

Após sua formatura em ciências jurídicas e sociais, em dezembro de 1908, exerceu o cargo de promotor interino na comarca de Piracicaba, estado de São Paulo, e, efetivamente, nas comarcas desta capital, Serra, Santa Leopoldina e Itapemirim, neste estado.

No Ginásio Espírito-Santense ocupou a cadeira de língua portuguesa. Tem colaborado em diversos jornais como na *Revista Literária* da Capital Federal, e é um dos redatores da *Cruzada* que se publica na capital do estado.

Para o quatriênio de 1913 a 1916 foi eleito deputado ao Congresso Legislativo Estadual.

Atualmente exerce a advocacia.

O dr. Diniz do Vale nasceu em 1883, na então vila de Gravatá, estado de Pernambuco.

Em 1907, recebeu o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Ocupou o cargo de promotor público nas comarcas de Guandu, por nomeação de 30 de agosto de 1909, Linhares, nomeado em 12 de fevereiro de 1910, Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim, sendo nomeado para a penúltima em 25 de maio e para a última em 23 de dezembro, naquele mesmo ano. Desempenhou as funções de Procurador da Fazenda Estadual por nomeação de 5 de janeiro de 1911, tendo sido, neste mesmo ano, nomeado, a 1.º de junho, redator chefe do *Diário da Manhã*, e, em 30 de setembro, promotor público da comarca desta capital.

Quando promotor na de Itapemirim, onde atualmente é juiz de direito, por nomeação de 11 de abril de 1913, redigiu o periódico *Correio do Sul.*

O dr. Luís Américo de Freitas, nasceu aos 29 de março de 1891, na cidade de Santo Amaro, estado da Bahia.

Recebeu a instrução primária na escola regida pelo professor Fabião de Lima Valverde e na do professor particular Alfredo Lemos, na mesma cidade. Iniciou e concluiu o curso de humanidades na capital daquele estado, no Colégio São José, dirigido pelo dr. João Florêncio Gomes que substituíra o dr. Abílio César Borges, Barão de Macaúbas.

Em abril de 1906, matriculou-se como assistente na Faculdade Livre de Direito do referido estado, pelo fato de faltar-lhe um preparatório, que prestou em novembro, respondendo ao exame das cadeiras do primeiro ano em março de 1907.

Durante o curso foi aprovado com distinção em nove cadeiras e recebeu o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais aos 8 de dezembro de 1910, contando com 19 anos de idade. Quando estudante do 4.º ano ocupou interinamente o cargo de promotor público na cidade em que nasceu, servindo em três sessões do júri.

Pela resolução n.º 36 de 26 de julho de 1911, foi nomeado promotor de justiça da comarca do Alegre, neste estado, empossando-se aos 25 de agosto. Exerceu este cargo durante um ano e três meses,

passando a advogar na mesma comarca, de setembro de 1912 até princípios de julho de 1913, sendo pelo decreto n.º 1.500 de 13 de junho do mesmo ano, nomeado promotor de justiça desta capital, cuja posse tomou no dia 10 do mês seguinte.

Colaborou no periódico *Alegrense*, editado na vila do Alegre, deste estado, e atualmente faz parte da redação do *Diário da Manhã*, desta capital.

Polícia

I – CHEFES DE POLÍCIA. II – NOTAS BIOGRÁFICAS.

I

Exerceram o cargo de Chefe de Polícia do estado a contar de 1889, da proclamação da República, os seguintes cidadãos:

Dr. José Horácio Costa que entrou em exercício aos 27 de novembro de 1889, tendo sido substituído pelo dr. Joaquim Pires de Amorim, que era juiz de direito da comarca de São Mateus, ao assumir o governo do estado, quando o dr. Afonso Cláudio foi chamado ao Rio de Janeiro, pelo Governo Provisório.

Dr. Galdino T. Lins de B. Loreto, nomeado efetivamente em 4 de maio de 1892, data em que prestou o respectivo compromisso e assumiu o exercício, sendo exonerado em 13 de março de 1893.

Em 3 de dezembro deste ano, foi interinamente nomeado o dr. Gonçalo Marinho de Albuquerque Lins que prestou compromisso e entrou em exercício aos 13 de dezembro do mesmo ano. Sendo efetivamente nomeado em 9 de março de 1895, prestou compromisso e entrou em exercício aos 10 do mesmo mês e ano e deixou-o em 20 de outubro de 1898.

Dr. Justiniano M. de Azambuja Meireles, nomeado interinamente em 12 de maio de 1894, prestou compromisso e entrou em exercício na mesma data.

Ainda interinamente serviu o dr. Sergio T. Lins de B. Loreto, nomeado em 18 de outubro de 1894, sendo efetivo por nomeação de

20 de outubro de 1898, data em que prestou compromisso e entrou em exercício. Foi exonerado aos 20 de janeiro de 1900. Seguiu-se interinamente o dr. Uriel Gomes de Sá, nomeado em 29 de janeiro de 1900. Prestou compromisso e entrou em exercício no dia 1.º do mês seguinte, sendo exonerado aos 23 de maio do mesmo ano. Aos 3 de dezembro foi nomeado o dr. Justiniano M. de A. Meireles que prestou compromisso e entrou em exercício na mesma data. Em 4 de julho de 1902, prestou compromisso e entrou em exercício o dr. Artur Lourenço de A. Primo, que havia sido nomeado interinamente no dia anterior, sendo exonerado aos 4 de janeiro do ano seguinte. Nomeado efetivamente em 4 de dezembro de 1903, prestou compromisso e entrou em exercício aos 6 de dezembro deste mesmo ano o dr. Eutrópio Pereira de Faria, que foi exonerado aos 9 de janeiro de 1905, data em que, por nomeação, prestou compromisso e entrou e exercício o dr. João Madeira de Freitas. De 20 de novembro de 1906 a 30 de maio de 1908 esteve em comissão o dr. Getúlio A. de Carvalho Serrano, cuja nomeação, compromisso e exercício teve lugar naquela data.

Ainda em comissão, estiveram ocupando o cargo de Chefe de Polícia os drs. Carlos Francisco Gonçalves e Lafayette R. de Assis Vale. O primeiro foi nomeado em 30 de maio de 1908, realizando-se seu compromisso e posse na mesma data, sendo exonerado aos 16 de dezembro de 1909, quando se deu a nomeação do segundo que prestou compromisso e entrou em exercício no dia seguinte, tendo nomeação efetiva em 11 de janeiro do ano seguinte. Havendo o dr. Lafayette do Vale entrado em gozo de licença, aos 4 de dezembro de 1913, foi substituído até 3 de fevereiro de 1914, quando assumiu novamente o exercício, pelo dr. Ernesto Martins Vieira, 1.º delegado de polícia da capital.

Quem primeiro exerceu o cargo de Chefe de Polícia, na antiga província, foi o dr. Francisco Jorge Monteiro que entrou em exercício em 1.º de abril de 1842.

As funções de Chefe de Polícia estiveram anexas à judicatura de juiz de direito da capital até que, pelo decreto n.º 1.295 de 16 de dezembro de 1853, foram declaradas especiais, sendo, aos 16 de janeiro do ano seguinte, nomeado o bacharel Antônio Tomás de Godói, 1.º Chefe de Polícia independente.

H

O dr. José Horácio Costa nasceu em Pernambuco, aos 16 de dezembro de 1859.

No ano de 1879 completou o curso de preparatórios e matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife em 1881, obtendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1885. Desempenhou, por concurso, as funções de 3.º escriturário do Tesouro Provincial, das quais se exonerou para aceitar a judicatura de juiz municipal e de órfãos no termo de Benevente, que exerceu até a proclamação da República, quando veio para a capital do estado como Chefe de Polícia, tendo sido ele o primeiro que exerceu este cargo no regime republicano e do qual assumiu o exercício em 27 de novembro de 1889.

Foi eleito deputado federal para um dos lugares criados pela Constituição de 24 de fevereiro que elevou a quatro o número de representantes do estado, que até então era de dois.

Em 1897 foi nomeado presidente da Caixa Econômica. Criou o Clube Republicano de Anchieta, colaborou na *A Regeneração*, jornal da mesma localidade, não só pela abolição da escravidão como também pela República. Posteriormente à abolição foi redator chefe da *A Tribuna*, órgão da propaganda republicana. Em Anchieta criou o Seminário Pedagógico, lecionando gratuitamente. Em Pernambuco obteve o título de sócio honorário do Liceu de Artes e Ofícios, onde lecionara a língua francesa, tendo sido também lente da Escola Normal mantida pela Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Pela Junta Governativa foi nomeado procurador fiscal do estado e exerce atualmente a profissão de advogado.

O dr. Gonçalo Marinho de Albuquerque Lins nasceu aos 5 de dezembro de 1864, na antiga província de Alagoas.

Em 1878, seguiu para a cidade de São Salvador, na Bahia, onde se matriculou no Colégio Sete de Setembro dirigido pelo professor Luís da França Pinto de Carvalho.

Nesse colégio não só estudou as primeiras letras como também os preparatórios, terminando-os em julho de 1882. Em março do ano seguinte matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, onde fez todo seu curso acadêmico, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais aos 11 de novembro de 1887.

Depois de formado, seguiu para a cidade do Passo de Camaragibe, na qual exerceu a advocacia durante quase todo o ano de 1888, isto é, até a sua nomeação de promotor público para a comarca de Viana, Maranhão.

Em preparativos para assumir o exercício desse cargo, o dr. Henrique Moscoso, presidente da então província do Espírito Santo, telegrafou-lhe dando a nova de sua nomeação para igual cargo na comarca de Santa Cruz.

Aqui chegou em 31 de dezembro de 1888 e seguiu para aquela comarca, tomando posse da promotoria aos 6 de janeiro de 1889. Nela permaneceu até dezembro do mesmo ano, quando, após a proclamação da República, foi pelo governador Afonso Cláudio removido para a capital.

Nesse cargo manteve-se até março de 1891, sendo dispensado e cassado o título de procurador seccional para cujas funções fora nomeado pelo ministro Campo Sales.

Depois disso, exerceu durante alguns meses a promotoria pública da comarca de Resende, no estado do Rio de Janeiro, cargo que deixou por ter sido nomeado juiz de direito da comarca de Benevente, deste estado, em 30 de maio de 1892 e do qual tomou posse em 1.º de junho do mesmo ano.

Nomeado Chefe de Polícia interino assumiu o exercício em 3 de dezembro de 1892, nomeação que, depois, foi confirmada efetivamente pelo presidente dr. Muniz Freire.

Nesse cargo manteve-se apesar de ter solicitado sua exoneração, que não foi concedida, em maio de 1896, ao assumir a administração do estado o dr. Graciano dos Santos Neves.

Colaborou por diversas vezes no diário *Estado do Espírito Santo* cuja redação lhe foi confiada na ausência do dr. Muniz Freire, que fora tomar parte no Congresso Constituinte da República, na *Voz do Sul* que se publicava em a cidade de Anchieta e no *Correio de Resende*, da cidade de Resende, estado do Rio.

Além dos cargos mencionados, por designação do governador dr. Afonso Cláudio, teve que exercer interinamente o de Procurador Fiscal da repartição do Tesouro.

O dr. Uriel Gomes de Sá nasceu em 17 de abril de 1852, na cidade de Recife, Pernambuco.

Recebeu a instrução primária na aula particular do padre Manuel Adriano de Albuquerque Melo, fazendo os exames de preparatórios no curso anexo à Faculdade de Direito do Recife então Colégio das Artes.

Nessa Faculdade matriculou-se em março de 1872 e recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em novembro de 1876.

Em agosto de 1877 foi nomeado promotor público da cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, em cujo exercício esteve de 13 de outubro do mesmo ano a novembro do ano seguinte.

Ocupou o cargo de juiz municipal e de órfãos nos termos de Santa Luzia do Rio Real e Espírito Santo, da província de Sergipe, por decreto de 17 de janeiro de 1879, desde 26 de abril do mesmo ano até 18 de setembro de 1891, quando terminou o 3.º quatriênio.

Aqui no estado, desempenhou a judicatura de juiz substituto em Benevente, por nomeação de fevereiro de 1892 e deixou o exercício em 31 de maio do mesmo ano, época em que foram suprimidos esses cargos com a nova organização judiciária do estado.

Além da promotoria de justiça da comarca de Alfredo Chaves, que ocupou por nomeação de julho do mesmo ano, tendo entrado em exercício a 1.º de agosto e deixado aos 6 do mês seguinte por ter sido nomeado juiz de direito da comarca de Viana, exerceu também as funções de ministro interino da Corte de Justiça, em 1894, o de Chefe de Polícia interino de agosto a dezembro de 1896 e de janeiro a 23 de maio de 1900.

Por motivo de moléstia que o fez perder a vista, aposentou-se em 1907.

O dr. Eutrópio Pereira de Faria nasceu no Recife, capital do estado de Pernambuco, em 27 de maio de 1860.

Recebendo o grau de formatura pela Faculdade de Direito do mesmo estado, em 1882, foi por ato de 30 de abril do ano seguinte nomeado promotor público da comarca de Bom Jardim, cujo exercício assumiu em 8 de maio do mesmo ano. Mais tarde, por ato de 24 de janeiro de 1884, foi removido para a de Camarú, da qual teve transferência para a de Petrolina, o que não aceitou, fixando residência naquela comarca, onde exerceu a advocacia e nas comarcas vizinhas.

Assumindo o poder o partido liberal, foi por ato de 22 de junho de 1889, nomeado promotor da de Brejo da Madre de Deus e removido depois para a de Camarú, onde serviu até a proclamação da República.

Nas comarcas de Camarú e Brejo exerceu também as funções de delegado literário, sendo que desempenhou todos esses cargos naquele estado.

Em 30 de setembro do ano de 1890 foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Vitória, neste estado; depois ocupou a judicatura de juiz de direito na comarca de São Mateus, cargo que deixou por efeito da dissolução da magistratura decretada pela Junta Governativa em 1891, dedicando-se desde esse tempo à advocacia. Exerceu também o de Chefe de Polícia no governo do dr. Muniz Freire e princípio da administração do coronel Henrique Coutinho.

Colaborou nos jornais *Federalista*; *Commercio do Espírito Santo*, quando redator chefe o dr. José Monjardim; *Autonomista* e ainda

na Gazeta do Povo, de que era redator chefe dr. Eliseu César, Estado do Espírito Santo.

É membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, na capital da República, para onde transferiu sua residência e exerce a advocacia e o cargo de bibliotecário do Externato Pedro II, nomeado por decreto do presidente da República, datado de 18 de maio de 1911, havendo entrado em exercício aos 22 do mesmo mês.

O dr. Lafayette do Vale nasceu aos 17 de janeiro de 1870, em Barbacena, estado de Minas.

Iniciou seus estudos no Colégio Abílio do finado Barão de Macaúbas, continuando-os no Liceu de Ouro Preto.

Concluiu os preparatórios em 1888, matriculando-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1889, onde recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais aos 9 de dezembro de 1893. Exerceu o cargo de promotor público na comarca de Mar de Espanha, Minas, por nomeação de 31 de janeiro de 1894, havendo tomado posse e entrado em exercício aos 23 de fevereiro. Foi removido, a pedido, para a de Entre Rios, no mesmo estado, e exonerou-se no mês de outubro, quando voltou a residir em São Paulo, em cuja capital advogou durante o ano de 1895.

Aos 27 desse ano foi nomeado promotor da comarca de São Pedro do mesmo estado, cujas funções exerceu de 27 de janeiro de 1896 até 2 de março de 1898. Exonerando-se na última data, mudou-se para Piracaia, no mesmo estado, onde exerceu a advocacia até novembro de 1909, quando veio para o Espírito Santo, sendo nomeado oficial de gabinete da Presidência em 1.º de dezembro de 1909.

Ocupou o lugar de Chefe de Polícia interino por nomeação de 10 de dezembro do mesmo ano, sendo nomeado efetivo aos 11 de janeiro de 1910.

Em 27 de dezembro, habilitou-se ao cargo de juiz de direito neste estado, tendo sido nomeado para a comarca de Rio Pardo em 14 de janeiro de 1911, entrando em exercício no dia 18. Aos 24 de janeiro de 1911 foi novamente nomeado Chefe de Polícia.

Em Piracaia serviu interinamente e por diversas vezes os cargos de promotor público, curador de órfãos e ausentes e promotor de resíduos, tendo sido também vereador municipal em 1908, e reeleito no ano seguinte. Quando estudante entrou em concurso para o cargo de praticante dos Correios de São Paulo, cargo que exerceu até dezembro de 1893, data em que se exonerou a pedido. Colaborou em diversos jornais.

O dr. Ernesto Martins Vieira nasceu aos 11 de janeiro de 1891, em Juiz de Fora, estado de Minas Gerais.

Tendo feito o curso de humanidades no Colégio Diocesano de São José, no Rio de Janeiro, matriculou-se na Faculdade Livre de Direito da mesma cidade onde recebeu o grau de formatura aos 27 de dezembro de 1910.

Exerceu o cargo de promotor público nas comarcas de Afonso Cláudio, São Pedro de Itabapoana e Itapemirim, neste estado. Quando promotor da última comarca, representou o município do mesmo nome, por diversas vezes, em festas oficiais.

Além daqueles lugares, ocupou o cargo de 1.º delegado de polícia da capital por nomeação de 28 de janeiro de 1913 e cujo exercício assumiu aos 4 de fevereiro; e, diversas vezes, desempenhou interinamente as funções de Chefe de Polícia.

Por ocasião da campanha civilista, foi pelo comitê central designado, com outros, para fazer a propaganda das candidaturas Rui-Lins pelo interior do estado de Minas Gerais, fazendo-a, tão somente, em duas cidades por ter sido convidado para dirigir o órgão de publicidade – *O Pharol* – em cuja direção esteve durante as férias acadêmicas.

Quando estudante, colaborou no jornal – *O Povo*, de Bicas (Minas), do qual foi também redator e, na vila de Itapemirim, neste estado, dirigiu o *Correio do Sul*, periódico de sua propriedade.

Exerceu o cargo de delegado literário na vila de Itapemirim, de julho de 1911 a janeiro de 1913, e, atualmente, abriu banca de advogado no próspero município de Pau Gigante.

Bispado

I – PRIMEIRO BISPO. II – SEGUNDO BISPO.

I

Esta diocese tendo pertencido ao bispado de Funchal, em 1514, ficou sujeita em 1550 ao bispado do Brasil que então teve por sede a cidade da Bahia, e, em 1576, à prelazia do Rio de Janeiro que foi elevada a bispado em 1676 e ao qual pertenceu. Mais tarde, fez parte do bispado de Niterói até que se deu a criação do bispado do Espírito Santo.

Esta diocese foi criada por uma bula do santíssimo padre Leão XIII, de 15 de novembro de 1895. Antes, em 15 de dezembro de 1819, havia sido criado um arciprestado.

Estimáveis serviços para a organização deste bispado, prestou o então vigário da capital, reverendo padre Eurípedes Nogueira da Gama Pedrinha, de quem damos notas biográficas na parte em que falamos sobre a catedral, merecendo por esse motivo a graça do título de monsenhor, com que o distinguiu a Santa Sé.

O primeiro bispo do Espírito Santo foi d. João Batista Correia Néri.

Nasceu em Campinas, estado de São Paulo, aos 6 de outubro de 1863.

Em 1874, matriculou-se no Colégio Culto à Ciência, e depois, em novembro de 1879, entrou para o Seminário Episcopal, onde, em 1881, recebeu tonsura e começou a lecionar francês e português.

Em 1882 tomou ordens de diácono e em 1884 as do subdiaconato.

Faltando-lhe a idade para a ordenação teve a competente dispensa da Santa Sé, e, em 11 de abril de 1886, recebeu ordens de presbítero na capela do Seminário Episcopal de São Paulo.

Sua primeira missa cantou em Campinas e seu primeiro sermão pregou na quinta-feira santa daquele ano.

Em fevereiro de 1887, foi nomeado coadjutor da matriz de Santa Cruz, elevado a pro-pároco em abril, e em agosto nomeado vigário encomendado, sendo colado em 1888.

Por ocasião da epidemia que se desenvolveu em Campinas, em 1889, prestou serviços que lhe valeram ser elevado a cônego honorário, contanto 26 anos de idade.

Fundou escolas para acólitos, tomando a seu encargo as aulas de português, francês, latim, aritmética e geografia.

Criou não só o Apostolado do Coração de Jesus, Filhas de Maria, como também as conferências de São Vicente de Paulo, a capela de Rebouças e o Liceu de Artes e Ofícios de Campinas.

Foi preconizado bispo do Espírito Santo aos 29 de agosto de 1896 e sagrado, em Roma, na capela do Colégio Pio Latino-Americano, a 1.º de novembro do mesmo ano pelo exmo. cardeal Jerônimo Gotti. Tomou posse da diocese aos 23 de maio de 1897 e na qual fundou o Ateneu Diocesano e o Colégio Maria Auxiliadora.

Por decreto de Sua Santidade Leão XIII, foram-lhe entregues os conventos e igrejas de São Francisco e Nossa Senhora da Penha.

Eis a ata de sua posse:

"Omnibus, quorum interest, fidem facimus ac declaramus. Nos hanc Status Spiritus-Sancti in Brasilia Dioccesim et Ecclesiam nuper in Cathedralem ab Apostolica Sede erectam solemniter accepisse, die vigesima tertia Maii, anno Domini Millesimo octingentesimo Nonagesimo Septimo, hora fere quinta post merediana.

"D. Victoriae Sprititus-Sancti, 23 Maii, anno Domini MDCCCX-CVII.

† Joannes Episcopus Spiritus-Sancti".

"A todos que interesse, damos fé e declaramos que temos tomado posse solenemente da Diocese do Estado do Espírito Santo no Brasil, e da Igreja erigida há pouco em Catedral pela Santa Sé Apostólica, no dia 23 de maio do ano do Senhor 1897, às 5 horas da tarde mais ou menos."

"Dado em Vitória do Espírito Santo, em 23 de maio do ano do Senhor 1897.

† João, Bispo do Espírito Santo"

H

O segundo bispo, d. Fernando de Souza Monteiro, nasceu na fazenda Monte Líbano, município do Cachoeiro de Itapemirim, em 22 de setembro de 1866.

Tendo concluído o curso de primeiras letras, entrou em 1871 para o Colégio do Caraça, onde fez todos os preparatórios, inclusive o de filosofia, em 1883. No ano seguinte matriculou-se no Seminário de São José, no Rio de Janeiro, onde lhe foram conferidas as ordens menores por d. Pedro de Lacerda.

Entrou para a Congregação da Missão em 1885.

Seguiu para Paris aos 6 de junho desse ano; em 1887 concluiu o noviciado e terminou os estudos de teologia em 1890.

Aos 22 de março do mesmo ano, pelo arcebispo de Andrinópolis d. Tomás Tiago foi investido das ordens de presbítero.

De 1890 a 1898 foi professor e vice-reitor do Colégio de São Vicente de Paulo, em Petrópolis e de 1898 a 1901 exerceu também o professorado e o cargo de vice-reitor do Colégio de São José, no Rio Comprido (Rio de Janeiro).

Na capital deste estado fundou o Asilo do Coração de Jesus.

Preconizado bispo aos 21 de agosto de 1901, foi sagrado em Paris, em 11 de outubro do mesmo ano, tomando posse da diocese em 19 de março de 1902.

Eis a ata de sua posse:

"Omnibus, quorum interest, fidem facimus atque testamur qualiter Nos, in Ecclesia Cathedrali Diocesis Spiritus Sancti, proemissa professione fidei, coram Ilmº ac Revmº. Domino Administratore Ecclesiastico, sede vacante et Clero civitatis adstantibus Ilmº (Proside) Gubernatore Status, coeteris Magistratibus, spectatissimis viris et magna populi porte, in viram realem, personalem et actu alem possessionem ejusdem Diocesis et Ecclesiae Spiritus-Sancti solemniter inmisse fuimus, die XIXª Martii, anno Domini MCMII.

"Quia vero Brevis Apostolicus, quo Episcopus remunti fuimus, in itinere Sanctae Sedis permissu, utconstat ex variis authenticis documentis in archivio nostro asservatis, ejus lectio, in coerenomia possessionis proetermissa fuit sub adjecta conditione quod aliam copiam authenticam posterius obtineremus – Datum Victoria Espirictus Sanctus die 19 de Martii anno Domini 1902.

† Ferdinandus Episcopus Spiritus Sancti"

Este bispado, pela lei n.º 927 de 24 de novembro de 1913, ficou isento do imposto de transmissão de propriedade até 31 de dezembro de 1918, em relação aos imóveis que adquirir.

Da Câmara Eclesiástica é secretário o reverendo cônego João Maria Cochard e escrivão o reverendo padre Hermenegildo Bataglia.

Representantes do Estado

I – REPRESENTANTES DO ESTADO. II – NOTAS BIOGRÁFICAS.

T

Para representar a província do Espírito Santo nas Cortes de Lisboa, de 1821 a 1822, foi eleito o dr. João Fortunato Ramos, nascido em Vitória e lente da Universidade de Coimbra.

O dr. João Fortunato recusou-se a aceitar o cargo para que fora eleito, apresentando o pretexto de, por se encontrar ausente há muito tempo, não ter conhecimento do que necessitava o país.

Seu substituto, o dr. José Bernardino Batista Pereira, devido às alterações havidas nas relações com Portugal, também não tomou assento naquela assembleia.

Tendo o príncipe regente D. Pedro, por decreto de 16 de fevereiro de 1822, criado o Conselho de procuradores gerais das províncias, foi eleito procurador pela do Espírito Santo o dr. José Vieira de Matos, natural da vila de Campos.

Representou a província na Assembléia Constituinte Brasileira o dr. Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, nascido em Vitória e que faleceu aos 27 de setembro de 1857, como presidente do Supremo Tribunal de Justiça e veador de S. M. a Imperatriz. Foi sepultado a 28 do mesmo mês e ano, sendo seu féretro conduzido em coche da casa imperial.

Proclamada a Independência do Brasil, o primeiro senador que teve a província foi o padre Francisco dos Santos Pinto, nomeado em

22 de janeiro de 1826. Tomou posse em 4 de maio do mesmo ano e faleceu em 3 de abril de 1836.

Na 1.ª e 2.ª legislatura da Câmara Temporária, logo depois da proclamação da Independência do Brasil, foi representante da província do Espírito Santo o magistrado José Bernardino Batista Pereira, de quem seus inimigos diziam: – "É o único ministro constitucional que temos tido até hoje".

Desempenhou as funções de ministro da Fazenda e da Justiça. Exerceu este último cargo, diz Teixeira de Melo (*Ephemerides Nacionaes*, vol. I), "como talvez ninguém no Brasil o exerceu depois dele, usando da maior energia na repressão dos crimes, visitando as prisões, ouvindo a todos os detentos, restituindo a liberdade aos ilegal e arbitrariamente privados dela, pondo assim em prática a mais severa justiça, segundo os estritos preceitos da Constituição, indo mesmo em muitos atos de sua vida pública, de encontro à vontade superior, a que todos os mais se curvavam, submissos, recusando-se mais tarde a voltar a servir nesses eminentes cargos, mesmo depois, no tempo da regência."

Deixando o poder em 1829, foi chamado de novo no ano seguinte pelo imperador para organizar o ministério sendo esta a sua resposta: – "Senhor, honra de donzela e confiança de ministro só se perde uma vez na vida; eu não posso tornar a ser ministro de Vossa Majestade". Por duas vezes mais, durante a regência, recusou da mesma maneira tal incumbência.

O dr. José Bernardino Batista Pereira nasceu aos 20 de maio de 1783, na vila de Campos dos Goytacazes, então pertencente à capitania do Espírito Santo, e faleceu, em 29 de janeiro de 1861, na fazenda da Boa Vista, freguesia de São Gonçalo, município de Niterói. Além de deputado geral pela província do Espírito Santo, em duas legislaturas, e de ministro da Justiça e da Fazenda, foi juiz de fora de São Antônio de Pádua e Magé, deputado à Assembleia Provincial da província do Rio de Janeiro, em as duas primeiras legislaturas, exercendo sempre a presidência, e juiz de órfãos do município de Itaboraí.

Possuía as comendas das ordens de Cristo e da Rosa, sendo também dignitário da última.

Deixou as seguintes obras: – Esboço sobre os obstáculos, que se têm oposto à prosperidade da vila de Campos, Reflexões histórica-políticas, ambas publicadas em 1823; Dissertação analítica sobre legislação e prática orfanológica, em 1824, e Prática homeopática, dois volumes, de 1856 a 1857.

Era formado pela Universidade de Coimbra.

Representam atualmente o estado no Congresso Nacional os srs. senadores dr. João Luís Alves, dr. Bernardino de Souza Monteiro, dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire e deputados dr. Júlio Pereira Leite, dr. Torquato Rosa Moreira, dr. Paulo Júlio de Melo e general Alfredo Ernesto Jacques Ourique.

Π

O dr. João Luís Alves nasceu em Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, aos 23 de maio de 1870.

Depois de receber o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais, ocupou não só o lugar de promotor público, como também o de juiz municipal em Campanha, onde exerceu o cargo de professor de legislação de terras, do curso de agronomia.

De 1899 a 1902, desempenhou o mandato de deputado ao Congresso Mineiro.

Faz parte de várias associações científicas e foi lente da Faculdade de Direito de Belo Horizonte.

Na Câmara Federal representou seu estado natal, e atualmente representou seu estado natal, e atualmente representa o estado do Espírito Santo no Senado Federal, desde 1909.

O dr. Bernardino de Souza Monteiro nasceu no dia 6 de outubro de 1865, na cidade do Cachoeiro de Itapemirim, deste estado.

Concluindo seus estudos de humanidades no Colégio do Caraça, em Minas, entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais no dia 16 de dezembro de 1893. Após sua formatura, seguiu para o Cachoeiro de Itapemirim, onde teve que tomar parte nos trabalhos do Governo Municipal, por ter sido eleito um dos seus membros, sendo reeleito por três vezes.

Por muitos anos exerceu a advocacia nessa cidade.

Desempenhou o mandato de deputado estadual, eleito em 1907, e atualmente desempenha o de Senador da República, eleito em 1908.

Ultimamente publicou em folheto vários discursos que pronunciou no Senado Federal e tem seu nome ligado ao Grupo Escolar do Cachoeiro de Itapemirim.

O dr. Júlio Pereira Leite nasceu no estado da Bahia, em 17 de fevereiro de 1870.

Cursou a Faculdade de Medicina da capital daquele estado, recebendo em 9 de dezembro de 1893 o grau de doutor em medicina.

Na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, onde exerceu a profissão médica, desempenhou o cargo de governador municipal.

Eleito deputado estadual, em 1909, ocupou a cadeira de presidente do Congresso Legislativo e ainda a de presidente de Conselho Municipal da capital do estado, para o qual fora eleito em 23 de maio de 1911.

Colaborou em diversos jornais, fundou no Cachoeiro de Itapemirim o periódico Alcantil e na capital redigiu o diário *Commercio do Espírito Santo*.

O dr. Torquato Rosa Moreira nasceu no estado da Bahia, em 1860.

Na Faculdade de Medicina da capital daquele estado, recebeu o grau de doutor no ano de 1887.

Vindo para o estado do Espírito Santo no ano seguinte, exerceu a profissão em a vila de Itapemirim, onde estabeleceu também farmácia.

Além de outros cargos que lhe foram cometidos, ocupou aqui no estado o de Secretário da Instrução, Justiça e Segurança Pública, tendo anteriormente exercido o de vereador municipal, na vila do Itapemirim, onde com o reverendo vigário da freguesia padre Giffoni, fundou um hospital, inaugurado aos 27 de fevereiro de 1889.

Tem desempenhado o mandato de deputado ao Congresso Legislativo do Estado, assim como o de deputado ao Congresso Federal, em quatro legislaturas.

Na imprensa colaborou em diversos jornais e foi redator chefe do diário – *Commercio do Espírito Santo*. É presidente do Centro Espírito-Santense, no Rio de Janeiro.

O dr. Paulo Júlio de Melo nasceu no estado de Pernambuco, aos 20 de dezembro de 1869.

Na Faculdade de Recife, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Ocupou o cargo de juiz substituto nas comarcas do Cachoeiro de Santa Leopoldina e Viana, neste estado.

Em 1907 foi eleito deputado ao Congresso Legislativo do Estado, em cuja corporação ocupou o lugar de presidente. E, além de desempenhar as funções de governador municipal de Santa Leopoldina, exerceu o mandato de deputado federal por eleição de 30 de novembro de 1908, sendo reeleito em 1912.

Não obtivemos notas biográficas em referência ao general Jacques Ourique que, por ocasião da proclamação da República, exerceu o cargo de Secretário do Chefe do Governo Provisório.

Justiça Federal

I – JUSTIÇA FEDERAL.
II – NOTAS BIOGRÁFICAS DOS JUÍZES SECCIONAIS, JUIZ
SUBSTITUTO E PROCURADOR DA REPÚBLICA.
III – NOTAS BIOGRÁFICAS DO PRIMEIRO ESCRIVÃO.

I

Organizada a Justiça Federal em seções judiciárias nos estados pelo decreto n.º 848 de 11 de outubro de 1890, o primeiro juiz nomeado para a seção deste estado foi o dr. Joaquim Pires de Amorim, em 1891, atualmente aposentado; – o 2.º dr. Raul de Souza Martins, em 1908 [sic, 1901], e que se acha ocupando a 1.ª vara no Distrito Federal; – 3.º dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, em 1904, e que exerce igual cargo em Pernambuco; – 4.º desembargador José Clímaco do Espírito Santo, em 1906, falecido, tendo sido em sua vaga nomeado o dr. José Tavares Bastos, em 29 de julho de 1910.

O cargo de substituto do juiz federal tem sido exercido pelos seguintes cidadãos: – dr. Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto, falecido; dr. Cândido Faria Chaves, que entrou em exercício em 1895 e foi reconduzido de 1901 até 1906, atualmente aposentado; dr. Mário de Menezes, de 1906 até o começo do ano de 1912; e, atualmente, o dr. Pedro Martins da Rocha que assumiu o exercício em 25 de maio do ano de 1912.

Os nomeados para procuradores da República foram: o dr. Astério Matias Pereira da Costa, já falecido, sendo o 2.º o dr. Argeu Hortêncio Monjardim. Ocupa atualmente este cargo o dr. Oswaldo Poggi de Figueiredo.

Desta seção judiciária o primeiro que exerceu as funções de escrivão foi o tenente-coronel João Antunes Barbosa Brandão, já falecido, sendo em sua vaga, em 28 de julho de 1902, nomeado o cidadão Vicente João da Boamorte, que exerce atualmente.

II

O dr. Joaquim Pires de Amorim nasceu no estado do Rio de Janeiro.

Além de ter ocupado o cargo de juiz municipal e de órfãos, por espaço de 12 anos, na comarca de Cachoeiro de Itapemirim (compreendia então esse município e os do Alegre, Rio Pardo, Calçado e Itabapoana), exerceu também nessa mesma cidade os de delegado de polícia, juiz de direito, inspetor da Instrução Pública da comarca e muitos outros.

Por diversas vezes desempenhou o mandato de deputado provincial.

Proclamada a República, foi nomeado juiz de direito da cidade de São Mateus, passando depois a desempenhar interinamente as funções de Chefe de Polícia do estado.

Nomeado juiz seccional foi o inaugurador da seção deste estado e neste cargo está aposentado.

Foi comandante superior da Guarda Nacional e tenente-coronel chefe do Estado-Maior.

O dr. Raul de Souza Martins nasceu aos 3 de outubro de 1873, no estado do Maranhão.

Fez o curso de humanidades em a cidade de Porto Alegre, e na Faculdade de Direito de São Paulo cursou o 1º e o 2º anos, tendo se matriculado em 1890. Mudando-se sua família para o Rio de Janeiro, prosseguiu seus

estudos na Faculdade Livre de Direito dessa cidade, recebendo o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais aos 21 de abril de 1893.

Depois de formado começou a advogar na Capital Federal, onde ocupou o cargo do inspetor escolar, de 26 de outubro de 1894 a 20 de maio de 1896, quando pediu exoneração. Exerceu também na mesma capital o de substituto do representante do Ministério Público perante o Tribunal de Contas, durante o período de 11 de janeiro de 1897 até setembro de 1899, quando por proposta do Supremo Tribunal Federal, em virtude de concurso, foi, por decreto de 23 desse mês, nomeado para o cargo de juiz federal da seção de Mato Grosso.

A seu pedido, foi por decreto de 27 de abril de 1901 removido para a seção deste estado, e ainda por decreto de 3 de março de 1904 para a do Rio de Janeiro.

Atualmente ocupa a 1.ª vara da seção do Distrito Federal, em virtude do decreto de 24 de setembro de 1909.

Como substituto, tem constantemente funcionado no Supremo Tribunal Federal, em questões de alta importância, como no *Caso das Pedras*, limites de estados, etc.

O dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto nasceu na vila de Águas Belas, no estado de Pernambuco.

No Recife cursou o Liceu de Artes e Ofícios e o antigo Colégio das Artes que era anexo à Faculdade de Direito.

Recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 2 de julho de 1892, sendo logo depois nomeado promotor de justiça da comarca de Santa Leopoldina, neste estado, cujo exercício assumiu em 10 de agosto do mesmo ano.

No município do mesmo nome foi, em 1894, eleito governador municipal, tendo sido presidente do Conselho, deixando-o em 1897, quando teve que exercer o cargo de Chefe de Polícia.

Ocupou também o de Procurador Geral do Estado, do qual, em 1901, pediu exoneração, passando a residir no Rio de janeiro onde abriu banca de advogado.

Faz parte do Instituto dos Advogados, no qual foi um dos membros da Comissão Central de Assistência Judiciária, e redigiu por algum tempo a revista do mesmo Instituto e tomou também parte na discussão do Projeto do Código Civil.

Por decreto de 2 de maio de 1904, foi nomeado para o cargo de juiz federal da seção deste estado, assumindo o exercício no dia 7 desse mês.

Atualmente desempenha as funções de juiz da seção de Pernambuco para onde foi removido, a pedido, por decreto de 16 de outubro de 1905.

Diversos trabalhos seus e várias sentenças proferidas como juiz acham-se reunidos em um volume de 300 páginas, publicado, em 1910, sob o título – *Trechos de Direito*.

O dr. José Tavares Bastos nasceu aos 13 de março de 1876, na cidade do Pilar, estado de Alagoas.

Fez seus estudos no Colégio Frazão e Seminário Menor de São José na Capital Federal e bacharelou-se em ciências e letras no Internato Pedro II.

Em 1893, matriculou-se na Faculdade de Direito do Rio de janeiro e recebeu o grau em ciências jurídicas e sociais em 1897, tirando as duas cartas.

Redigiu a *Revista Acadêmica*, a *União Acadêmica*, e *Folha dos Estados* e colaborou também em grande número de jornais da Capital Federal, inclusive o *Jornal do Commercio*, cerca de oito anos.

A sua estreia fez na Gazeta de Cordeiros, escrevendo depois para o Pharol, e por muito tempo na A Capital e Folha Fluminense.

Além de ter exercido os cargos de promotor público de Paraty e Pádua, foi juiz municipal de Santa Teresa, duas vezes, e promotor público de Cabo Frio, tudo no Rio de Janeiro.

Nomeado, em 15 de julho de 1910, juiz federal da seção deste estado, tomou posse perante o Supremo Tribunal Federal aos 18 do mesmo mês e ano.

Nas comarcas de Cabo Frio e Resende (estado do Rio) desempenhou as funções de delegado escolar.

Quando acadêmico foi presidente do grêmio literário "30 de Setembro", do Colégio Pedro II, do "Grêmio Jurídico Onze de Agosto", "Grêmio da Faculdade Livre de Direito", orador de muitas outras e representante de toda a Faculdade Livre na Federação Acadêmica. Além de outras obras, tem publicado as seguintes: - Repertório da Jurisprudência do Supremo Tribunal, Atribuições do promotor público na República, Serviço policial do Estado do Rio, Repertório do registro de títulos na República, Jurisprudência dos Tribunais, Júri na República, Registro Civil na República, Testamento feito pelo próprio testador, Tratado prático e formulário do inventário, Estatística Criminal na República, Legislação operária sobre acidentes mecânicos e proteção à infância operária, Atribuições dos Juízes municipais, Coletânea de jurisprudência, Lei Berenger, Organização judiciária do Estado do Rio, Instituições judiciárias da República, A luta pelo direito, tradução, Transmissão de propriedade na República, Peculato, moeda falsa e contrabando, Casamento de menores e órfãos, Uni-sexualidade de regime penitenciário" Atribuições dos juízes de direito na República, e ainda as seguintes monografias:

"As justiças de paz e os jurados municipais no Brasil", "O juizado de direito no Brasil", "Os tribunais de Relação no Brasil", "Os escrivães de paz no Brasil", "Os escrivães e os tabeliães no Brasil", "Os oficiais de justiça no Brasil", "Os porteiros dos auditórios no Brasil", "Os carcereiros no Brasil", "Os depositários públicos", "O registro civil no Brasil", "A prisão no Brasil", "As correções no Brasil", "Advocacia no Brasil", "Ferri como jurista", "Lombroso", "Tribunais correcionais" "Tribunal do Júri", "Legislação dos Estados" e muitas outras sobre assuntos políticos e diversos.

O dr. Pedro Martins da Rocha nasceu aos 22 de novembro de 1882, em o Distrito Federal.

Recebeu a instrução primária nos colégios Brasileiro e Alemão, em Petrópolis, e estudou humanidades, nos colégios Alfredo Gomes

e Anchieta, e também com os professores particulares – Malheiros, falecido, e dr. Dragênio de Lima e Silva, lente catedrático da Escola Normal, prestando os respectivos exames no Ginásio.

Na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde se matriculou em 1908, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1911, sendo nomeado juiz substituto da seção deste estado, em 8 de maio de 1912.

Quando acadêmico, colaborou em diversos jornais da Capital Federal e fez parte da redação do *Diário de Notícias*, e nesta capital é um dos colaboradores do diário *A Tarde*.

O dr. Oswaldo Poggi de Figueiredo nasceu na capital do estado do Espírito Santo, aos 3 de janeiro de 1875.

A instrução primária começou, em 1881, com o professor Aristides Freire, nesta capital, e continuou-a, em 1882, no Colégio de São João, no Recife, capital de Pernambuco, prosseguindo-a depois com o professor Joaquim Barbosa Quitiba, nesta cidade da Vitória, em 1883 e 1884, e com o professor Alfredo Rodrigues Marques, em 1885 e 1886, no Maranhão.

Estudou o curso de humanidades com o professor José Augusto Correia, na capital desse estado, em 1888, no Liceu Maranhense, em 1889 e 1890, e ainda com os professores Manuel Bittencourt e José Augusto Correia, naquela mesma capital, além de ter estudado no Seminário de São José, em Manaus, em 1890, com os drs. José Ferreira Muniz e Melo Gomes, no Recife, e no Ginásio Recifense, em 1894, e no Externato Aquino, na Capital Federal, de 1895 até fevereiro de 1896.

Em março de 1896, matriculou-se na Academia de Direito do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais, em 3 de dezembro de 1900.

Antes e depois de formado, ocupou os seguintes cargos: em 1891, o de auxiliar de aula pública primária, em Manaus, e amanuense da Secretaria do Governo, na mesma capital, de janeiro de 1893 a setembro do ano seguinte, tendo sido, porém, licenciado desde dezembro de 1893.

Nomeado promotor de justiça da comarca da Vitória, deste estado, esteve em exercício de 18 de fevereiro de 1901 até 4 de maio de 1904. Desempenha as funções de Procurador da República na secção do Espírito Santo desde 5 de julho do último ano.

Em Porto Alegre redigiu o periódico Meteoro e na Capital Federal a Revista Acadêmica, em 1899 e a Rua do Ouvidor, em 1900.

Em São Paulo de Muriaé, estado de Minas, foi redator do O Mimo e da A Sentinella, e, nesta capital, é um dos redatores da A Cruzada. Na capital do Amazonas colaborou no O Vulcão; no O Fluminense, em Niterói e além de ter também colaborado na Gazeta da Tarde, revista Letras e Artes, A Reforma e na A República, todos de Porto Alegre, colaborou também no Estado do Espírito Santo, no O Commercio, na Gazeta da Tarde, Diário da Manhã e na A Tarde, nesta capital.

Reproduzimos aqui um soneto de sua lavra, intitulado: -

SAUDADE

Eu digo adeus aos dias de tristeza Em que minha alma – eterna sonhadora – Das negaças da fé sempre era presa, – Em sonhos d'Alva pompeando agora.

Foi-se o abutre da dor espaço em fora E hoje minha alma, à leda graça, acesa, Tem semelhanças à formosa aurora Que se veste de eternal grandeza.

Contudo, a sombra informe do Passado Tem seduções e deixa-me inspirado A soluçar saudade e nostalgia... Eu digo adeus às dúvidas que tinha E a vida me faziam mui mesquinha... Eu digo adeus ao mal que padecia.

Ш

O tenente-coronel honorário do Exército João Antunes Barbosa Brandão nasceu na capital deste estado, em 2 de fevereiro de 1836.

Com 13 anos de idade, assentou praça como voluntário na força então aquartelada no convento do Carmo e na qual serviu até 1852.

Reconhecido cadete particular pediu transferência para o Rio de Janeiro, servindo nessa cidade até 1855 no 1.º Batalhão de Infantaria, do qual foi de novo transferido para a guarnição desta capital, onde deu baixa por conclusão de tempo de serviço.

Foi funcionário da Secretaria do Governo e da Polícia e, de 1858 a 1859, comandou pela primeira vez a Força Policial aqui existente.

Como oficial da Guarda Nacional, ofereceu ao governo os seus serviços por ocasião da guerra do Brasil com o Paraguai, os quais foram aceitos e seguiu com a força aqui existente, para o Rio de Janeiro, a bordo do vapor *Diligente*, no dia 5 de dezembro de 1865.

Sendo o único da guarnição entendido nas coisas militares, teve que se demorar no Rio a fim de receber o necessário para a peleja e a 14 daquele mês embarcou com o contingente no vapor norte-americano *Lamego*, fretado especialmente pelo governo para esse fim, desembarcando a 18 em Montevidéu e ali permaneceu até 4 de janeiro do ano de 1866.

No dia seguinte com o contingente adido ao Corpo Policial do Rio Grande do Sul, seguiu no transporte de guerra *Galgo* para Corrientes, onde chegou no fim do mês, partindo pouco depois, por terra, a incorporar-se ao exército que se achava acampado junto à Lagoa Brava.

Apresentando-se o comandante ao general Osório, no dia 4 de fevereiro, com os oficiais, em número de 14 (de diversos lugares), que se achavam adidos ao batalhão e perguntando o general ao co-

mandante se não necessitava de alguns dos que trazia adidos, pois que teriam de tomar novos destinos, teve a seguinte resposta: – "Só preciso do tenente Brandão por já ter sido praça do Exército e que poderá servir de instrutor do batalhão".

Reparando o general Osorio que o tenente-coronel Brandão trazia os galões de alferes e perguntando-lhe a razão de semelhantes distintivos, quando acabava de ouvir dar-lhe as honras de tenente, respondeu-lhe ele: – "Sou 2.º tenente de artilharia da Guarda Nacional da província do Espírito Santo; o corpo, porém, a que pertenço não está convenientemente armado e trabalha como infantaria, cuja arma conheço por ter servido no 1.º Batalhão no Rio de Janeiro".

- "Quem comandava o batalhão?" Interrogou-lhe o general.
- "Primeiramente o Visconde de Camamu e pouco depois de minha chegada o coronel Tamarindo".
- "Tamarindo? replicou o general, "conheço-o muito, é um bravo!"

E assim ficou o tenente-coronel Brandão no Corpo Policial do Rio Grande, corpo que tomou a numeração de 90 de Voluntários e depois a de 29.

Da Lagoa Brava seguiu com o batalhão para Tala-Corá, onde acampou até o sábado da semana em que a Igreja comemora a paixão do Mártir do Gólgota e, depois de terem as forças assistido à missa, rompido a Aleluia ao som das músicas de mais de 50 corpos de que se compunha o exército, entre salvas de artilharia de terra e da Armada, seguiu com o batalhão para o Passo da Pátria, lado argentino, onde de novo acampou à tarde, tendo à vista parte da nossa esquadra e o Forte Itapiru, na margem fronteira – Paraguai – que nesse mesmo dia bombardeou o acampamento.

Aos 10 de abril, servindo já no quartel-general do comando em chefe, assistiu o ataque dado pela madrugada ao Forte da Redenção, depois denominado Forte de Cabrita, em honra à memória do oficial deste nome que, nesse dia, sucumbiu sem abandonar o posto que lhe havia conferido o dever de patriotismo.

Fez, com o exército, a passagem do Paraná em 16 de abril e aos 18 acampou no Forte Itapiru, abandonado pelo inimigo.

Dias depois, teve que seguir para o Passo da Pátria, onde, ao chegar, notaram todos que o inimigo haviam-no abandonado, momentos antes, pois, ainda havia fogo no acampamento e milho cosido, única alimentação de que dispunha.

Aos 2 de maio, em prosseguimento de luta, bateram o inimigo que os esperava no Estero Bellaco.

Acampou em Palmas, nome que tomou o lugar pela grande abundância de palmeiras existentes e que depois passou a chamar-se oficialmente Tuiuti.

Ali ficou o exército por mais de um ano e foi onde se deu a memorável batalha de 24 de maio de 1866, merecendo o tenente-coronel Brandão ser elogiado, como também, depois, ser condecorado com o hábito da Rosa.

Assistiu os combates de 16 e 18 de julho. Comandava nessa ocasião o exército o general Polidoro, a cujo estado-maior pertencia o tenente-coronel Brandão e do qual foi dispensado com a chegada do general Caxias ao acampamento, sendo nomeado para coadjuvar o encarregado do depósito do material do mesmo exército na distribuição de fardamento, barracas, instrumentos bélicos, etc., etc., que havia levado o general Caxias.

Depois foi nomeado almoxarife do Hospital do Saladero que chegou a ter perto de 4.000 doentes, pois grassava nessa ocasião a cólera-morbo, além de outras moléstias.

Extinto esse hospital recolheu-se ao exército, em Humaitá, ficando adido à repartição do quartel-mestre-general para prestar contas, o que feito, foi nomeado ajudante de ordens da 8.ª Brigada de Infantaria de que era comandante o coronel Freire de Carvalho.

Após os combates de Lomas Valentinas e achando-se o exército em Assunção, foi nomeado para o quartel-general do comando em chefe, sendo, pelo ajudante general, designado para encarregado do detalhe.

Com o quartel-general seguiu para Luque, onde aos 16 de abril de 1869 encontrou-se com o general Conde d'Eu, que assumiu o comando em chefe, e donde seguiu com o exército para Piraju, assistindo ali aos reconhecimentos das posições inimigas em Ascurra.

Nomeado para servir no Corpo de Pontoneros, a ele não se reuniu por ter sido designado quando o exército se achava em São Joaquim. Ali serviu sob as ordens do general Polidoro, nomeado comandante das forças do sul do Manduvira até que teve de seguir para Humaitá com o 1.º Batalhão de Infantaria que, por haver concluído a guerra em 1870, regressou para o Brasil, no transporte de guerra *São José*, em maio desse ano.

Chegando a Santa Catarina aos 29, teve que, com o batalhão, aguardar ordens a fim de seguir para o Rio de Janeiro, o que se realizou aos 6 de junho e onde chegou no dia 9.

A seu pedido foi desligado do 1.º Batalhão, embarcando para esta capital aos 24 do mesmo mês no vapor *Juparanã*.

Por determinação do ministro da Guerra foi nomeado para servir no destacamento da Guarda Nacional que então existia nesta capital, e depois de servir empregos civis até 1872, em 1.º de janeiro do ano seguinte assumiu o exercício como oficial nomeado para o Corpo de Polícia desta então província, sendo reformado na qualidade de seu comandante aos 6 de julho de 1883, contando-se para a reforma trinta e oito anos de serviço.

Quer exercendo funções civis ou militares, quer em tempo de paz ou de guerra, jamais solicitou uma licença, tendo apenas quando serviu no 1.º Batalhão de Infantaria, baixado por duas vezes ao Hospital Militar no Rio de Janeiro.

Faleceu em 30 de julho de 1902 no exercício do cargo de escrivão do Juízo Federal, nesta cidade.

A Abolição

I – "SOCIEDADE ABOLICIONISTA DA ESCRAVATURA DO ESPÍRITO SANTO". II – LEIS PROVINCIAIS. III – COMISSÕES AGENCIADORAS DE DONATIVOS PARA MANUMISSÕES. IV – ASSOCIAÇÕES: "PRIMEIRO DE JANEIRO", "DOMINGOS MARTINS" E "JOÃO CLÍMACO". V – NOTAS BIOGRÁFICAS.

I

Lembrando o passado ao presente, não nos é lícito deixar no esquecimento uma página que valoriza os altruísticos sentimentos dos que se empenharam na propaganda da humanitária ideia que tinha por fim a abolição do cativeiro.

O território espírito-santense comungou essas ideias que, cada vez mais, se radicavam na consciência nacional, tendo, finalmente, solução satisfatória e brilhante em 13 de maio de 1888, dia em que deixou de existir na Terra do Cruzeiro a distinção de escravo e senhor.

Em diversas localidades surgiram adeptos para a batalha que se feria em favor de tão santa causa, e, na capital, centro em que com mais entusiasmo se agitava a questão, acompanhando com denodo essa evolução que se operava em honra do progresso moral da pátria, avolumava-se a falange dos apóstolos convictos desse magno ideal.

Fundaram sociedades para libertação dos cativos, e, na tribuna, nas colunas da imprensa, batiam-se com intrepidez, tendo por divisa sacrossanta – a Liberdade.

A mais antiga sociedade abolicionista que existiu na terra capixaba foi, talvez a Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo, instalada aos 17 de outubro de 1869, na capital, sendo fundada sob as bases organizadas pelo dr. Deolindo José Vieira Maciel, e estampadas no *Jornal da Victoria* de 18 de setembro do mesmo ano. São as seguintes: – "Esta sociedade terá por fim alforriar o maior número possível de escravos de ambos os sexos e de qualquer idade, e fazer deles cidadãos úteis, velando sobre sua instrução religiosa, moral e literária, segundo as circunstâncias pecuniárias da sociedade.

"A sociedade conseguirá o seu fim pelos seguintes meios: – Donativos espontâneos de qualquer espécie que seja;

- "Contribuições de joias dos sócios: A sociedade compor-se-á de sócios ativos, que contribuirão com uma mensalidade de mil reis; de sócios passivos que contribuirão com uma mensalidade de 500: e de sócios protetores.
- "Sócio ativo poderá ser qualquer pessoa livre, nacional ou estrangeira, de ambos os sexos e qualquer idade.
- "Sócios passivos só poderão ser escravos, sendo a condição de ser sócio essencial para gozarem dos benefícios da sociedade.
- "Sócios protetores serão todas as pessoas que fizerem um donativo à sociedade de 100\$000 reis ou mais.
- "A sociedade será dirigida por um conselho de 10 sócios ativos, maiores de 21 anos e residentes na capital, conselho que será eleito por uma assembleia geral de sócios ativos.

"Este conselho elegerá dentre os seus membros o diretório, constando de 1 presidente, 1.º e 2.º secretários, 1 tesoureiro e tantos procuradores quanto forem precisos.

"Também dentre os membros do conselho sairão as comissões que forem necessárias para o serviço da sociedade.

"O conselho se reunirá todas as vezes que for preciso, precedendo aviso do diretório.

"Um regulamento confeccionado e aprovado pelo conselho disporá a maneira pela qual serão feitas as alforrias, e tomará todas as medidas a bem dos libertos e da sociedade em geral.

"Advertência – Logo que houver número suficiente de sócios ativos, será convocada a assembleia geral para a eleição do conselho".

Eis a ata lavrada na sessão de sua instalação:

"Aos dezessete dias do mês de outubro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e nove, nesta cidade de Nossa Senhora da Vitória, capital da Província do Espírito Santo, Império do Brasil, em casa das sessões da sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo, às seis horas da tarde, presente dezenove senhores sócios instaladores, abaixo assinados, vocalmente declararam eles, que nomeavam presidente interino desta sessão, o doutor Deolindo José Vieira Maciel, o qual tomando assento, designou para secretários, 1.º o dr. Clímaco Barbosa, 2.º Joaquim Álvares dos Santos Souza, e abrindo a sessão mandou que o 1.º secretário procedesse a leitura dos artigos orgânicos, que deveriam servir de base a esta sociedade, e finda a referida leitura, declarou o mesmo presidente que ia proceder a eleição do conselho diretor de que falam os mesmo artigos, para o que foram chamados todos os sócios presentes, os quais iam depositando em uma urna, uma cédula contendo dez nomes, as quais foram contadas, verificando-se serem dezenove; passando a proceder-se a apuração, obtiveram votos os drs. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, dezoito; Manuel Feliciano Muniz Freire e Deolindo José Vieira Maciel, dezesseis cada um; Francisco Gomes d'Azambuja Meireles, quinze; Leopoldo Augusto Diocleciano de Melo e Cunha, Clímaco Barbosa e o capitão Joaquim Francisco da Costa, quatorze cada um; José Ribeiro Coelho, doze; tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida e dr. José Correia de Jesus, onze cada um, os quais todos foram aclamados pelo presidente, membros do conselho diretor, ficando incumbidos de confeccionar os estatutos que têm de reger a referida sociedade; depois de alguns srs. sócios fazerem diversas observações sobre os artigos orgânicos, o sr. presidente declara instalada a sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo e levanta a sessão".

Seguem-se as assinaturas dos sócios presentes.

Em o dia anterior à instalação dessa sociedade, o dr. Clímaco Barbosa havia, na Assembleia Provincial, dito o seguinte: – "Pedi a palavra, Sr. Presidente, para apresentar à consideração da casa um projeto, cujo mérito acredito que não pode ser contestado por nenhum de nossos colegas, nem por qualquer indivíduo, que nutra em seu coração sentimentos de amor da pátria e sentimentos do dever, e mesmo do sacrifício, que nos devemos impor para que conduzamos o Brasil a um futuro social tão feliz, quanto aspiram para si todas as nações do globo.

"Se eu não estivesse convicto de que nestas palavras tenho avançado uma verdade, eu procuraria, senhores, como me fosse possível, fundamentar o projeto, que vou entregar, convencido, como estou, de que votareis por ele unanimemente, dispenso-me de continuar, passando apenas a lê-lo; e se por ventura alguém contestar a utilidade, a sua necessidade e oportunidade então procurarei fundamentá-lo melhor do que faço atualmente. (Lê)

"A Assembleia Legislativa Provincial Resolve;

- "Art. 1.º O Presidente da Província despenderá anualmente a quantia de 12:000\$000 rs. com a alforria de escravos do sexo feminino, que tiverem de 10 a 15 anos de idade.
 - Art. 2.º Serão preferidas para este veneficio:
- \$1.º Aquelas cujos possuidores alforriarem-nas por menor quantia.
- \$2.º As que poderem ser auxiliadas neste benefício por si ou por outrem.
- Art. 3.º O preço de cada alforria não poderá exceder de 1:000\$000 rs.
- Art. 4.º O presidente da província expedirá o regulamento necessário para a boa execução desta lei, tendo principalmente em vista o futuro das alforriadas em virtude dela.
 - Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário".

Na sessão de 23 de novembro de 1869 a comissão especial, eleita para emitir parecer sobre este projeto, apresentou outro em substi-

tuição. O novo determinava que a quantia a despender anualmente com a alforria de escravas seria de 5:000\$000 e marcava a idade de 5 a 10 anos para que elas gozassem do favor; o preço de cada alforria não excederia de 600\$000; e vinha assinado por M. F. Muniz Freire e A. Monjardim. Este projeto foi aprovado em terceira discussão, apresentando o dr. Clímaco Barbosa a emenda – "Ao art. 1.º: em lugar de 5:000\$000 diga-se 6:000\$000" – sendo aprovada.

Este projeto transformado em lei sob o n.º 25 foi executado pelo presidente bacharel Francisco Ferreira Correia. Em 25 de setembro de 1870, 15 mulheres de vários pontos da província receberam carta de liberdade.

A lei provincial n.º 30 de 17 de dezembro de 1871 determinou que se despendesse a quantia de 6:000\$ anualmente para a libertação de escravos do sexo feminino de 12 a 35 anos.

O primeiro edital, dando cumprimento ao que ela estatuía, foi publicado no *Correio da Victoria* de 2 de abril de 1872 e tem a data do dia anterior, estendendo-se o prazo marcado até 30 de junho.

Não se fez esperar os frutos desta lei e foi assim que, em sessão solene aos 7 de setembro de 1872, no palácio do governo, foram declaradas libertas nove mulheres.

III

Em se tratando de tão magno assunto que tanto preocupou a atenção do país, quer na imprensa, nos comícios populares e no parlamento, não esqueceremos de oferecer ao presente o que vamos aqui mencionar, como mais um atestado eloquente de que a então província do Espírito Santo se movimentara para a realização de tão grande aspiração nacional.

Em 21 de março de 1872, o presidente da província nomeou para os diversos municípios comissões de cinco membros a fim de

agenciar donativos para manumissões e as quais foram assim compostas: - CAPITAL - capitão José Ribeiro Coelho, coronéis Manuel do Couto Teixeira e Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, capitão José Antônio dos Reis Bastos e dr. Deolindo José Vieira Maciel. - SERRA - tenente-coronel Quintino da Rosa Loureiro, major Joaquim Pereira Franco Pissarra, alferes José Nunes Barbosa e cidadãos José Ribeiro Pinto Ferreira e José Barbosa Meireles. - NOVA ALMEIDA - capitão Manuel Francisco Feu, Joaquim Vicente Pereira, Manuel Soares Leite Vidigal, Manuel de Azeredo Rangel e Faustino Antônio Pereira Leite. - SANTA CRUZ - capitães José Alves da Cunha Bastos e Luís da Rosa Loureiro, tenente João Martins da Silva, José Delgado Figueira de Carvalho, Manuel Pereira da Silva Paixão. - LINHARES - comendador Rafael Pereira de Carvalho, alferes Alexandre Francisco da Silva Calmon, Joaquim Francisco da Silva Calmon, Luís José de Amorim, Francisco de Paula Calmon Nogueira da Gama. - BARRA DE São MATEUS - coronel Olindo Gomes dos Santos Paiva, tenente-coronel Severino Pedroso do Amaral Brandão. major Antônio Gomes Sodré, alferes Porfírio dos Santos Lisboa e Inácio José Esteves. - CIDADE DE SÃO MATEUS - coronel Mateus Antônio dos Santos, major Antônio Rodrigues da Cunha, João Pereira dos Santos, Vicente Lopes de Oliveira e vigário José Pereira Duarte Carneiro. - ESPÍRITO SANTO - coronel Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, capitão José Pinto Coutinho Rangel, alferes Henrique Gonçalves Laranja, José Inácio de Azevedo e Antônio Pereira Barcelos. - VIANA - major Domingos Vicente Gonçalves de Souza, capitães Antônio de Freitas Lira e João Manuel Nunes Ferreira, alferes Joaquim Francisco Pinto Ribeiro, e Manuel Vieira Machado Guimarães. - GUARAPARI - capitão Joaquim Ramalhete Maia, tenente Joaquim da Silva Simões, alferes José Sebastião da Rocha Tavares, Francisco da Silva Lima, Francisco Pereira Viana. - BENE-VENTE - comendador Manuel Francisco da Silva, tenente-coronel José Gomes de Oliveira, capitão Manuel Joaquim Ferreira da Silva, Albino Ferreira Guimarães. – ITAPEMIRIM – tenente-coronel João Rodrigues Barbosa, major Joaquim Gomes da Silva Pinheiro, Caetano Dias da Silva e Urbano Rodrigues Souto e capitão Joaquim Marcelino da Silva Lima. – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – coronel Joaquim Antônio de Oliveira Seabra, tenente-coronel José Pinheiro Ribeiro Werneck, major Joaquim José Gomes da Silva Neto, capitães Pedro Dias Prado e Francisco de Souza Monteiro.

IV

Em seguida à Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo, foram fundadas outras como a Emancipadora 1.º de Janeiro, Domingos Martins e João Clímaco.

A primeira ideia para a fundação da Emancipadora 1.º de Janeiro surgiu em uma palestra entre o dr. Afonso Cláudio, Cleto Nunes Pereira, Aleixo Neto, Cândido Costa e Francisco Escobar, Essa ideia foi perfilhada pela Venerável Episcopal Irmandade de São Benedito de São Francisco e posta em execução a 1.º de janeiro de 1874, sendo eleitos Cleto Nunes Pereira, presidente, Aleixo Neto, tesoureiro, dr. José Correia de Jesus, orador, e Francisco de Lima Escobar Araújo, secretário. Os estatutos da novel associação foram aprovados pelo governo provincial em 7 de fevereiro do mesmo ano e têm as assinaturas do: - dr. José Correia de Jesus, presidente interino; Filomeno de Andrade Gomes Resendo, 1.º secretário interino; Cleto Nunes Pereira, 2.º secretário interino; José Ribeiro Coelho, Misael Ferreira Pena, Tito da Silva Machado, João Pinto Gomes Resendo, Cândido Vieira da Costa, José Freire da Silva, João Pereira de Azevedo, Ovídio Pereira dos Santos, Augusto Nunes da Silveira, Fernando José de Araújo, Augusto César da Silveira, Calisto Ribeiro Coelho, José da Silva Cabral Junior, Aurélio Ribeiro Coelho, Sebastião da Guia Tristão, Francisco de Lima Escobar Araújo, Adolfo José de Siqueira, Cristiano Augusto N. da Gama.

No mesmo ano de 1874, no dia da festa de São Benedito, em sessão solene no consistório da Irmandade, foram declarados livres oito irmãos escravos, sendo orador nessa ocasião o dr. José Correia de Jesus.

A Libertadora Domingos Martins inaugurou-se aos 5 de agosto de 1883, no paço da Câmara Municipal. Presidiu a sessão o sr. Cleto Nunes Pereira, por indicação do sr. farmacêutico João Aprígio Aguirre que expôs o motivo daquela reunião, e serviu de secretário o sr. Cândido Costa. A sua denominação, aceita com aplausos, foi lembrada pelo dr. Muniz Freire, e fizeram parte da comissão organizadora dos estatutos os srs. drs. Muniz Freire, Afonso Cláudio, Poggi de Figueiredo, professor Aristides Freire e Francisco de Lima Escobar Araújo.

Além desta, uma outra foi nomeada para angariar adeptos, composta dos srs. farmacêuticos João Aprígio Aguirre, drs. Freitas e Diógenes Teixeira, tenente Urbano de Vasconcelos, Aleixo Neto, capitão Antônio Augusto e tenente Garcia Terra. Esta sociedade ficou definitivamente fundada aos 15 de abril do ano seguinte, sendo eleita a seguinte diretoria – dr. Antônio Ataíde, presidente; Cândido Costa, vice-presidente; Francisco de Lima Escobar Araújo, 1.º secretário; Ovídio dos Santos, 2.º secretário; Manuel Pinto Aleixo Neto, tesoureiro e promotor das liberdades o dr. Afonso Cláudio.

O seu estandarte era de cor branca, tendo uma facha rubra com a legenda – *Libertas quae sera tamen* – e foi bordado pela atual professora de trabalhos da Escola Normal, d. Isabel Santos.

O dr. Afonso Cláudio ocupou também o cargo de orador da sociedade enquanto ela existiu; e, com o dr. Antônio Ataíde, padre Antunes de Siqueira e outros, no paço da Câmara Municipal da capital, fez diversas conferências, em noites de dias santificados, concorrendo a elas escravos e o que a sociedade tinha de escolhido em artes, ciências e filantropia.

A primeira conferência realizou-se aos 20 de abril de 1884 e foi feita pelo dr. Afonso Cláudio, havendo, nessa ocasião, uma comissão de sócias composta das excelentíssimas, senhoras d. d. Amélia Poggi, Adelina Nunes, Leocádia Escobar, Albertina Couto e Carlota Duarte, recolhida entre os presentes a quantia de 40\$000 rs., em favor do fundo social. À entrada do edifício tocou a banda de música dos "Thalianos".

Durante o dia o clube Abolicionista Literário Pessanha Póvoa, precedido da música do Rosário, havia percorrido a cidade esmolando em favor dos escravizados, recolhendo a quantia de 140\$000.

"Foi principalmente sob o aspecto jurídico-histórico, (diz a *Província do Espírito Santo* de 22 de abril, resumindo a primeira conferência abolicionista), que o dr. Afonso Cláudio estudou na sua conferência o problema da escravidão.

"Começou declarando que a sociedade que lhe delegou poderes para em seu nome encetar a propaganda emancipadora não vinha armar contra o direito mas marchar com ele. Tratava-se de uma causa nacional, ou mais do que isso – de uma causa eminentemente humana, e carecia-se do concurso de todas as classes, de todas as atividades, para levá-la vitoriosa ao domínio da história pátria.

"Apelou para os cavalheiros presentes, onde se encontravam pessoas de todos os credos e profissões, e para as exmas. sras. a quem pediu que fossem as mensageiras da liberdade como outrora foram as porta-vozes da fé.

"Passou ao objetivo principal de sua conferência. Fez uma apreciação histórica da escravidão perante o direito romano; mostrou os conflitos do velho e novo direito, entre o direito público e privado dos romanos, as contradições jurídicas das suas disposições, ora considerando o escravo como cousa, ora concedendo-lhe direitos e prerrogativas somente compatíveis com o estado das pessoas. O orador tirou daí argumento para demonstra a inconsistência do edifício da escravidão, e veio apreciar essa instituição no velho direito português.

"Traçou a distinção histórica da lei portuguesa reguladora da escravidão, e disse que ela engendrara ali duas ordens de motivos – políticos e econômicos. Os primeiros fizeram nascer a escravidão dos mouros, e os segundos a dos africanos.

"Fez um paralelo entre as primitivas e modernas ordenações, e acompanhou a ideia da escravidão desde a sua origem quando o

escravo era considerado cousa, até a época em que a condição livre foi legalmente presumida nos casos de dúvida, em que a favor da liberdade se *outorgava muita cousa contra direito*, em que enfim a jurisprudência portuguesa maleou-se em sentido favorável à extinção de tal instituição, que efetivamente sofreu o seu derradeiro golpe no célebre alvará do grande Marquês de Pombal, que se encontra na interessante monografia de Nova Almeida do Comendador Mercier.

"No direito pátrio o orador apreciou a lei que aboliu o tráfico, a que declarou livres os escravos vindos do estrangeiro, e mencionou os nomes dos grandes brasileiros que mais se interessaram pela causa da emancipação desde José Bonifácio até o Visconde de Rio Branco, o imortal autor da lei de 28 de setembro.

"O orador analisou as diversas opiniões dos jurisconsultos pátrios sobre a condição jurídica dos escravos. Uns o consideram cousa – objeto de compra e venda etc.; outros entendem que sua posição é anômala e indefinível, e outros finalmente como o orador consideram-no com a capacidade legal de pessoa jurídica, com o direito de sucessão, de aquisição e muitos outros que só a análise das leis pátrias, mormente a de 28 de setembro, pode fazer claramente perceber.

"Concluindo sua conferência, fez um novo apelo ao público.

"Disse que esperar do estado a solução dessas questões é uma utopia; que o meio mais suave para chegar a solver o problema da emancipação é a indenização do valor do escravo. Mas isso o governo não pode fazer porque as finanças do país não o comportam, e tanto que o estado nunca pôde cumprir a compra por apólices dos serviços dos ingênuos.

"É preciso, pois, que o próprio país vá contribuindo para a resolução legal e pacífica da aspiração nacional. É esse o fim da Libertadora Domingos Martins, que espera ver abraçada por todas as classes sociais que mostravam a sua simpática adesão à causa da liberdade com o seu comparecimento àquela festa".

Em prol da humanitária ideia não se fez esperar a ação da Assembleia Provincial e foi assim que a lei de 16 de março de 1884,

concedeu 10% do subsídio de seu membros em benefício do fundo social da Libertadora Domingos Martins, obrigando-se esta a tomar a seu encargo a colocação na agricultura dos escravos que libertasse e não exercessem ofício mecânico. Apresentada e votada nominalmente esta lei na Assembleia responderam sim – srs. dr. Muniz Freire, Silva Borges, Miranda, comendador Mercier, Guaraná, Alexandrino Pires, Domingos Vicente, Graciano Neves, Ferreira de Paiva, Emídio Siqueira, Miguel Neves, Joaquim Marcelino e Antero de Faria; e não – os srs. Henrique Laranja, Santana Lopes, Pimentel dos Reis, Gil Goulart, Salvador Maciel, Castanheira, José Manuel e Misael Paiva.

A sociedade Abolicionista Literária Pessanha Póvoa foi fundada em 29 de março de 1884 por Pedro Lírio, Tibúrcio de Oliveira e diversos estudantes do Ateneu Provincial e tomou, algum tempo depois, o nome de Clube Abolicionista João Clímaco. Esta associação não teve grande duração e a sua influência no movimento libertador foi restrita.

Na Corte havia a Abolicionista Espírito-Santense destinada a libertar os escravos filhos desta província e ali residentes.

A campanha abolicionista na imprensa foi feita por Cleto Nunes Pereira, dr. Muniz Freire, Francisco de Lima Escobar Araújo, dr. Afonso Cláudio, Cândido Vieira da Costa, Ovídio dos Santos, Aristides Freire e outros.

De todas as sociedades mencionadas, a Libertadora Domingos Martins foi a que mais trabalhou pela grande causa, sendo ela a que, por intermédio do dr. Afonso Cláudio e Ovídio dos Santos, agitou a questão da liberdade dos africanos importados depois da lei de 1831 e a dos escravos não matriculados e conservados em cativeiro.

Em 10 de maio de 1888, Ovídio dos Santos que, aos 8 do mesmo mês, partira para o Rio comissionado por esta sociedade telegrafou noticiando a apresentação do projeto que suprimia a escravidão; e o primeiro telegrama dando notícia da promulgação da lei redentora,

foi recebido pela mesma sociedade que, do Convento de São Francisco, anunciou a boa nova à população vitoriense, com girândolas, salvas e música, e telegrafou para todas as localidades da província.

A capital encheu-se de escravos que abandonavam as fazendas; houve préstito cívico à noite, falando Francisco Escobar Araújo que, de uma das janelas do prédio da Loja Maçônica União e Progresso, comunicou ao povo a vitória da grande causa.

As festas duraram quinze dias, havendo Te Deum em o convento de São Francisco e na igreja do Rosário. Nessa ocasião os peroás e caramurus reconciliaram-se, discursando Francisco Escobar que foi carregado em triunfo pelo povo.

Citando os nomes dos cidadãos que concorreram no Espírito Santo para a liberdade dos cativos, devemos lembrar os drs. Tito Machado e Pessanha Póvoa, e Manuel Pinto Aleixo Neto.

Não tivemos, ao traçar as linhas acima, a pretensão de ter escrito a história da campanha abolicionista nas terras capixabas. São simples notas para quem conseguir algum dia escrevê-la.

Não mencionamos muitos nomes desses heróis que permanecem na obscuridade quando deviam estar inscritos no livro áureo da História, porque não nos recordamos deles ou porque não nos foi possível obter informações a eles referentes.

V

O cidadão Cleto Nunes Pereira nasceu na capital do estado, em 3 de maio de 1855.

Fez o curso primário e o de humanidades nesta capital e no Rio de Janeiro.

Em duas legislaturas, a contar de 1878, fez parte da Assembleia Provincial, deixando de ser reeleito em vista da incompatibilidade estabelecida pela lei de 1881, entre os cargos remunerados e os eletivos, pois, havia sido nomeado para exercer as funções de tesoureiro da Alfândega no estado.

Ocupou o cargo de Secretário do Governo na presidência do dr. Rodrigues Horta, tendo sido nomeado em 1889.

Proclamada a República exerceu o mandato de deputado à Constituinte do estado, em 1892, sendo eleito seu presidente.

Foi, nesse mesmo ano, eleito governador municipal da Vitória, em cuja corporação ocupou o lugar de presidente, sendo sempre reeleito durante o quatriênio.

Além de ter sido deputado ao Congresso Federal, em 1894, foi eleito em 1.º de março de 1898 para ocupar uma cadeira no Senado Federal, pelo falecimento do senador Eugênio Amorim.

Desempenhou esse mandato até 1903, e de março de 1904, de sua reeleição até 11 de abril de 1908, data em que faleceu, em Nova Friburgo, estado do Rio.

Colaborou nos periódicos literários *Aurora e Liberdade*, nos jornais *Espírito Santense* e *Gazeta do Commercio*; redigiu com o dr. Pessanha Póvoa *A Gazeta da Victoria* e com o dr. Muniz Freire a *Província do Espírito Santo*.

O tenente Francisco Urbano de Vasconcelos era natural da cidade da Serra, deste estado.

Ocupou diversos cargos, dentre eles o de promotor público, Procurador dos Feitos da Fazenda Provincial e Inspetor do Tesouro.

Exerceu a profissão de advogado, e, além de ter colaborado em diversos jornais políticos, foi proprietário e redator do *O Conservador* e da *Opinião Liberal*, ambos publicados nesta capital.

Em 5 de outubro de 1860, mereceu ser distinguido com o hábito de cavalheiro da Ordem da Rosa.

Faleceu em 1885, sendo inumado no cemitério da Irmandade da Santa Casa.

Manuel Pinto Aleixo Neto nasceu na capital desta então província, em 1848.

Frequentou o Liceu da Vitória e exerceu o cargo de amanuense da Secretaria de Polícia.

Dedicado à instrução popular, foi professor, gratuitamente, durante muitos anos, não só da aula noturna da Loja União e Progresso, como também da que manteve a Sociedade Beneficente Franciscana, da qual era sócio benemérito.

Faleceu vitimado pelo beribéri, aos 24 de fevereiro de 1894, em a então vila do Espírito Santo (Vila Velha), sendo inumado na capital, no cemitério da Ordem Terceira do Carmo à qual pertencia.

O dr. José Correia de Jesus era natural da cidade de São Salvador, Bahia.

Depois de bacharelado em ciências jurídicas e sociais, veio para a capital deste estado onde ocupou não só os cargos de procurador fiscal da Fazenda Provincial, de Secretário da Repartição da Polícia, como também o de lente de história do antigo Colégio Espírito Santo, depois Ateneu Provincial, além de ter exercido o mandato de deputado à Assembleia Legislativa da Província.

Colaborou em diversos jornais e foi redator do *O Cidadão* e da *Actualidade*, órgãos do partido liberal.

Faleceu em 30 de outubro de 1879, sendo inumado no cemitério da Irmandade de São Benedito de São Francisco, à qual pertencia e era dedicado.

Francisco de Lima Escobar Araújo nasceu na capital da então província do Espírito Santo, aos 2 de abril de 1853.

Fez o curso primário nas aulas regidas pelo dr. José Ortiz e frei João Nepomuceno Valadares e estudou humanidades no Colégio Espírito Santo, Ateneu Provincial, no curso noturno da Loja Maçonaria União e Progresso e com o professor Inácio dos Santos Pinto.

Foi nomeado, aos 29 de setembro de 1873, praticante da Tesouraria de Fazenda de Vitória, onde também exerceu os cargos de 2.º

e 1.º escriturário. Deste último cargo teve remoção para o de 1.º da Alfândega desta capital, na qual exerceu interinamente o de inspetor.

Na reforma do Tesouro Federal, em 10 de março de 1890, passou a exercer as funções de 1º escriturário da Alfândega de Santos, estado de São Paulo. Naquela repartição aduaneira desempenhou depois os cargos de conferente, chefe da 2ª seção e inspetor interino.

Voltando a esta capital ocupou os lugares de 1.º escriturário e chefe de seção do Tesouro Estadual, tendo se aposentado no exercício do último.

Quando esteve em Santos, prestou serviços à República, por ocasião da revolta da Armada, sendo galardoado com as honras de capitão honorário do Exército Nacional, por decreto de 6 de novembro de 1894. Colaborou nos jornais *Commercio*, do dr. Póvoa, *Província do Espírito Santo*, além de outros e redigiu *O Porvir*.

Cândido Costa nasceu nesta capital, em 20 de setembro de 1855.

Foi preparatoriano do Colégio Espírito Santo e do Ateneu Provincial e iniciou a vida pública como funcionário da Secretaria do Governo. Mais tarde, passou a ocupar os cargos de 2.º e 1.º escriturário da Alfândega desta capital, na qual exerceu o de inspetor.

Além desses, exerceu também o de conferente das alfândegas do Pará e Maranhão.

Atualmente é chefe de seção da de Manaus.

Na imprensa tem colaborado em diversos jornais de outros estados, e neste, não só no *Espírito Santense*, como também na *Folha da Victoria*, da qual, depois, foi redator e no *Commercio do Espírito Santo*, além de ter, em antes, com o dr. Muniz Freire, publicado *A Liberdade*, hebdomadário de literatura e ciências.

Tem dado à publicidade diversos trabalhos, dentre eles – *Mila*, romance; *Política na Roça*, comédia; os dramas *Rosa Branca*, *Pedro Álvares Cabral*; cenas dramáticas e folhetins.

Com o professor Aristides Freire escreveu *A Caridade*, drama em 4 atos, que foi com aplausos levado à cena no antigo Teatro da Sociedade Melpômene.

Além destes, há publicado, em livros – *Quem descobriu o Brasil*, conferência; *As duas Américas*, e outros trabalhos referentes à repartição aduaneira.

É autor de diversas invenções de reconhecida utilidade.

Ovídio dos Santos nasceu aos 20 de novembro de 1854, na cidade da Vitória.

Estudou humanidades no Colégio Espírito Santo.

Exerceu o cargo de solicitador da Tesouraria Provincial, passando depois a desempenhar as funções de solicitador do foro, tendo, em antes, sido funcionário da extinta Tesouraria de Fazenda.

Foi advogado e colaborou em diversos jornais, como no *Espírito Santense*, *Folha da Victoria*, *Commercio do Espírito Santo* e outros.

Faleceu aos 31 de outubro de 1900.

O dr. Tito da Silva Machado era natural da província da Bahia.

Recebeu o grau de bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda, e, após sua formatura, exerceu o cargo de promotor público na capital de sua província natal. Veio para este estado antes de 1860 e ocupou os cargos de juiz municipal no termo de Santa Cruz, de Inspetor do Tesouro Provincial, procurador fiscal da mesma repartição, diretor da Instrução Pública, Secretário do Governo, lente de francês no Colégio Espírito Santo e ainda, em diversas legislaturas, exerceu o mandato de deputado provincial.

Era cavalheiro da Ordem da Rosa.

Colaborou em diversos jornais e redigiu os periódicos *Correio* da Victoria e União.

Faleceu aos 2 de março de 1886, sendo inumado no cemitério da Irmandade de São Benedito de São Francisco, a cuja corporação pertencia e prestara relevantes serviços.

Propaganda Republicana

I – PROPAGANDA REPUBLICANA. II – NOTAS BIOGRÁFICAS.

I

Em prol da ideia republicana que fez de Tiradentes um mártir, regando com seu sangue o solo abençoado da pátria, onde mais tarde, aos 15 de novembro de 1889, triunfou o lábaro sacratíssimo que tinha por divisa liberta quae sera tamen, procurando vencer as barreiras que tentavam interceptar os legionários desse ideal; sem diminuir um ceitil de vontade e de perseverança necessárias para o ganho dessa causa em que se empenhavam com verdadeiro denodo e entusiasmo; tivemos no estado como propagandistas os srs. dr. Afonso Cláudio, dr. Antônio Aguirre, dr. Germano Tiradentes, dr. José Horácio Costa, Antero de Almeida, farmacêutico Bernardo Horta, dr. Antônio Rodrigues de Miranda, Joaquim Pinheiro, farmacêutico Wlademiro da Silveira, João José Domingues Ramos, Vitorino José Garcia Santos, Guido Von Doellinger, José Garcia Luís, José Siqueira de Santa Clara, Antônio Pires Martins, José Natividade, Horácio Gomes de Oliveira, dr. Coelho Lisboa, Sizenando de Matos Bourguignon, dr. João Chaves Ribeiro, dr. Cândido Borges da Fonseca, Alexandrino Setúbal, Eugênio Aurélio, Augusto Souza, Henrique Deslandes e outros.

Forçoso é confessar que nesse combate franco de ideias, nem um só desses paladinos do sistema republicano jamais diminuiu de esforço, de abnegação, de entusiasmo e assim iam fazendo prosélitos que não trepidavam tomar parte no núcleo republicano que se formava.

As ideias republicanas no território espírito-santense datam, talvez, de 1822-1823, como se infere das devassas realizadas em 30 de janeiro desse último ano, nas vilas do Espírito Santo e Benevente, e que nada apuraram.

Foram diversos preparatorianos do Ateneu Provincial, dentre eles os srs. Antônio Rodrigues de Miranda, Urbano de Vasconcelos, Eduardo Chapot, Luís Chapot, Antônio Ataíde, José Gameiro, Pinto Elói, Edgardo Daemon, Cândido de Santana, Virgílio Morais, Lídio Mululo, Pedro Lírio, Virgílio Barbosa, Tito Costa, o cidadão Joaquim Aires, o autor deste livrinho e outros que não nos ocorrem à memória, que fundaram o Clube Saldanha Marinho, a primeira sociedade de ideias republicanas que houve na então província, inaugurada em 23 de maio de 1879, nesta capital. Por essa ocasião foi distribuída a poesia seguinte, da lavra do dr. José Joaquim Pessanha Póvoa:

A NOSSA LEGENDA

Eleva-te, Brasil, os ferros quebra Dos vis que pretendem escravizar-te Encara o teu passado glorioso Repele quem pensou avassalar-te.

A Hungria, a Polônia foram vítimas Do tredo despotismo e tirania! Tu, Briaréu do Novo Mundo Os teus pulsos não dês à monarquia.

> Fulgure, por toda parte, Como brilha o diamante, A *estrela* que vai surgir No portentoso horizonte.

Salve! República – esperada! Tu és o horror do verdugo. Vem vingar o Tiradentes Ouvindo os hinos de Hugo.

Esta sociedade entregou-se exclusivamente à literatura nada fazendo pela propaganda em prol da República, que só teve incremento de 1887 em diante.

Nessa fase foram fundadas as seguintes sociedades: - Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim, por iniciativa do farmacêutico Bernardo Horta de Araújo, drs. Antônio Aguirre e Joaquim Pires de Amorim, e instalado em 23 de maio de 1887, sendo eleito presidente o dr. Joaquim Pires de Amorim; - Clube Republicano do Alegre, instalado em 13 de junho de 1888, sendo eleito presidente Manuel Joaquim Fernandes de Azevedo; - Clube Republicano São João da Escócia, inaugurado em 24 de junho de 1888 no Rio Pardo; – Clube Republicano Saldanha Marinho, fundado em 15 de agosto de 1888 em Conceição do Muqui sob a presidência de Domingos José de Almeida e cuja primeira sessão realizou-se em 9 de setembro do mesmo ano; - Clube Republicano Anchietense, fundado em 15 de agosto de 1888, em Anchieta, sob a presidência do dr. Antônio Rodrigues de Miranda; - Clube Republicano de Alfredo Chaves, fundado por Antero de Almeida e dr. Chaves Ribeiro; – Clube Republicano São Pedro de Alcântara, fundado em 19 de agosto de 1888, em São Pedro de Itabapoana; - Núcleo Republicano do Castelo, fundado em 11 de setembro de 1888; - Clube Republicano de Santa Isabel; - Clube Republicano de São Mateus, sob a presidência do dr. Constante Sodré; - Clube Republicano do Espírito Santo do Norte, instalado por - Marcilio Martins da Silva Viana, Francisco Alves Rebelo Junior, Honório Vieira Machado da Cunha, Hipólito Cassiano Pereira, Francisco Alves Rebelo, Joaquim José de Oliveira, João Batista Alves de Araújo, Narciso Xavier Braga, Manuel Machado Vieira, Francisco A. C. Maia, Diniz Gonçalves Bastos, Cândido Alves de Araújo, José Ribeiro Soares, Félix Carneiro de Melo, Pedro Paulo de Freitas, Duarte Francisco da Conceição, Antônio Pedro de Albuquerque e Justiniano José da Silva.

Aos 16 de setembro de 1888 reuniu-se no Cachoeiro de Itapemirim o 1.º Congresso Republicano Provincial do Espírito Santo, a fim de escolher o candidato do partido republicano para o pleito de 31 de agosto do mesmo ano, sendo proclamado o sr. Bernardo Horta candidato oficial do partido, o qual foi efetivamente eleito pelo 2.º distrito da província.

A diretoria desse Congresso era composta do dr. Afonso Cláudio, presidente; farmacêutico Bernardo Horta de Araújo, primeiro secretário; Pedro Antônio Charpnell, segundo secretário. Foram, por essa ocasião, eleitos membros da comissão permanente do partido os srs. dr. Afonso Cláudio, dr. Antônio Gomes Aguirre, Pedro Vieira da Cunha, Diogo Pires do Amorim e Bernardo Horta de Araújo. Aos 25 de novembro do mesmo ano convocou o dr. Afonso Cláudio, em Vitória, uma grande reunião republicana.

Triunfante essas ideias em 15 de novembro de 1889, foi, por decreto de 16 de novembro, nomeado governador do estado, o dr. Afonso Cláudio que tomou posse em 20 do mesmo mês e ano; e nessa data a Câmara Municipal de Vitória declarou que reconhecia o Governo Provisório e lhe prestaria obediência.

Os outros municípios do estado aderiram à República nas seguintes datas: – aos 18 o de Benevente; – aos 21 os de Guarapari e Cachoeiro de Itapemirim e aos 22 de São Mateus; – aos 23 o da Serra; – aos 25 os de Santa Cruz e Itapemirim e aos 26 o de Nova Almeida, tudo em novembro de 1889.

A propaganda republicana se fez por meio da imprensa (*O Cachoeirano*, de Cachoeiro de Itapemirim e *A Tribuna*, de Anchieta) e conferências públicas, sendo a primeira realizada na cidade de Anchieta por Antero de Almeida.

II

O sr. Antero de Almeida nasceu no Cachoeiro de Itapemirim, em 11 de outubro de 1869.

Depois de ter feito os estudos primários, matriculou-se no Seminário Menor de São José, do Rio Comprido, onde permaneceu até 1885. Foi escriturário e desenhista da Comissão de Terras e Colonização da ex-colônia Alfredo Chaves, sob a direção do engenheiro civil José M. de Aguiar Leitão. Nesta comissão, além de outros trabalhos, organizou o Quadro Geral de Representação Gráfica das observações meteorológicas, feitas mensalmente em um posto criado por aquele engenheiro, quadro esse que foi enviado para a exposição da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro em 1888.

Recusando-se a acompanhar o dr. José M. de Aguiar Leitão que fora dirigir outras colônias no Rio Grande do Sul, abraçou a carreira do comércio, entrando como guarda-livros para o escritório comercial dos srs. Delfinio, Cosa & Comp.

Iniciou a propaganda republicana em 1887 e foi um dos fundadores não só do Clube Republicano de Anchieta e orador oficial na sua inauguração, como também um dos instaladores do órgão republicano *A Tribuna*, que se publicou nessa cidade sob a direção do dr. Horácio Costa.

Representou os clubes republicanos de Anchieta, Alfredo Chaves e Santa Isabel, no 1.º Congresso Republicano Provincial do Espírito Santo, sendo o orador oficial do Clube de Anchieta, na comemoração cívica de 21 de abril de 1889.

Por ocasião de sua primeira conferência foi fortemente ameaçado para que não a realizasse, porém, vencendo todos os obstáculos antepostos, resolutamente, a realizou, sem medir sacrifícios, sem recuar um só passo, sem abatimento de espírito e de fervor pelo ideal republicano.

Assumindo o governo do estado, o dr. Afonso Cláudio, nomeou--o em 25 de novembro de 1889, Secretário da Instrução Pública, cargo que exerceu por poucos meses. Criando o mesmo governador o *Diário Official*, foi o sr. Antero de Almeida nomeado redator chefe em 17 de abril de 1890, desempenhando essas funções até a data em que o dr. Afonso deixou o governo.

Além de ter sido, pela Junta Governativa, proclamada em 19 de dezembro de 1891, nomeado intendente da capital, e de ter feito parte da Constituinte do Estado, sendo eleito 2.º e depois 1.º secretário, foi membro do primeiro Governo Municipal da capital, eleito na República depois da definitiva organização constitucional do estado.

Em 1894 abriu no Congresso a dissidência quando se aventou a ideia de reeleição presidencial. Ele, dr. Chaves Tiradentes, farmacêutico Wlademiro da Silveira e José Gonçalves foram os únicos deputados que se opuseram a essa ideia, triunfando afinal, depois de luta tenaz pela imprensa e tribuna do Congresso, sendo o projeto retirado da terceira discussão.

Foi reeleito deputado estadual na legislatura seguinte. Durante o período de 1894 a 1896 colaborou no *Commercio do Espírito Santo*, então órgão do Partido Republicano Federal e de cuja redação fez parte, tendo antes, em 1891, redigido o *Estado do Espírito Santo*.

Além de ter sido, em 1894, eleito presidente do Clube Comercial da capital, desempenhou as funções de presidente do Conselho Fiscal da Caixa Econômica.

Atualmente reside na Capital Federal, onde exerce a profissão de guarda-livros e é um dos diretores da Companhia Comércio e Navegação.

O farmacêutico Bernardo Horta de Araújo nasceu na vila de Itapemirim, deste estado, em 20 de fevereiro de 1861.

Fez o curso de humanidades no Ateneu Provincial de Vitória e aos 17 anos matriculou-se na Escola de Farmácia de Ouro Preto, onde se formou aos 21.

Ocupou o cargo de presidente do Governo Municipal da cidade do Cachoeiro de Itapemirim, na qual se estabeleceu com farmácia em 1881. Ali residiu até 1909, quando se transferiu para a cidade de Guarapari.

Durante sua administração municipal, realizou-se o calçamento das ruas da cidade de Cachoeiro e foi ela dotada de iluminação elétrica, além da construção da ponte sobre o córrego do Amarelo, à rua 25 de Março.

Desempenhou o mandato de deputado estadual e o de deputado ao Congresso Federal, eleito em 1903 e cuja legislatura terminou em 1905, assim como em mais duas legislaturas que terminaram em 1911.

Representou o estado na questão de limites com o de Minas, publicando documentos em livro subordinado ao título: *Limites dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo*.

Colaborou em diversos órgãos de imprensa e redigiu por muitos anos o *Cachoeirano* órgão do Partido Republicano, de 1888 em diante e que anteriormente a esse ano era órgão do Partido Liberal.

Desde os tempos acadêmicos foi abolicionista e republicano. Ao lado do dr. Afonso Cláudio, dr. Antônio Aguirre e outros, muito trabalhou para a vitória da causa que viu triunfante em 15 de novembro de 1889.

Em 22 de fevereiro de 1890, nos salões do Clube Comercial, que existia na capital do estado, o Clube Republicano, da mesma capital, ofereceu-lhe um jantar de 60 talheres.

Suicidou-se no Rio de Janeiro, aos 20 de fevereiro de 1913, à rua Conde de Bonfim n.º 22, na casa de residência de seu irmão Delfino Horta de Araújo. Além da declaração que deixou pedindo sepultura rasa, enterro de última classe, sem acompanhamento e luto de uma fita preta para os seus 5 filhos, escreveu diversas cartas, sendo uma delas dirigida a seu sogro coronel Joaquim Aires, na qual revelava os motivos de sua resolução, os seus desgostos políticos, a sua situação precária e os graves incômodos de saúde que o assoberbavam.

Sepultou-se no cemitério do Caju, quadra n.º 17, carneiro n.º 1349. Por motivo de sua morte o comércio do Cachoeiro de Itapemirim cerrou as portas, e não só o Governo Municipal, como também a Cadeia Pública e o Centro Operário hastearam bandeira em funeral.

O dr. Antônio Rodrigues de Miranda nasceu na cidade de Anchieta, antiga vila de Benevente, aos 13 de junho de 1861.

Frequentou o Ateneu Provincial, onde concluiu o curso de preparatórios em 1879, matriculando-se no ano seguinte na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Defendeu, a 22 de dezembro de 1885, tese que versou sobre a "Gota, seu diagnóstico e tratamento", sendo aprovado com distinção e recebeu o grau de formatura aos 30 do mesmo mês.

Foi sempre entusiasta pela causa republicana.

Depois de formado tomou para centro de sua atividade a cidade de Anchieta, onde residiu por alguns anos, exercendo a sua profissão, passando depois a assistir em Laranjal, município de Cataguazes, estado de Minas Gerais.

Colaborou na Tribuna de Anchieta.

O sr. João José Domingues Ramos nasceu aos 25 de abril de 1860.

É natural deste estado onde fez seus estudos primários.

Desde muito moço o seu ideal político foi sempre republicano, tendo sido um leal companheiro de propaganda ao lado dos drs. Afonso Cláudio, Antônio Aguirre e outros que se batiam nessa cruzada.

Aos 23 de abril de 1877 começou a exercer a profissão de comerciante e desempenhou as funções de vereador municipal desta capital.

Atualmente é industrial.

Partidos Políticos

I – PARTIDOS POLÍTICOS. II – NOTAS BIOGRÁFICAS.

I

Quando proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, existiam no estado os dois partidos políticos – Liberal, do qual era chefe o Barão de Monjardim, e o Conservador, que tinha como chefe o coronel Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas.

Dissolvidos estes partidos por efeito da nova forma de governo, foram organizados os partidos – União Republicana Espírito Santense, tendo como diretores, o Barão de Monjardim, dr. Antônio Gomes Aguirre, major Aristides Brasiliano de Barcelos Freire e o Construtor, do qual fizeram parte do primeiro diretório os srs. coronel Gomes Pinheiro, dr. Constante Gomes Sodré, dr. Torquato Moreira, coronel Henrique Coutinho e coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama, que declinou da honra por uma declaração atenciosa incerta no *Estado*, preenchendo então a vaga o dr. Muniz Freire.

Do segundo diretório Construtor fizeram parte os srs. dr. Muniz Freire, chefe; coronel Henrique Coutinho, dr. Cerqueira Lima e coronel Augusto Calmon, secretário.

Depois foi organizado o Partido Autonomista, tendo como chefe o Barão de Monjardim.

Este partido, mais tarde, fez fusão com o Construtor, sob um diretório do qual foi presidente o coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama com os srs. dr. José Monjardim e coronel Antônio Borges.

Os do partido União que não acompanharam o partido Autonomista, filiaram-se ao partido Federal do qual foram chefes o major Domingos Vicente Gonçalves de Souza e dr. Torquato Rosa Moreira, ficando assim dissolvida a União Republicana Espírito Santense.

Organizado o Partido Republicano Espírito Santense teve como chefe o coronel Henrique Coutinho que passou a direção ao dr. Jerônimo Monteiro, quando este assumiu o governo do estado.

A esse sucedeu o Partido Republicano Conservador Espírito Santense, filiado ao Partido Republicano Conservador Federal e sob a direção do dr. Júlio Leite, dr. Thiers Veloso, coronel Marcondes Alves de Souza, major Domingos Vicente e dr. Manuel Monjardim.

Por ocasião da eleição de fevereiro de 1912, surgiram as oposições coligadas, antes não existentes, para pleitearem a curul presidencial.

Da direção do Partido Republicano Conservador Espírito Santense, deixaram depois de fazer parte os srs. drs. Thiers Veloso e Manuel Monjardim, sendo estas vagas preenchidas pelos srs. Etienne Dessaune e coronel Nestor Gomes.

Em reunião havida aos 31 de março de 1914, foram reformadas as bases deste partido, sendo as novas organizadas pelo dr. Carlos Xavier Paes Barreto, por delegação dos presidentes dos governos municipais.

O dr. Torquato Moreira chefiou a oposição a partir do terceiro ano, aproximadamente, do primeiro governo do dr. Muniz Freire até o começo do do dr. Jerônimo Monteiro, em que se deu a fusão geral, sendo, entretanto, um dos chefes da recente dissidência.

Em reunião havida aos 16 de abril de 1913, foram eleitos: membros efetivos do diretório do Partido Republicano Conservador – senador Bernardino de Souza Monteiro, coronel Francisco Carlos Schwab Filho, dr. Ubaldo Ramalhete Maia, coronel José Vivacqua Junior e Francisco Etienne Dessaune.

Formando-se no país o Partido Republicano Liberal, foram comissionados para sua organização na capital do estado, em outubro de 1913, os cidadãos: dr. José Horácio Costa, farmacêutico João Aprígio, coronel Antônio Pinto Aleixo e major Eugênio Pinto Neto.

A convite do dr. José Francisco Monjardim, que até então se achava afastado das lutas partidárias, reuniram-se diversos cidadãos e amigos seus, no dia 21 de fevereiro de 1914, a fim de ser fundado o Centro Republicano, associação política filiada ao Partido Republicano Conservador, sob a chefia do general Pinheiro Machado, o que se realizou, tendo o Centro como um de seus objetivos prestar apoio a todos os atos do governo do estado que tiverem por fim a reorganização financeira e econômica do Espírito Santo e pronto a contribuir com ele para o bem da comunhão geral.

Aprovadas as bases do programa, apresentou o dr. José Monjardim moção de solidariedade com as candidaturas dos drs. Wenceslau Brás e Urbano dos Santos para presidente e vice-presidente da República, sendo aprovada unanimemente.

Em seguida, o dr. José Monjardim, presidente daquela assembleia, propôs e foi também aceito com aplausos que uma comissão nomeada fosse ao palácio do governo testemunhar ao sr. presidente do estado, coronel Marcondes Alves de Souza, as suas congratulações.

De reunião foi lavrada a competente ata pelo coronel Benigno Soares Vidigal, servindo de secretário.

П

O coronel Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas nasceu nessa então província do Espírito Santo, em 21 de julho de 1831.

Foi condecorado com o oficialato da Ordem da Rosa em 1873 pelos serviços prestados por ocasião da guerra do Brasil com o Paraguai e à instrução pública da província.

Em diversos quatriênios foi eleito deputado à Assembleia Provincial, sendo sempre escolhido para presidir os trabalhos desta corporação legislativa, além de outros cargos de eleição popular que desempenhou.

Nomeado 1.º vice-presidente da província em 17 de outubro de 1872, assumiu o exercício em 16 de novembro do mesmo ano e ainda em 8 de outubro de 1873, aos 29 de abril de 1874 e aos 24 de novembro do ano seguinte.

De novo assumiu a presidência em 9 de setembro de 1885, por nomeação de 30 de agosto do mesmo ano e pela quinta e última vez aos 9 de maio de 1887.

Tem o seu nome ligado não só a uma das ruas da cidade de Anchieta, como também a uma das desta capital.

Quando na presidência, em 1875, redobrou-se de esforços a fim de extinguir a epidemia da varíola que então grassava na capital.

Faleceu em 12 de julho de 1889.

O major Aristides Freire nasceu na capital deste estado, em 18 de dezembro de 1850.

Foi preparatoriano do antigo Liceu Provincial e exerceu o cargo de professor público da 2.ª cadeira, da qual passou a ocupar as funções de lente de português do Colégio Normal Nossa Senhora da Penha e Ateneu Provincial.

Removido para a cadeira primária da cidade de São Mateus, preferiu ficar avulso e dedicou-se ao ensino particular.

Mais tarde foi reintegrado naquela cadeira a qual deixou depois de proclamada a República, – quando começou a dirigir os destinos do estado o Partido Construtor.

Nos tempos monárquicos, exerceu o mandato de deputado à Assembleia Provincial, em duas legislaturas, sendo eleito 1.º secretário da mesa, e depois da República, fez parte do Congresso Estadual.

Ocupou os cargos não remunerados de membro do conselho da Caixa Econômica deste estado e o de delegado literário.

Foi redator proprietário da *Folha da Victoria*, e, em antes, colaborou no *Espírito Santense* e redigiu depois o diário *Commercio do Espírito Santo*, até o dia em que passou a ser órgão do Partido Republicano Federal.

A convite do presidente do júri, tem por mais de uma vez ocupado a cadeira de defesa.

Foi, com o autor deste livrinho e outros colegas, fundador da Associação Econômica e Auxiliadora do Professorado Primário Espírito Santense e possui inéditos diversos trabalhos literários em sua maioria dramas, como sejam A Ferida Invisível; Dominó Cor de Rosa; A Condessa de Randal; Amor de Perdição; O Egoísmo Social, A Caridade, de colaboração com o historiador contemporâneo Cândido Costa; A Penitente, A Rosa da Montanha, O Réprobo, dramas fantásticos; além de ser autor de diversos monólogos e poesias patrióticas.

Exerceu o cargo de presidente do Banco Espírito Santense e aposentando-se como lente de português das Escolas Normais, renunciou à aposentadoria para ocupar o cargo de auxiliar da Inspetoria do Ensino, nomeado por decreto n.º 1.558 de 15 de junho de 1912, entrando em exercício no dia 18 do mesmo mês e ano, e no qual se acha aposentado.

De seu estro poético transcrevemos a seguinte poesia:

SE EU PUDESSE...

Se eu pudesse, meu Deus, em curto instante, Vê-la ainda uma vez! Oh! Se eu pudesse!... Murcha flor, que ao tufão caiu por terra, Nunca, nunca jamais se reverdece!

Amar-se neste mundo, imprimir n'alma, Na mente, coração, ou não sei onde, Um perfil de mulher, que dentro em pouco, O sudário da morte nos esconde! Estreitas dimensões de um tosco leito, Fria campa adornando um cemitério; Um cipreste, um chorão por testemunha... O silêncio da morte é um mistério!

E sumiu-me nas sombras, densas, negras, Onde nunca penetra a claridade; E em paga de amor, na desventura, Fica n'alma a reinar agra saudade!

Se eu pudesse, meu Deus em curto instante, Vê-la ainda uma vez! Oh! Se eu pudesse!... Murcha flor, que ao tufão caiu por terra, Nunca, nunca jamais se reverdece!

O coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama nasceu aos 6 de outubro de 1857, neste estado.

Fez seus estudos no Ateneu Espírito Santense, em Vitória, no Colégio Paixão, em Petrópolis e Tautepheus, no Rio de Janeiro.

Entrou em concurso para a cadeira de francês do Colégio Normal Nossa Senhora da Penha, assim como para o cargo de escriturário do Tesouro da então província do Espírito Santo.

Nesse departamento ocupou o cargo de diretor nos períodos de 1890 a 1891; – em fins de 1892 a 1896 e em 1905 a 1906; e além de ter exercido as funções de Secretário Geral do Estado em 1897 e de 1907 a janeiro de 1908, ocupou também o cargo de diretor do *Jornal Official*, em 1898 e 1905.

Desempenhou diversas comissões, como a que lhe fora cometida para estudar praticamente a fiscalização e sistema tributário em várias províncias do Norte, em 1888, tendo essa comissão como chefe o ex-senador major Domingos Vicente Gonçalves de Souza, e a da liquidação das nossas contas, na Capital Federal, em 1893, em que conseguiu um saldo de cerca de 500 contos a favor do estado.

Em 1895, desempenhou no Rio de Janeiro a do convênio sobre tributação e cobrança do café entre os estados cafeeiros e ainda a comissão para que foi nomeado, sobre limites com o estado de Minas, em 1907.

Em 1890, também em comissão, teve que proceder exame na escrituração do Tesouro e seus regulamentos, além das que versaram sobre organização técnica do mesmo departamento, da Secretaria Geral, Recebedoria e Monte Pio.

Colaborou em diversos jornais sobre assuntos literários e foi um dos mais assíduos colaboradores políticos do diário *Província do Espírito Santo*, de propriedade e redação do dr. Muniz Freire e Cleto Nunes, assim como do Estado do Espírito Santo, o qual esteve sob sua direção política, como também a *Gazeta da Tarde* que veio à luz da publicidade em 1907, sob a redação do dr. Olímpio Correia Lírio.

Tem o seu retrato colocado na sala de honra da redação do *Diário da Manhã*.

É de sua lavra a poesia que reproduzimos.

A MINAS GERAIS

Por ocasião da visita do seu Presidente Dr. Afonso Pena ao Estado do Espírito Santo, em agosto de 1893.

Enfim chegastes! Enfim estreito-te em meus braços, Nesta doce emoção pelo doce laço Que nos prende oh, irmão! Enfim posso hoje unir bem ao meu Esse heroico, generoso pleito teu

Glória da nação!

Há séculos essa ventura eu sonho Do grande memorável dia, que risonho Nos abre novo sol! Há séculos que est'alma toda anseia, Ardente palpita pela sã cadeia Sob tão grato arrebol!

Sim! Folgo ver-te com as mesmas nobres feições... Porte – o mesmo; sempre altas distinções D'ilustre potestade. Bravo, sempre viril; oh! Teus montes numerosos

São todos colossais ninhos luminosos D'"ave Liberdade"!

Como é belo vê-lo assim!... prenhe de louros A brilhar mais que esses tesouros Qu'a natura lhe doou!... Fecundo tronco de civismo! Sublime atleta

Da nossa constelação - fúlgido planeta Que nunca se obumbrou.

Tu és grande, – eu pequeno; rico, eu pobre!... Apesar de mais velho inda me cobre A faixa da infância!... Depois que a Pátria viu a tua luz, Segue, então, célere ao astro que seduz De bela culminância.

Mas posso, ao fim, olhar-te de front'erguida; Abrir-te sem corar as páginas da minha vida, Onde muitas d'ouro tem. No peito nutro patrióticos ardores No cérebro – há geniais fulgores Oue me ufanam também.

Nestas mãos generosas que me estendes, Leio os altos protestos leais que rendes Pelo enlace feliz!

Eu beijo agradecido a mão fidalga... E sob o mesmo altar da terra de Gonzaga Juro a terra de Ortiz. (1)

Se a voz ora me treme, se lágrimas eu verto São as notas íntimas do concerto Dum intenso prazer: É que me sinto orgulhoso e digno de ti, Neste consórcio auspicioso que sorri Desde meu alvorecer.

Sejas, pois, bem vindo messias da liberdade!
No meu estreito colo podes, Majestade,
Tranquilo repousar.
Sou teu irmão, serei teu melhor amigo;
Tens francos meus domínios, – seguro abrigo...
Podemos caminhar!

(1) – Maria Ortiz – a heroína; a cuja estratégia e denodo se deve a expulsão dos holandeses desta cidade, então vila, em 14 de março de 1624.

O dr. José Monjardim nasceu na capital deste estado, em 2 de dezembro de 1870.

Terminada a instrução primária em 1879, frequentou o Ateneu Provincial, e nele fez o curso de preparatórios.

Em 8 de março de 1888, matriculou-se na Academia de Direito de São Paulo, onde esteve quatro anos, transferindo a sua matrícula para a Faculdade do Recife, na qual recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais no dia 17 de outubro de 1891.

Fez ato vago do 4.º e 5º anos, sendo aprovado com distinção neste último e plenificado em todos os outros.

Além de fazer parte da comissão científica do Grêmio Literário

e Científico da Academia de São Paulo, foi sócio correspondente do Grêmio Literário Vitoriense, associação que existiu na capital deste estado, instalada por diversos cidadãos dentre os quais – José Paulo Duque Estrada Meyer, Augusto Calmon Nogueira da Gama, Francisco de Lima Escobar Araújo, Bráulio Cordeiro Junior, Fedro Daemon, Alfredo Camilo Ferreira Rebelo, Manuel José Dias Junior, o autor deste livrinho e muitos outros.

As suas duas primeiras defesas no júri efetuaram-se na comarca de Santa Leopoldina, deste estado, em 1890, quando ainda era o dr. Monjardim terceiranista de direito.

Colaborou em diversos jornais, quer quando preparatoriano, quer quando acadêmico e ainda no *Correio Oficial* e *Federalista* que se publicavam na capital deste estado.

Foi redator chefe do *Commercio do Espírito Santo*, quando órgão do partido União Republicana Espírito Santense, do *Autonomista* e *Estado do Espírito Santo*.

Por eleição exerceu não só o cargo de membro do Governo Municipal da capital, do qual foi presidente, como também o mandato de deputado estadual e o de deputado federal, durante três legislaturas sucessivas – de 1900 a 1908.

Deste 1898, é o coronel comandante da 18.ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional desta capital.

Ocupou gratuitamente o cargo de presidente do Conselho Fiscal da Caixa Econômica deste estado. Atualmente exerce os cargos de presidente da Junta de Revisão e Sorteio Militar e de diretor da Escola de [Aprendizes] Artífices deste estado, para o qual foi nomeado pelo decreto de 23 de dezembro de 1909.

O coronel Antônio da Silva Borges nasceu na cidade de Serra, deste estado, em 4 de janeiro de 1856.

Foi agricultor no município daquele nome e exerceu, no antigo regime, os cargos de vereador municipal e deputado provincial em mais de uma legislatura, sendo a primeira em 1878.

Em 1885 fixou residência na capital, onde se estabeleceu com grande casa comercial, que manteve até 1899.

Em diversas legislaturas, no atual regime, desempenhou o mandato de deputado ao Congresso Legislativo Estadual, e ocupou os cargos de governador municipal, membro da Caixa Econômica, 1.º suplente do juiz de direito, suplente do juiz federal e também o de fiscal do governo no contrato John Gordon para extração de areias monazíticas.

Atualmente desempenha as funções de fiel da Alfândega do Rio de Janeiro, onde reside desde 1904.

O major Domingos Vicente Gonçalves de Souza nasceu na capital deste estado, em 21 de novembro de 1842.

Tem ocupado diversos cargos de eleição popular, dentre eles o de vereador municipal e juiz de paz do município de Viana, não só no antigo regime, como também no atual.

Exerceu o mandato de deputado à Assembleia da antiga província, durante as legislaturas de 1870 até 1885 – e, durante o período de 1890 a 1899, o de senador da República.

Foi nomeado Inspetor do Tesouro Provincial, cargo que ocupou de 1887 a 1889, e diretor da Repartição de Finanças em 18 de dezembro de 1908.

Aposentou-se neste último em 23 de novembro de 1913.

Desempenhou diversas comissões, como a que lhe foi cometida em 1888, na administração do dr. Henrique Moscoso, em referência ao estudo prático da fiscalização e sistema tributário em diversas províncias do Norte e da qual foi presidente.

Tem o seu nome ligado a uma das ruas da futurosa vila de Cariacica, deste estado, e o seu retrato no salão nobre do palácio presidencial.

Colaborou em diversos jornais políticos, como no *Espírito Santense*, órgão do antigo partido Conservador, redigido pelo capitão Basílio C. Daemon, de saudosa memória, e no *Commercio do Espírito Santo*, diário consagrado ao partido Federal, do qual era um dos chefes.

Nos tempos monárquicos mereceu se condecorado com o hábito de cavalheiro da Ordem da Rosa e comendador da Rosa, e, na Guarda Nacional, tem a patente de major.

Por decreto imperial foi em 1886, nomeado Diretor Geral dos Índios.

Abrimos aqui espaço para o seguinte:

Aproximando-se a eleição para deputados provinciais, em 1873, disse a *Época* que se publicava em São João da Barra, em referência a este cidadão: – "Aproxima-se a eleição para Deputados Provinciais pelo Espírito Santo, e a reeleição do Sr. Major Domingos Vicente, cidadão distinto e influência benéfica no distrito de Viana, será um ato de merecida justiça, que enobrecerá o corpo eleitoral, dando por essa forma solene testemunho dos importantes serviços prestados na tribuna à causa pública por um lidador independente e incansável.

"Sugeriu-nos esta apreciação a leitura no "Espírito Santense", de vários discursos do Sr. Major Domingos Vicente, cujas ideias adiantadas esposamos, embora não tenhamos a honra de conhecê-lo pessoalmente posto que seja sumamente lisonjeiras as informações que temos da nobreza de seus sentimentos e austeridade de seu caráter.

Se a província do Espírito Santo, consultando seus verdadeiros interesses, tiver o bom senso de fazer ainda uma vez tão acertada escolha, nós antecipadamente a felicitamos com a maior cordialidade.

"Cumpre-nos acrescentar que o Sr. Major Domingos Vicente é filho daquela província, onde conta numerosos amigos, que o sustentam com extrema dedicação pelo alto conceito que fazem de suas distintas qualidades e dos serviços por ele prestado ali com um patriotismo em tudo digo do seu desinteresse e não vulgar abnegação.

"Perdoe-nos o Sr. Major Domingos Vicente se com estas linhas ditadas espontaneamente pelos sentimentos de nossa alma ofendemos a sua modéstia".

O que vimos de transcrever prende-se à posição em que, na Assembleia Provincial, se colocou o major Domingos Vicente, na defe-

sa dos interesses do comércio e da lavoura, em vista do projeto da lei do orçamento para 1874, votada pela mesma corporação legislativa e no qual eram aumentados os impostos.

O dr. Luís Adolfo Thiers Veloso nasceu na freguesia de Bom Jardim, município de Santo Amaro, estado da Bahia, em 14 de junho de 1872.

Recebeu a instrução primária de seu progenitor e fez o curso de humanidades no Colégio São José, antigo Colégio Abílio, na capital daquele estado, de 1886 a 1889.

Matriculou-se na Faculdade de São Paulo em 1890 e recebeu o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais em 1894.

Ainda acadêmico tomou parte na resistência à revolta de 6 de setembro de 1893, no Batalhão (Patriótico) Acadêmico de São Paulo, verificando praça como voluntário em 13 do mesmo mês e ano, tendo estado durante a mesma destacado na Praia do Flamengo e depois na Fortaleza de São João da capital da República, saindo como alferes em comissão.

Exerceu o cargo de promotor público da comarca de Cachoeiro de Santa Leopoldina, de 1894 até o fim do ano de 1895, quando foi nomeado juiz de direito da de Santa Teresa, a qual inaugurou em 1896.

Ali permaneceu até 1900, data em que foi suprimida a comarca. Desde essa época, dedicou-se à advocacia, tendo seu escritório na capital do estado.

Desempenhou as funções de lente catedrático da Escola Normal, lecionando o 1.º e 2.º ano de português deste 1900 até 1908, assim como foi professor da mesma disciplina no Ginásio Espírito Santense, no período de 1907 a 1908.

Exerceu o mandato de deputado ao Congresso Legislativo Estadual desde 1907 a 1909 e de 1910 a 1912, representou oficialmente o estado no Congresso Jurídico de 1908, e foi nomeado para o mesmo congresso que devia realizar-se em 1911.

Na imprensa redatoriou o diário *Commercio do Espírito Santo*, de 1900 a 1908, e atualmente colabora no *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, sobre assuntos jurídicos e sociais e ainda na *A Tarde*, desta capital.

O dr. Manuel Monjardim nasceu em 17 de fevereiro de 1876, nesta cidade da Vitória, capital do estado do Espírito Santo.

Começou os estudos primários com o falecido professor Joaquim Barbosa Quitiba e terminou-os com o professor Aristides Freire.

No antigo Ateneu Provincial fez o curso de humanidades, que concluiu na Bahia com os exames de física, química e história natural; – e, na Faculdade de Medicina desse estado matriculou-se em 1894, sendo aprovado com distinção no 1.º e 2.º ano.

O seu tirocínio acadêmico terminou no Rio de Janeiro onde fez os outros quatro anos em três, recebendo o grau de médico em 1898.

Tem ocupado os cargos de Inspetor de Higiene, Médico da Polícia, do Hospital de Misericórdia, da Companhia Leopoldina, da Estrada de Ferro Diamantina, e, em diversas legislaturas, tem exercido o mandato de deputado ao Congresso Legislativo Estadual.

No governo do dr. Muniz Freire foi nomeado para estudar a peste bubônica em Campos; e, além dessa comissão, exerceu a que teve por fim debelar a febre amarela no Cachoeiro de Santa Leopoldina, tendo também estado a serviço profissional em diversas outras localidades do estado.

Exerceu gratuitamente as funções de lente de biologia e história natural da Escola Normal durante um ano e fez parte da redação do diário *Estado do Espírito Santo* em oposição ao governo do coronel Henrique da Silva Coutinho, e, na qualidade de presidente, dirigiu os destinos da Sociedade Beneficente Auxiliadora, sendo que todos os cargos ocupados têm sido neste estado.

O cidadão Francisco Etienne Dessaune nasceu em 13 de dezembro de 1869, no Rio Novo, então município de Itapemirim, deste estado.

Ali frequentou a escola regida pelo professor Custódio Pacheco e depois a do professor Quintiliano Fernandes de Azevedo, na vila de Itapemirim, para onde fora residir.

Na primeira apenas esteve oito meses e na segunda dois anos, deixando de frequentá-la aos 12 anos, a fim de empregar-se no comércio, profissão que exerceu aqui no estado e na Capital Federal, tendo sido depois comerciante até aos 35 anos de idade.

Ocupou o cargo de professor da Escola Municipal da cidade do Cachoeiro de Itapemirim, por espaço de dois anos, exerceu o de tabelião e escrivão do 1.º cartório da mesma cidade, e sendo nomeado delegado de polícia não aceitou.

Por eleição desempenhou as funções de juiz distrital naquela cidade e atualmente desempenha o mandato de deputado ao Congresso Legislativo do Estado, para o qual foi eleito em 1910 e reeleito em 1913.

Nomeado por concurso tabelião e escrivão do 2.º cartório da cidade de Guarapari, solicitou remoção para o 1.º desta capital que se achava vago e do qual se empossou a 6 de dezembro daquele mesmo ano.

O dr. Ubaldo Ramalhete Maia nasceu aos 8 de agosto de 1882, na comarca de Santa Leopoldina, deste estado.

Tendo feito o curso primário na aula regida pelo autor deste livrinho, estudou humanidades no acreditado Externato Santos Pinto, dirigido pelo professor Aristides Freire e dr. Antônio Gomes Aguirre.

Na Academia de Direito do Rio de Janeiro, recebeu em 1906 o grau de formatura em ciências jurídicas e sociais.

Depois de formado exerceu o cargo de promotor público da comarca da vila de Itapemirim, donde foi removido para Santa Leopoldina. Eleito segundo vice-presidente do estado, em fevereiro de 1912, renunciou em dezembro, por ter entrado na chapa de deputados ao Congresso Legislativo Estadual. É advogado do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado.

Tem colaborado em diversos jornais, foi redator do *Diário da Manhã* e redator proprietário da *A Tribuna*.

O farmacêutico João Aprígio Aguirre nasceu neste estado em 1846.

Frequentou a Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1869.

Além de ter ocupado o cargo de lente de geografia do Colégio de Nossa Senhora da Penha, do qual se exonerou na administração Paula Fonseca, exerceu também os de membro do conselho diretor da Instrução Pública e inspetor geral da mesma, em 1878.

De 1880 a 1884, desempenhou as funções de juiz de paz e foi vereador e presidente do Conselho Municipal de 1887.

Eleito deputado provincial pela primeira vez em 1878, foi reeleito em sucessivas legislaturas.

Na imprensa fez parte da direção dos jornais *O Liberal* e *A Actualidade*, órgãos do partido liberal e dos quais também foram redatores os drs. Deolindo Maciel e José Correia de Jesus.

Proclamada a República, aceitou-a, desempenhando várias comissões sanitárias, sendo a última no governo do dr. Muniz Freire, por ocasião da epidemia da cólera-morbo que assolou algumas cidades do Sul do estado.

Na administração do dr. Antônio Gomes Aguirre, exerceu o cargo de delegado de polícia.

Verificado o golpe de Estado e as subsequentes deposições de governadores estaduais, afastou-se das lides políticas.

Presidiu a Sociedade Espírito Santense de Imigração, e, na primeira exposição que se realizou nesta cidade, por iniciativa da referida sociedade, auxiliada pelo governo e presidida pelo dr. Joaquim Pacca, além de serviços que prestou, apresentou produtos farmacêuticos e naturais que posteriormente foram premiados na Exposição de Berlim.

Por ocasião de uma das mais terríveis secas que periodicamente assolavam os estados do Norte, principalmente o Ceará, fez parte da comissão que se organizou para angariar donativos e dar agasalho e colocação aos retirantes que se destinavam a este estado.

Nomeado major secretário geral da Guarda Nacional, na regência da Princesa Imperial, não aceitou por ser incompatível com o cargo de juiz de paz pelo qual optou.

O major Eugênio Pinto Neto nasceu na capital da então província do Espírito Santo em 13 de novembro de 1854.

Fez os estudos primários nesta capital e o secundário nos colégios Paiva e Valente, no Rio de Janeiro, para onde seguira em 1868.

Depois disto iniciou-se na vida comercial, no estabelecimento de seu abastado progenitor Manuel Pinto Neto, e atualmente é industrial.

No tempo monárquico, ocupou o cargo de vereador municipal, em 1887, e em 1888, o mandato de deputado provincial.

Na República, exerceu o de governador municipal, sendo, por algumas vezes, presidente do Conselho, e, em 1890, desempenhou as funções de juiz substituto.

Tem feito parte de diversas associações e prestado serviços a algumas corporações religiosas.

O coronel Antônio Pinto Aleixo nasceu na capital do estado do Espírito Santo.

Exerceu o cargo de administrador da antiga Mesa de Rendas desta capital, no qual foi aposentado, tendo, em antes, exercido na mesma repartição os de guarda e escrivão.

Foi procurador da Câmara Municipal de Vitória e desempenhou o cargo de presidente da Intendência da mesma cidade, e nesse cargo deu posse ao primeiro Governo Municipal republicano da capital e também empossou o primeiro governo municipal da vila de Cariacica.

Além de ter sido eleito juiz distrital de 1898 a 1909, exerceu o mandato de deputado estadual em diversas legislaturas, desde 1898 a 1909, tendo ocupado sempre os cargos de 1.º e 2.º secretário.